



UNIVERSIDADE FEDERAL DE SANTA CATARINA  
CENTRO TECNOLÓGICO  
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM ARQUITETURA E URBANISMO

ALEXSSANDRA DA SILVA FIDELIS

**A Cidade das Mulheres:** Apropriação do espaço público por mulheres vendedoras  
ambulantes no centro de Florianópolis - SC

FLORIANÓPOLIS  
2020

Alexssandra da Silva Fidelis

**A Cidade das Mulheres:** Apropriação do espaço público por mulheres vendedoras ambulantes no centro de Florianópolis - SC

Dissertação submetida ao Programa de Pós-Graduação em Arquitetura e Urbanismo da Universidade Federal de Santa Catarina para a obtenção do título de mestre em Arquitetura e Urbanismo.

Orientador: Prof. Rodrigo Gonçalves dos Santos, Dr.

Coordenador: Prof. Paolo Colosso, Dr.

Florianópolis

2020

Ficha de identificação da obra elaborada pelo autor,  
através do Programa de Geração Automática da Biblioteca Universitária da UFSC.

Fidelis, Alexssandra da Silva

A Cidade das Mulheres : Apropriação do espaço público por  
mulheres vendedoras ambulantes no centro de Florianópolis -  
SC / Alexssandra da Silva Fidelis ; orientador, Rodrigo  
Gonçalves dos Santos, coorientador, Paolo Colosso, 2020.  
120 p.

Dissertação (mestrado) - Universidade Federal de Santa  
Catarina, Centro Tecnológico, Programa de Pós-Graduação em  
Arquitetura e Urbanismo, Florianópolis, 2020.

Inclui referências.

1. Arquitetura e Urbanismo. 2. Mulher e Cidade. 3.  
Apropriação do Espaço Público. 4. Mulheres Vendedoras  
Ambulantes. 5. Vendedores Ambulantes. I. Santos, Rodrigo  
Gonçalves dos. II. Colosso, Paolo . III. Universidade  
Federal de Santa Catarina. Programa de Pós-Graduação em  
Arquitetura e Urbanismo. IV. Título.

Alexssandra da Silva Fidelis

**A Cidade das Mulheres:** Apropriação do espaço público por mulheres vendedoras ambulantes no centro de Florianópolis - SC

O presente trabalho em nível de mestrado foi avaliado e aprovado por banca examinadora composta pelos seguintes membros:

Profa. Viviane Vedana, Dra.  
Universidade Federal de Santa Catarina

Profa. Maria Inês Sugai, Dra.  
Universidade Federal de Santa Catarina

Prof. Rodrigo Gonçalves dos Santos, Dr.  
Universidade Federal de Santa Catarina

Certificamos que esta é a **versão original e final** do trabalho de conclusão que foi julgado adequado para a obtenção do título de mestre em arquitetura e urbanismo.

---

Prof. Paolo Colosso, Dr.  
Coordenador do Programa de Pós-Graduação

---

Prof. Rodrigo Gonçalves dos Santos, Dr.  
Orientador

Florianópolis, 2020.

Para as mulheres da minha vida,  
que orientam o meu caminhar.

## AGRADECIMENTOS

Foram meses investigando a história da luta por direitos, espaço e reconhecimento que as mulheres vivenciam todos os dias e a angústia, presente em cada experimentação, descoberta e recomeço, ascendeu o desejo de identificar um caminho que traduzisse com justiça estas realidades. Por isso, agradeço e reconheço a importância das experiências e daqueles que participaram deste processo de amadurecimento e aprendizado profissional e pessoal.

Ao meu orientador, Rodrigo Gonçalves dos Santos, agradeço a compreensão e incentivo, que indicaram os caminhos da pesquisa, mas principalmente, me mostraram qual o percurso seguir numa investigação particular, de entrega e que promoveu profundo amadurecimento.

Agradeço às professoras Maria Inês Sugai, Soraya Nór e Viviane Vedana pelo olhar reflexivo com que avaliaram meu trabalho e contribuíram com críticas e sugestões que promoveram a aproximação entre texto e pesquisa, direcionando ao ajuste para a representação da realidade investigada.

Às mulheres que encontrei vendendo produtos na rua, agradeço por compartilharem seu tempo e histórias, expondo suas realidades e nos permitindo refletir a partir delas.

Ao Edson, esposo amado, compreensivo e grande incentivador, agradeço o afago e generosidade, pois foram essenciais em cada momento de incerteza e adversidade e sua presença foi apoio necessário para o desenlace desta pesquisa.

Agradeço à minha mãe Teresinha, o apoio incondicional e a crença de que a educação é um dos caminhos que nos leva à humanidade, capaz de transformações pessoais e sociais.

Agradeço à Mariany, secretária do PósArq, pela atenção e orientação despendidas, sempre que necessário.

Às colegas com quem dividi o orientador, Flávia Martini Ramos e Bárbara Fischer, agradeço a companhia e por serem inspiração de força e liberdade feminina.

À Karin Regina Kohler Formonte, amiga e artista, agradeço por ter desenvolvido as ilustrações que acompanham o texto desta pesquisa.

A todos vocês, gratidão eterna!



Sem os nossos feitos, esses mares seriam inavegáveis e essas terras férteis, um deserto. Demos à luz, criamos, banhamos e ensinamos, talvez até a idade de seis ou sete anos, um bilhão e seiscentos e vinte e três milhões de seres humanos que, de acordo com as estatísticas, existem neste momento, e isso, mesmo que tenhamos tido ajuda, leva tempo (WOOLF, 2014, p. 157)

## RESUMO

O presente trabalho visa compreender como as mulheres se apropriam do espaço público e de que forma a dicotomia público e privado interfere nesta relação. Para isso, sob o ponto de vista metodológico optou-se por pesquisa bibliográfica de autoras nacionais e estrangeiras, inclusive, obras clássicas do feminismo. No entanto, rapidamente se observou que apenas o estudo teórico não alcançaria os objetivos do trabalho. Deste modo, realizou-se o estudo de caso com seis mulheres vendedoras ambulantes no centro da cidade de Florianópolis, e a partir de entrevistas realizadas em espaço público, foi possível identificar os aspectos comuns às vendedoras e que, somados às configurações espaciais, orientaram os modos com que se apropriam do espaço público. Outros fatores como idade, classe, família e trabalho, também influenciam no desenvolvimento dessa relação. A análise das entrevistas apontou ainda que embora sintam-se constrangidas em espaço público, sua condição econômica desfavorável define a permanência das atividades laborais nestes lugares. No que tange a apropriação física do espaço público, foi possível identificar o uso de elementos e símbolos particulares na organização e disposição de objetos e equipamentos nas pequenas áreas utilizadas por elas durante as atividades de venda, inclusive como uma extensão e suporte às atividades de cuidado com a família e manutenção da casa.

**Palavras-chave:** Mulher e cidade. Apropriação do espaço público. Mulheres vendedoras ambulantes.

## ABSTRACT

The present work aims to understand how women appropriate the public space and how the public and private dichotomy interferes in this relationship. For this, from the methodological point of view, bibliographic research by national and foreign authors was chosen, including classic feminist works. However, it was quickly observed that the theoretical study alone would not achieve the objectives of the work. Thus, a case study was carried out with six women street vendors in the downtown of Florianópolis, based on the evaluation carried out in a public space, it was possible to identify the aspects common to the salespeople and that, added to the spatial configurations, guided the ways with which they appropriate the public space. Other factors, such as age, class, family and work, also influence the development of this relationship. The analysis of the characteristics also pointed out that although they feel constrained in a public space, their unfavorable economic condition defines the permanence of work activities place by place. Regarding the physical appropriation of the public space, it was possible to identify the use of particular elements and symbols in the organization and arrangement of objects and equipment in the small areas used by them during sales activities, including as an extension and support to care activities with the family and maintaining the house.

**Keywords:** Woman and city. Appropriation of public space. Women street vendors.



## SUMÁRIO

<b>PRIMEIROS PASSOS: UMA INTRODUÇÃO</b> .....	12
<b>1. APROXIMAÇÃO METODOLÓGICA</b> .....	20
1.1. RECORTES PARA ANÁLISE.....	27
<b>2. MULHERES VENDEDORAS AMBULANTES</b> .....	30
2.1. GLÓRIA .....	32
<b>2.1.1. O Lugar Particular de Glória no Espaço Público</b> .....	33
2.2. GIANE .....	34
<b>2.2.1. O Lugar Particular de Giane no Espaço Público</b> .....	36
2.3. DIVINA .....	38
<b>2.3.1. O Lugar Particular de Divina no Espaço Público</b> .....	39
2.4. MARIA.....	40
<b>2.4.1. O Lugar Particular de Maria no Espaço Público</b> .....	41
2.5. AMANDIA .....	42
<b>2.5.1. O Lugar Particular de Amandia no Espaço Público</b> .....	44
2.6. COTINHA.....	46
<b>2.6.1. O Lugar Particular de Cotinha no Espaço Público</b> .....	48
<b>3. A MULHER E A CIDADE</b> .....	49
3.1. GÊNERO E URBANISMO: OUTRAS PERSPECTIVAS.....	49
3.2. REPENSAR AS CIDADES, É INCLUIR AS MULHERES!.....	53
3.3. ESPAÇO PÚBLICO E O ESPAÇO DA MULHER.....	61
<b>4. FLORIANÓPOLIS: REPRESENTAÇÃO DA MULHER EM ESPAÇO PÚBLICO</b> .....	68
4.1. HISTÓRIA E REQUALIFICAÇÃO URBANA .....	69
4.2. IMAGENS DE MULHERES .....	77
4.3. O ESPAÇO PÚBLICO E AS MULHERES VENDEDORAS AMBULANTES .....	92
<b>5. RESULTADOS E DISCUSSÕES</b> .....	102
5.1. FAMÍLIA, TRABALHO E IDENTIDADE.....	102
5.2. LICENÇA PARA O ESPAÇO PÚBLICO: USO OU APROPRIAÇÃO? .....	106
<b>CONSIDERAÇÕES FINAIS</b> .....	110
<b>REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS</b> .....	115

## PRIMEIROS PASSOS: UMA INTRODUÇÃO

Homens e mulheres circulam pela cidade e seus corpos movimentam-se ao ritmo imposto pelo cotidiano. Historicamente, o espaço público está disponível aos homens e eles estão à vontade nesse lugar. No entanto, as mulheres parecem organizar-se numa marcha de resistência, pedindo passagem, pois a cidade ainda não lhes pertence, mas seus corpos movem-se em direção à cidade das mulheres<sup>1</sup>. (anotações do caderno de campo, agosto/2019)

Como as mulheres lidam com as transformações das cidades que ignoram suas necessidades? Em espaço público, quais as relações possíveis para as mulheres? Houve transformações sociais recentes, que facilitaram o acesso da mulher ao espaço público? Atualmente, as mulheres sentem-se oprimidas em espaço público? Estes questionamentos, nos inserem na investigação que aproxima o contexto contemporâneo da vida pública e das mulheres que ocupam espaços públicos como um enfrentamento à ordenadora dicotomia do público e privado.

Historicamente, o espaço público é programado para atividades produtivas e seu planejamento leva em consideração os modos de uso do sujeito universal (homem branco, heterossexual, instruído e com emprego estável), como se as mulheres não utilizassem o espaço público. No entanto, o espaço público sempre foi acessado por mulheres, sobretudo as mais pobres (lavadeiras, engomadeiras, cozinheiras, entre outras) que circulavam pela cidade em atendimento às demandas cotidianas ou para a realização de negociações econômicas, como é o caso das vendedoras ambulantes (PEDRO, 1992; PERROT, 1997; SOIHET, 2004).

O modelo dualista, cunhado nas bases do patriarcado, define o mundo em duas esferas (público e privado, homens e mulheres, externo e interno, objetivo e subjetivo), onde coexistem sistemas de opressão, determinados por relações de poder impostas aos corpos, às práticas, aos interesses e às identidades diversas, não havendo lugar para quem não se enquadra ao perfil dominante. No entanto, as mulheres oferecem resistência ao modelo universal, mas suas conquistas ainda não

---

<sup>1</sup> Referência ao livro **Cidade das Damas**, de 1405, escrito por Christine de Pizan, identificada como a primeira mulher a sobreviver como escritora. O livro expõe a rotina da vida das mulheres, demonstrando que não eram vidas fúteis ou fantasiosas, conforme escreviam os homens até aquele momento.

asseguram transformações significativas que tornem o acesso à cidade algo natural e suas necessidades ainda são suprimidas do espaço público, como se homens e mulheres o utilizassem da mesma forma.

A invisibilidade a que as mulheres são submetidas, aponta a precariedade deste modelo e demonstra a urgência de se imaginar a cidade de uma nova forma, sendo necessário considerar seus atributos físicos (ruas, edifícios, espaços públicos, engarrafamentos, entre outros) e sociais (conflitos, disputas por espaço público, individualidade e desempenho de papéis sociais, dentre outros), para que a leitura da cidade seja verdadeira e as intervenções apontem na direção de cidades mais justas.

De modo geral, o espaço público somente é relacionado à mulher, quando associado às atividades de cuidado e são os parques e praças que oferecem algum tipo de suporte à estas necessidades de uso. Porém, quando os equipamentos existem nestes espaços, dão suporte às atividades relacionadas ao cuidado de crianças e idosos, ou seja, reiteram a imagem de cuidadora associada à mulher. Assim, é necessário descortinar as cidades e aplicar um filtro que ascenda a experiência das mulheres, relativa ao uso da cidade e analise como se apropriam do espaço público atualmente. Para isso, é necessário colocar em xeque os conceitos funcionalistas e racionalistas, aplicados no ordenamento das cidades, considerados como a opção mais viável ao seu planejamento, e lançar uma nova perspectiva, mais inclusiva e abrangente a partir da avaliação sob a perspectiva de gênero.

Visando contribuir para que esta análise sensível das cidades seja possível, objetiva-se compreender melhor os modos de apropriação do espaço público por mulheres. Para isso, analisou-se a rotina e o cotidiano de mulheres que desempenham a atividade de venda ambulante no centro de Florianópolis. Esta investigação considerou a dualidade público e privado que caracteriza o espaço urbano, pautada na divisão sexual do trabalho e que delegou os responsáveis por cada uma das esferas. Entretanto, foi necessário identificar como a presença feminina se materializa no espaço público; avaliar a qualidade do espaço relacionando-o à perspectiva de gênero; verificar o nível de percepção de segurança das “mulheres vendedoras ambulantes” com relação ao centro da cidade; mapear as apropriações e identificar qual a participação das mulheres nestas ações.

Nota-se que o tema “mulher e cidade” tem despertado o interesse e tem sido o objeto de diversas pesquisas. Embora seja uma abordagem relativamente recente, o aporte teórico e a produção científica existentes, são desenvolvidos quase que

exclusivamente por mulheres, demonstrando ser um tema ainda desacreditado por parte dos pesquisadores, o que ascende a necessidade do debate. As abordagens aqui apresentadas, estão baseadas em conceitos feministas que questionam a dualidade imposta ao mundo, cujo protagonismo é atribuído ao sujeito universal, e preza por uma perspectiva mais abrangente e inclusiva. No entanto, mesmo tendo acesso à ampla referência teórica, a investigação empírica foi essencial ao desenvolvimento da pesquisa e acabou revelando aspectos mais complexos e divergentes daqueles que habitualmente são disseminados.

A aproximação do campo foi difícil, pois exigiu a pré-disposição desta pesquisadora na reavaliação da própria identidade, concebida socialmente a partir de referências normativas, que restringem o acesso das mulheres à cidade, sendo naturalmente, associadas ao ambiente doméstico. Entretanto, acalmadas as indagações pessoais (mas não dissipadas, pois nos acompanharam durante toda a investigação), foi possível reconhecer as vivências, experiências e constrangimentos a que as mulheres vendedoras ambulantes estão submetidas ao ocuparem o espaço público do centro da cidade de Florianópolis e o que foi observado e registrado em seus depoimentos, tonou-se a verdade da pesquisa. Por isso, a abordagem aproximada buscou dar voz às realidades das mulheres entrevistadas, considerando seus saberes sob a mesma perspectiva que os saberes consagrados e teóricos.

O contato não foi apenas no sentido metafórico, foi real, como experiência do corpo - verdadeiro, presente, sensível e perceptível. O corpo inserido na investigação, demonstra não haver como realizá-la sem envolvimento com a cena e atores, ou mesmo, manter-se afastado e apenas observando. O corpo da pesquisadora, tocou e foi tocado intimamente, conforme exposto por Gonçalves (2019, p. 109-110), ao afirmar que o corpo é o medidor e não é possível afastá-lo da experiência real.

Assim, não posso encarar meu próprio corpo de maneira distanciada e puramente objetiva e na terceira pessoa, como se fosse apenas um exemplo de corpo humano. É meu corpo, aquele por meio do qual meus pensamentos e sentimentos entram em contato com os objetos. É assim que o mundo existe para mim: corpo em primeira pessoa, sujeito da experiência. Não faço contato com o mundo apenas pensando sobre ele. Eu experimento o mundo com os sentidos, agindo sobre ele por meio da mais sofisticada tecnologia até os movimentos mais primitivos, tendo sobre eles sentimentos que me dão uma gama de complexidade e sutileza. O corpo é um sensível entre os sensíveis, é aquele no qual se faz uma inscrição de todos os outros, é uma coisa entre as coisas, um sensível que é dimensional por si próprio.

A proposta para o referencial teórico chama a atenção pela utilização, quase que, predominante de obras escritas por mulheres, nacionais e estrangeiras, que possibilitaram a aproximação ao tema e ofereceram suporte ao desenvolvimento de estratégias aplicadas à pesquisa. Entre os textos analisados e utilizados para orientar esta dissertação, destacamos a tese de doutorado da arquiteta e feminista Terezinha de Oliveira Gonzaga, “A cidade e a arquitetura também mulher: conceituando a metodologia de planejamento urbano e dos projetos arquitetônicos do ponto de vista do gênero” de 2004, que chama a atenção para a participação quase invisível, porém relevante, da mulher no desenvolvimento das cidades e sustenta nossa análise da realidade brasileira e das “lutas” das mulheres pelo direito à cidade. De forma complementar, a pesquisa de Rossana Brandão Tavares, “Indiferença à Diferença: espaços urbanos de resistência na perspectiva das desigualdades de gênero” de 2015, contribuiu com análises críticas referentes às contradições de gênero no espaço urbano e na utilização de premissas universalistas e heteronormativas, encontradas no urbanismo contemporâneo praticado.

Ainda, os textos das pesquisadoras Zaida Muxí et al. (2011), Inés Sanchez de Madariaga (2004), Adriana Ciocoletto (2014), Paula Santoro (2008) e Joseli Silva (2007), salientam que as melhorias estruturais de uma cidade, contribuem para o aumento da sensação de segurança das mulheres e desenvolvem análise que justificam a abordagem urbana sob a perspectiva de gênero, além de estimularem a valorização e reconhecimento da participação das mulheres na sociedade. Sara Ortiz Escalante (2011), analisa os conceitos de visibilidade física e simbólica, e explica seu uso como estratégia para a melhora da percepção de segurança em espaço público.

A autora Raquel Soihet (2004) contribuiu com o referencial histórico sobre as relações existentes em espaço público no Brasil, que influenciaram a forma com que as mulheres o ocupam ainda hoje. Jaqueline Schmitt (2001) e Joana Maria Pedro (1992), expuseram a experiência vivenciada pelas mulheres no início do século XX, que circulavam pelo espaço público de Florianópolis para vender produtos variados, lavar roupas nos córregos existente e visitar clientes para o feitiço de costuras, por exemplo.

Zaida Muxí et al. (2011), indicam quais aspectos são importantes para a abordagem metodológica sob perspectiva de gênero. De acordo com as autoras, é necessário inserir-se no cotidiano das mulheres pesquisadas, sem interferências demasiadas, que alterem suas rotinas. Indicam ainda, que as mulheres entrevistadas

devam ser estimuladas a falar, mesmo que suas falas sejam atravessadas por histórias diversas, pois é importante ouvi-las e valorizá-las. O texto ainda apresenta o resultado de pesquisas que serviram de suporte à classificação de qualidade do espaço público, seguro e ideal para as mulheres, e destaca que o objetivo das pesquisas sob perspectiva de gênero no urbanismo deve ser: identificar as desigualdades e tentar posicionar em igualdade de condições as exigências derivadas do mundo produtivo e reprodutivo, criando assim o espaço público igual para todos.

No entanto, é sabido que existem distinções entre os campos de pesquisa e que no Brasil, a investigação se depara com aspectos como classe, gênero, raça, religião, localidade, entre outros e que compõem perfil diverso e complexo. Desse modo, foi necessário nos aproximarmos das mulheres vendedoras ambulantes, especificamente, na região do “Calçadão da Felipe Schmidt”, no centro de Florianópolis, o que levou-nos à reflexão sobre o modo como cada aspecto influencia a forma com que as mulheres se relacionam com a cidade.

Para esta pesquisa, entrevistamos seis mulheres que tiveram autonomia para definir seus nomes para a pesquisa. Algumas delas, optaram por nomes de pessoas importantes, outras por nomes “bonitos”<sup>2</sup> ou homenagearam alguém por quem tinham afeto e admiração. No entanto, não é possível atestar que não utilizaram o próprio nome. Da mesma forma, consideramos seus relatos verdadeiros, essenciais à constituição de seus perfis. A história contada por cada uma delas, contemplou aspectos distintos, mas transversais e no caso brasileiro, interseccional. Segue breve perfil das interlocutoras:

- Glória: vendedora de rua licenciada - vende vale transporte há 19 anos, mora no centro de Florianópolis, tem 44 anos e os filhos adolescentes moram em outra cidade com a avó.
- Giane: vendedora de rua licenciada – afiadora de instrumentos há 20 anos, mora no bairro Coqueiros, separada, tem 42 anos e as duas filhas moram com ela.
- Divina: vendedora de rua não licenciada – há aproximadamente 3 anos, vende rendas de bilro que ela mesma tece, ao menos 2 vezes por mês,

---

<sup>2</sup> Um nome bonito, segunda uma das entrevistadas, é aquele que ela gostaria de ter, por ser forte, se destacar e representar algo, que fica gravado na memória daqueles que ouvem.

mora próximo a Lagoa da Conceição, viúva, aparenta ter cerca de 70 anos, a filha, desde que separou-se, mora com as netas em sua casa.

- Maria: vendedora de rua não licenciada – há aproximadamente 2 anos, vende rendas de bilro no centro, a cada 15 dias, casada e aposentada.
- Amandia: vendedora de rua licenciada – negocia panos de prato há 2 anos, mas antes, por 1 ano, vendeu a “Trimania”, mora no morro da Queimada, casada, tem 73 anos.
- Dona Cotinha: vendedora de rua não licenciada – vende peças de tricô há mais de 2 anos, mas não tem uma rotina específica, morra “no morro do Mocotó”, não é casada, aparenta ter mais de 70 anos e a filha e netos sempre moraram com ela.

O recorte territorial estudado, corresponde ao trajeto que conecta os pontos de venda das mulheres vendedoras ambulantes, no entanto, toda a região foi investigada, até que o recorte fosse definido. A área investigada corresponde aos trechos exclusivos para circulação pedonal nas ruas: Jerônimo Coelho; Felipe Schmidt; Deodoro e Conselheiro Mafra somados ao trecho da Av. Paulo Fontes, no sentido Leste-Oeste, localizado entre o Terminal Urbano Municipal e o Camelódromo, conforme Figura 1.

Figura 1 Mapa do trajeto e área analisada.



Fonte: Google Maps (edição da autora)

Assim, o trabalho está organizado em cinco capítulos além desta introdução e das considerações finais. Segue a apresentação dos capítulos:

No Capítulo 1 – APROXIMANDO A METODOLOGIA – Os aspectos metodológicos mereceram um capítulo à parte, pois definimos diversos aspectos para a leitura da cidade e definição do objeto de estudo. Inspirados por Pallasmaa (2011) e por Jacques (2006), nos utilizamos das experiências do corpo para a aproximação empírica. O capítulo aponta e descreve as etapas classificadas que possibilitaram à pesquisadora, minimizar o estrangeirismo inicial. Na sequência, apresenta-se a metodologia de pesquisa que incorpora a perspectiva de gênero, como orientação às abordagens necessárias e que envolvem mulheres. Por fim, alguns são apresentados alguns critérios de avaliação urbana, sob perspectiva de gênero, sensíveis aos aspectos de segurança e visibilidade física e simbólica, que objetivam a concepção de lugares acessíveis a todos, inclusive à mulher.

No Capítulo 2 – MULHERES VENDEDORAS AMBULANTES - Este capítulo apresenta as particularidades e experiências, pessoais e na cidade, das interlocutoras desta pesquisa, as mulheres vendedoras ambulantes. O capítulo inicia com a apresentação individual e indica os principais temas revelados por elas durante a entrevista e que constituem seu perfil inicial. Na sequência, apresentamos a descrição da área nomeada “espaço privado no espaço público” que corresponde aos poucos metros quadrados liberados ao uso pela Prefeitura. Este espaço, acaba assumindo características domésticas, dado o tipo de uso desenvolvido ao longo do dia.

No Capítulo 3 – MULHER E A CIDADE - Neste capítulo, a base teórica é apresentada. Esta narrativa apresenta abordagens introdutórias sobre gênero e patriarcado. Em seguida, o pensamento feminista é associado ao urbanismo e a partir daí, diversos conceitos apresentados, estão relacionados ao tema: mulher e cidade. O modo funcionalista e racionalista de planejar as cidades é questionado e outros modelos, mais inclusivos, são apresentados.

Capítulo 4 - FLORIANÓPOLIS: REPRESENTAÇÃO DA MULHER EM ESPAÇO PÚBLICO - Realizamos uma abordagem histórica para explicar a participação da mulher no espaço público da cidade de Florianópolis, com destaque às mulheres da classe popular que sempre acessaram o espaço público para a realização de atividades cotidianas e negociações comerciais. Na sequência, apresentamos uma breve descrição do desenvolvimento urbano da região central da cidade e por fim, analisamos a cidade sob uma perspectiva feminina, quase particular

e que objetiva destacar aspectos pouco explorados na leitura das cidades, na tentativa de realizar uma leitura diferenciada, mas que abarque aspectos essenciais à proposta.

Capítulo 5 – RESULTADOS E DISCUSSÕES – Nesta parte do trabalho, apresentamos algumas considerações acerca dos resultados identificados. Deste modo, feitas as considerações iniciais na presente Introdução, apresentar-se-á na sequência a metodologia conforme estudos teóricos, aplicados na pesquisa empírica, de acordo com cada passo evolutivo que o estudo exigiu.

## 1. APROXIMAÇÃO METODOLÓGICA

A região central da cidade de Florianópolis desperta o interesse à investigação, devido os aspectos simbólicos, históricos e socioespaciais: capital do estado, núcleo original da cidade, área histórica e turística, concentração de comércio popular, e principalmente, grande circulação de pessoas. No entanto, desconhecida para a pesquisadora e por isso, necessário e urgente aproximar-se do contexto urbano e apreender as dinâmicas socioespaciais que constituíam a identidade do centro da cidade. Para isso, simultaneamente ao ingresso no mestrado do PósArq/UFSC, em 2017, iniciou-se a investigação da região definida para a realização da aproximação empírica. Nesta pesquisa, entende-se como aproximação, o exercício de reconhecimento do contexto e atores sociais, no entanto, também corresponde à inclusão do corpo da pesquisadora na cena, integrando-o aos processos de investigação, não apenas no aspecto somático, mas orientado à corporalidade e apreensão das particularidades, pois apenas “observar” não parecia ser suficiente à proposta de investigação. A aproximação empírica, foi dividida em seis fases (Figura 2), organizadas e ordenadas para a apresentação e entendimento do leitor. Entretanto, tais fases estiveram entrelaçadas, misturando-se e sobrepondo-se, sem a clara distinção entre elas ou parâmetros temporais, sendo necessário envolvimento e atenção para categorizá-las. São elas:

**Aproximação Reconhecimento** – EXPERIMENTAÇÃO: início da aproximação empírica com a realização de três análises distintas para apreensão do contexto sócio espacial e dos atores envolvidos. Nesta fase, o recorte ainda não havia sido definido e o objetivo era a aproximação entre pesquisadora e o lugar.

**Aproximação Geral** – RECONHECIMENTO DO LUGAR: aproximação empírica com o reconhecimento de parte da região central, incluído: o Calçadão, Rua Hercílio Luz, parte carroçável da Rua Felipe Schmidt até a Rua Sete de Setembro, Rua Tenente Silveira, Praça XV e entorno, Praça Fernando Machado e entorno, Largo da Alfândega, Mercado Público/Camelódromo e entorno. Objetivo: avaliar os padrões de ocupação, relações e a contextualização das mulheres presentes para definição de recorte.

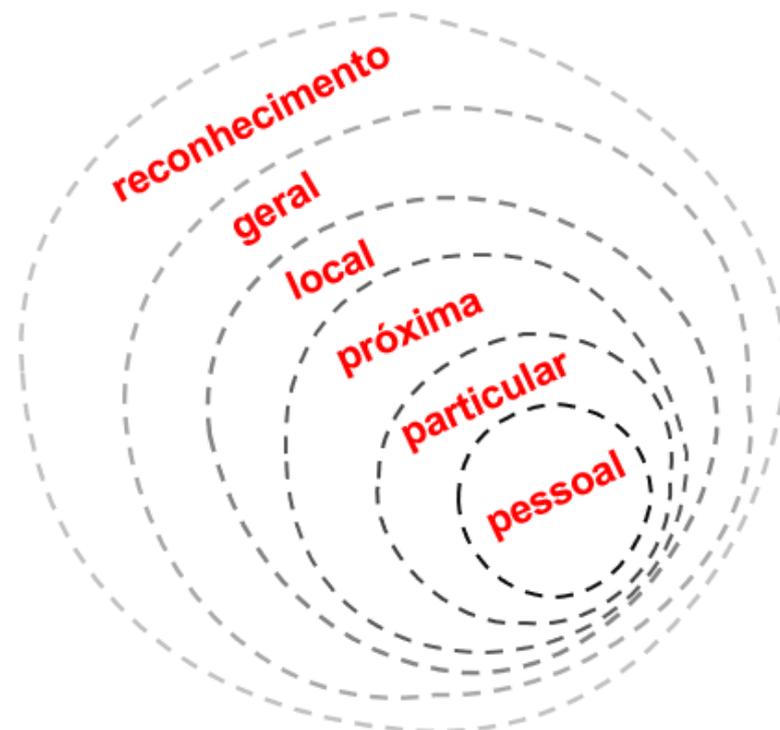
**Aproximação Local** – IDENTIFICAÇÃO DE AGLOMERAÇÕES: aproximação empírica, mas orientada pelo recorte espacial selecionado: “Calçada da Rua Felipe Schmidt e proximidades”. Objetivo: identificar as aglomerações de pessoas (cruzamento de ruas, presença de vendedores ambulantes, pessoas à sombra, fluxo de pessoas e outros) para caracterização do objeto de pesquisa.

**Aproximação Próxima** – TRAJETO DE INVESTIGAÇÃO: associação entre as aglomerações identificadas e a presença de mulheres vendedoras ambulantes, para a composição do trajeto e análise urbana sob perspectiva de gênero.

**Aproximação Particular** – LUGAR DAS MULHERES VENDEDORAS AMBULANTES (MVA): avaliação das estruturas físicas e formais, existentes nos pontos de venda ocupados pelas vendedoras.

**Aproximação Pessoal** – VIDA PESSOAL: relatos pessoais das vendedoras sobre seus cotidianos e impressões sobre o espaço público. Objetivo: utilizar as informações em análises relacionadas à qualidade do espaço público e como critérios utilizados para a apropriação do espaço público pelas mulheres vendedoras ambulantes.

Figura 2 Seis fases desenvolvidas para a aproximação empírica



Fonte: Elaborado pela autora.

A proposta de categorização (fases) da apropriação empírica, corresponde às apreensões e envolvimento do “corpo da pesquisadora” ao contexto investigado e atende às orientações indicadas para pesquisas que se utilizam da perspectiva de gênero. Na sequência, apresentaremos a fase de reconhecimento (aproximação reconhecimento), composta por três ações distintas e que correspondem às experimentações, necessárias ao reconhecimento do lugar. No entanto, as demais fases foram ajustadas ao tempo do texto, por isso, sua apresentação não foi sequenciada, conforme demonstrado no diagrama (Figura 2), mas foram destacadas entre parênteses, para que o leitor consiga associar o procedimento e a fase correspondente.

Durante a realização da “experimentação”, o recorte da pesquisa ainda não havia sido definido, no entanto, foi uma etapa fundamental, cujo intuito foi reconhecer o contexto e os atores sociais (aproximação geral), dando início às aproximações. Nesta fase, realizou-se três ações:

**1 – Errâncias:** caracterizadas como caminhadas pelo espaço público do centro da cidade, sem programação ou direção. Orientadas, indiretamente pelos atores sociais e passagens disponíveis, um tipo de errância urbana e prática ordinária (JACQUES, 2008; DE CERTEAU, 1998), guiada pelo desejo da investigação. Realização de caminhadas diurnas, distribuídas entre manhãs e tardes, até minimizar a sensação de estrangeirismo (foram realizadas duas caminhadas noturnas). As observações foram anotadas em caderno de campo ou registradas em fotografias. As caminhadas foram individuais e sem o contato com os atores sociais.

**2 – Marchas:** participação em duas marchas organizadas por mulheres, – 8M/2018<sup>3</sup> (Greve Internacional de Mulheres, realizada no dia 8 de março: Dia Internacional da Mulher) e #EleNão/2018 (Manifestação popular liderada por mulheres em protesto à candidatura à presidência da República de Jair Bolsonaro). **Evento 8M/2018:** no período da tarde houve a concentração de pessoas no Largo da Alfândega, mas a marcha iniciou-se no final da tarde e percorreu as ruas do centro da



<sup>3</sup> Código gráfico de acesso à gravação do início da marcha 8M/2018, com a participação do grupo Cores de Aidê de Florianópolis. Para acessá-la, basta direcionar a câmera do celular e clicar no ícone gerado.

cidade, reconhecidamente utilizadas em passeatas e manifestações (VAZ, 1991). As observações foram gravadas em áudio e transcritas para o caderno de campo e registradas em fotografias. A participação foi individual e sem contato com as participantes. **Evento #EleNão/2018**: a concentração de pessoas aconteceu nas escadarias da Catedral e região próxima e a marcha, percorreu a Av. Beira Rio Norte e Rua Felipe Schmidt, dispersando ao chegar na Praça XV. As observações foram gravadas em áudio e transcritas para o caderno de campo e registradas em fotografias. A participação foi individual e não houve interação com as demais participantes da caminhada.

**3 – Coletivo “Mulheres na In[ter]venção”**: ação que “experimentou” a cidade durante 16 horas em uma sexta-feira. Durante o dia, realizou-se panfletagem, conversas com mulheres que circulavam pelas ruas do centro, entre o Terminal Urbano e o Calçadão da Rua Felipe Schmidt. No período da noite, uma caminhada foi realizada para apreender a dinâmica da cidade noturna, mas principalmente para “testar” a relação: mulher, cidade e medo.

A não utilização (intencional) de um roteiro, demandou intensivo envolvimento na exploração do centro da cidade e em determinados momentos, a pesquisadora foi também cartógrafa<sup>4</sup> e etnógrafa<sup>5</sup>, conectada aos sinais que se revelavam e se relacionavam à pesquisa numa “escuta e observação atenta” (MONNET, 2013, p. 220), tão próxima, que nesta experiência de aproximações, “o corpo físico da pesquisadora toca e encontra o corpo urbano nos espaços públicos da cidade” (BERENSTEIN JACQUES, 2006 apud MONNET, 2013, p. 220). Nesse sentido, Pallasmaa (2011, p. 10; 37-38) atribui tatilidade à visão, pois para ele:

Todos os sentidos, incluindo a visão, são extensões do tato; os sentidos são especializações do tecido cutâneo, e todas as experiências sensoriais são variantes do tato”, e suscita: “eu confronto a cidade com meu corpo. [...] eu me experimento na cidade; a cidade existe por meio da minha experiência corporal. A cidade e meu corpo se complementam e se definem. Eu moro na cidade e a cidade mora em mim.

---

<sup>4</sup> Sujeito feminino. Especialista que traça cartas geográficas, geológicas, etc.

<sup>5</sup> Sujeito feminino. Especialista em etnografia, parte da antropologia, que se dedica ao estudo de múltiplas etnias.

Paola Jacques e Fabiana Dultra Britto (2008, p. 79), consideram a premissa de que corpo e cidade se relacionam, mesmo que involuntariamente, através da simples experiência urbana. A cidade é lida pelo corpo como conjunto de condições interativas e o corpo expressa a síntese dessa interação descrevendo em sua corporalidade, o que passamos a chamar de corpografia urbana, [...] a memória urbana inscrita no corpo [...].

Nesse contexto, Jacques e Britto (2008, p. 01) complementam que:

[...] uma corpografia urbana é um tipo de cartografia realizado pelo e no corpo, ou seja, a memória urbana inscrita no corpo, o registro de sua experiência da cidade, uma espécie de grafia urbana, da própria cidade vivida, que fica inscrita, mas também configura o corpo de quem a experimenta.

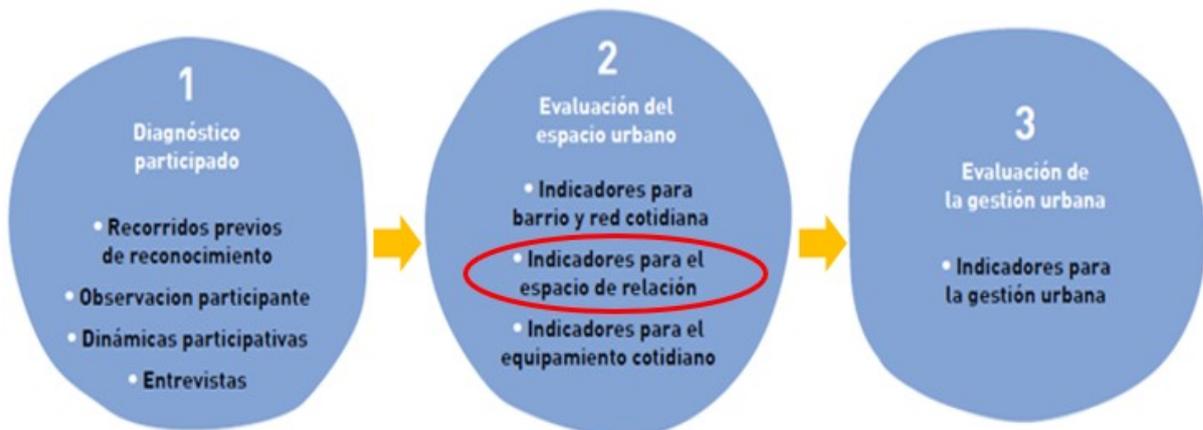
Ao considerar o corpo um medidor, e intuir a sua participação na avaliação das cidades, conforme expresso por Jacques e Britto (2008) e Pallasmaa (2011), é possível identificar uma proximidade entre os conceitos apresentados pelos autores citados e as orientações metodológicas utilizadas na avaliação urbana sob a perspectiva de gênero, pois indicam a aproximação e participação das ações e contexto. Ainda, o artigo *¿Que aporta la perspectiva de género al urbanismo?* publicado na revista FEMINISMO/S por Muxí et al. (2011) apresenta as variáveis da realidade urbana (espaço público, participação, mobilidade, segurança, habitação, equipamentos e serviços) que servem para explicar como a cidade pode ser analisada sob a perspectiva de gênero, descrevendo quais aspectos poderiam contribuir construtivamente para uma cidade mais igualitária, determinando o grau de equidade de gênero. Entretanto, atentamos para a orientação de que para a realização de uma pesquisa que incorpore a perspectiva de gênero, é necessário conhecer as vivências cotidianas das mulheres e, para isso, a metodologia utilizada deve aproximar o pesquisador do contexto, pois *“no se puede entender y estudiar un territorio e um entorno específico sin entender y estudiar las personas que viven, sus especialidades y sus necesidades diversas* (MUXÍ et al. 2011, p. 113).

De forma complementar, o manual *“Espacios para la vida cotidiana: auditoria de calidad urbana com perspectiva de género”*, elaborado por Adriana Ciocoletto (2014), tem como objetivo incorporar a perspectiva de gênero a partir da avaliação da vivência cotidiana das mulheres na cidade. Para isso, a metodologia incorpora a participação das mulheres no processo de avaliação da cidade com a participação de

grupos de mulheres, formados por pesquisadoras, moradoras e trabalhadoras que utilizam a área analisada em atividades cotidianas, identificam e categorizam os espaços públicos, equipamentos e outros elementos com o objetivo de gerar dados que possam ser utilizados na elaboração de políticas públicas e intervenções urbanas. Desse modo, percebe-se a importância atribuída à avaliação que incorpora a experiência, o uso e o contato de quem utiliza, neste caso, o espaço público na realização de atividades cotidianas.

Estas ações, que contam com a participação de grupos de mulheres, caracterizam uma das etapas de análise definidas no manual, como diagnóstico participativo. As outras duas fases são: avaliação do espaço urbano e avaliação da gestão urbana. Cada fase é composta por indicadores de avaliação específicos, e que são formulados a partir de conceitos que podem ser aplicados à avaliação urbana sob a perspectiva de gênero. (Figura 3)

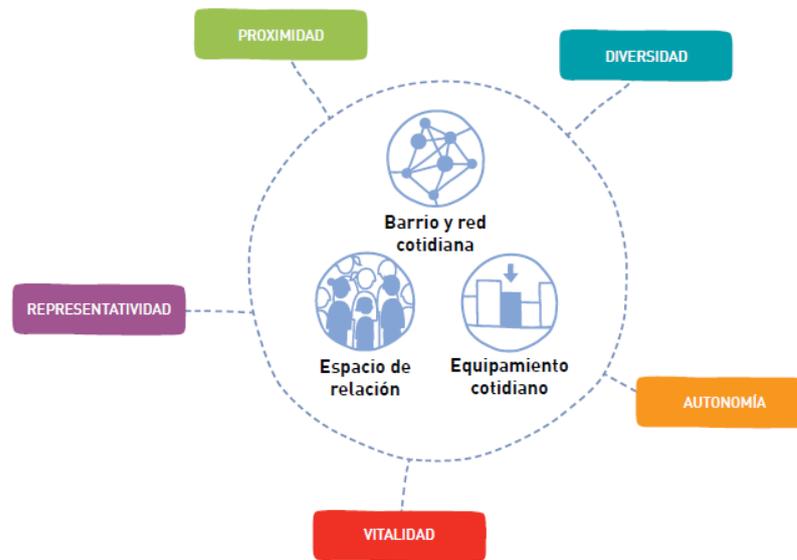
Figura 3 Diagrama correspondente às etapas de análise e indicadores de avaliação



Fonte: Ciocoletto, 2014.

Nesta dissertação, para a avaliação da qualidade do espaço público do centro de Florianópolis, sob a perspectiva de gênero, utilizamos os cinco conceitos relacionados à qualidade urbana indicados no manual que Ciocoletto (2014) considera necessários para uma boa adequação dos espaços da cidade para uma vida cotidiana: proximidade, diversidade, autonomia, representatividade e vitalidade (Figura 4).

Figura 4 Conceitos para avaliação do espaço de relação (espaço público)



Fonte: Ciocoletto, 2014.

Abaixo, seguem os conceitos de qualidade urbana aplicados:

**Proximidade:** Relação entre tempo e espaço, reconhecida como confortável, para o deslocamento entre equipamentos da cidade para a realização de atividades cotidianas variadas (produção, reprodução e comunitária). Para isso, é importante que haja conectividade e fluidez entre espaço público, residências, lojas locais, equipamentos, transporte público e outros locais públicos. Indica-se que o percurso corresponda a cinco ou dez minutos de caminhada, por rota segura e acessível.

**Vitalidade:** É promovida pela frequente presença de pessoas diferentes, desempenhando papéis diversos (encontro, socialização, cuidado e apoio mútuo), em todos os períodos do ano e as características físicas do espaço e equipamentos são fatores que contribuem para a atratividade de pessoas.

**Diversidade:** O espaço deve oferecer condições para o desenvolvimento social, físico e funcional, atendendo às necessidades dos diversos usuários, relacionadas à idade, diversidade funcional, sexo, classe social, condições de gênero e origem, assim como aos variados tipos de uso.

**Autonomia:** Condição do espaço, que garanta o acesso seguro para qualquer pessoa, independentemente de qualquer limitação física ou condição motora. Autonomia também se refere ao acesso gratuito e seguro do espaço.

**Representatividade:** Acontece com a valorização da memória, reconhecimento real e simbólico de mulheres, negros, indígenas e não heteronormativas, com a nomenclatura de ruas, iconografia utilizada em sinalização que ajuda a mudar o imaginário social.

Os conceitos citados, foram aplicados para testar a qualidade do espaço público do trajeto analisado. Embora associados à perspectiva de gênero por Ciocoletto (2014), são citados como indicadores de qualidade em diversas avaliações do espaço público. A perspectiva de gênero ao realizar a análise transversal, procura incluir a todos, garantindo-lhes o direito de acesso ao espaço público de qualidade. Diante disso, as orientações metodológicas de Muxí et al. (2011) e Ciocoletto (2014), somaram-se aos resultados da aproximação empírica (fase - experimentação), realizada no centro da cidade e categorizaram os procedimentos utilizados nesta pesquisa.

### 1.1. RECORTES PARA ANÁLISE

A observação empírica foi realizada junto ao “Calçadão da Felipe Schmidt”. Na região, o cruzamento da Rua Deodoro com a Rua Conselheiro Mafra, era possível notar a presença de diversos vendedores ambulantes, distribuídos junto às fachadas dos edifícios e posicionados no meio do cruzamento, atrapalhando o fluxo de pedestres. O cruzamento da Rua Conselheiro Mafra com a Rua Jerônimo Coelho, também era bastante movimentado, mas neste lugar, não identificamos a presença de mulheres, vendendo produtos na rua, por isso, não foi incluído às análises seguintes. No encontro da Rua Jerônimo Coelho com a Rua Felipe Schmidt, a aglomeração de pessoas era grande, muitos vendedores apoiavam seus produtos em expositores nas paredes e embora estivessem mais espalhados pela região, foi possível classificar o lugar como o segundo mais movimentado, com a presença de mulheres realizando a venda de produtos. O cruzamento da Rua Deodoro com a Rua Felipe Schmidt e o trecho da Rua Conselheiro Mafra, localizado junto ao Largo da Alfândega, aparecem na sequência. O sexto ponto de aglomeração analisado (quinto com a presença de vendedoras) – calçada entre o Camelódromo e a Av. Paulo Fontes, embora afastado do calçadão, notava-se a grande circulação de pedestres, devido

o acesso ao Terminal Urbano Municipal. Neste ponto, mulheres vendendo vale transporte, compõem a aglomeração analisada.

Figura 5 Mapa com as principais aglomerações



Fonte: Google Maps (edição da autora)

Dessa forma, o mapeamento que identificou as maiores aglomerações de pessoas, conforme Figura 5, corresponde a aproximação local (aproximação local), indicava também os locais para a verificação da presença de mulheres vendedoras. Na sequência, a fase aproximação particular (aproximação particular), foi caracterizada pela identificação das mulheres vendedoras ambulantes, localizadas junto às aglomerações e a apreensão das características do lugar onde estavam posicionadas.

Ao interligar-se os locais onde as aglomerações, com a presença de mulheres vendendo produtos foi identificada, formou-se o trajeto (apropriação próxima) onde os conceitos para a análise de qualidade do espaço público sob a perspectiva de gênero (CIOCOLETTO, 2014), foram aplicados e também, avaliado pelas interlocutoras desta pesquisa, em seus aspectos relacionados à segurança. O trajeto

definiu o recorte territorial, região da cidade com intensa vida pública, marcada pela co-presença e sociabilidade (habitualmente, características encontradas nos centros de cidades), com ampla visibilidade e grande circulação de pessoas. A área investigada corresponde a trechos das ruas Jerônimo Coelho, Felipe Schmidt, Deodoro e Conselheiro Mafra, exclusivos ao uso pedonal, somados ao trecho da calçada, junto a Av. Paulo Fontes, no sentido Leste-Oeste, localizado entre o Terminal Urbano Municipal e o Camelódromo.

Inicialmente, planejava-se investigar de que forma a relação entre as mulheres e o espaço público se constituía no espaço público do Largo da Alfândega, mas durante o período de aproximação empírica (aproximação local), constatamos que a área estava cercada por tapumes, devido às obras de revitalização. No entanto, a alteração causada na paisagem, chamou-nos a atenção, e os indícios identificados, que indicavam apropriações recentes, caracterizavam a visibilidade, apontada por Escalante (2011), como necessária ao sentido de pertencimento e segurança relacionado a lugares (este conceito será explicado no tópico IMAGEM DO LUGAR). Dessa forma, os registros identificados, reiteraram a importância do lugar, que mesmo “murado e sem acesso permitido”, mostrou-se simbólico às análises propostas, que associam o espaço público às mulheres.

Resgato Harvey (2003) que ao citar Robert Park (sem data), esclarece que nossas tentativas de mudar o mundo em que vivemos, na verdade, são tentativas para mudarmos à nós mesmos. Ao revitalizar o Largo, organiza-se o espaço e acaba-se selecionando aqueles que poderão utilizá-lo. A tentativa de realizar melhorias urbanas, altera a dinâmica do espaço (público), reposiciona usuários e reconfigura as trilhas para passagem, muda o sentido dos fluxos e interfere na apropriação do espaço. No entanto, este lugar e a configuração espacial que se originou a partir de seu cercamento, interferiram no modo com que as pessoas se apropriaram do espaço público – calçadão, por isso, aliado ao conceito de visibilidade, associado a este local, interessou-nos avaliá-lo, pois entendemos que ele compõem a paisagem junto ao calçadão, servindo de fundo à registros de passagens e apropriação do espaço público, mesmo que simbólicos, no entanto representativos.

## 2. MULHERES VENDEDORAS AMBULANTES



A abordagem realizada durante a aproximação empírica não seguiu um roteiro pré-definido, aconteceu naturalmente, assim como a escrita deste texto.

Entrevistamos seis mulheres no centro de Florianópolis. Três delas, realizavam a venda de produtos na rua (calçadão e calçada do camelódromo) todos os dias úteis e possuíam licença para a realização da atividade. Outra três, realizavam a venda de produtos artesanais, confeccionados por elas ao menos há dois anos, entretanto, de forma esporádica, não licenciada e sem cronograma definido, mas atestaram que realizam as vendas no centro, ao menos, duas vezes por mês. As distinções entre as vendedoras, licenciadas e não licenciadas, interferem na forma com que se apropriam do espaço público, no entanto, constituem elementos favoráveis à análise proposta.

Os relatos das mulheres vendedoras ambulantes, contribuem essencialmente para a análise do espaço público, pois utilizamos suas percepções para estruturar o trabalho e apresentar o Centro de Florianópolis e a relação que se constitui entre elas e o espaço público. Propõe-se que a partir da análise de seus relatos pessoais e da análise da relação entre elas e o espaço público, possamos indicar o modo como acontece a apropriação do espaço público.

Devido as caminhadas realizadas para a observação empírica, as vendedoras ambulantes licenciadas foram encontradas em seus pontos diversas vezes e isso possibilitou realizar a entrevista em momentos diferentes. No entanto, as vendedoras não licenciadas, foram encontradas apenas uma vez, na data da entrevista. A entrevista foi não-diretiva e respeitou o tempo de cada entrevistada, com pausas para que atendessem aos clientes ou cumprimentassem alguém que passasse.

Foi necessário compreender o contexto existente e relacioná-lo com as mulheres vendedoras ambulantes e o espaço público e seus relatos, indicaram a proximidade entre elas e aspectos comuns e sensíveis à todas como: classe, raça, idade, trabalho, cotidiano entre outros. Desse modo, seus relatos foram essenciais à pesquisa.

Por fim, analiso as narrativas e identifico os temas recorrentes e como interferem no uso da cidade de cada uma. Dividi-los possibilita a melhor exposição e aprofundamento das questões.

Figura 5 Localização das mulheres vendedoras ambulantes.



Fonte: Google Maps (adaptação da autora)

## 2.1. GLÓRIA

Momento da entrevista: início da manhã, agosto de 2019.

Onde a **encontrei**: calçada, entre o Camelódromo e a Av. Paulo Fontes.

Glória tem um olhar doce e quase melancólico, fala pouco, é simpática, mas aparenta estar cansada. Veste camiseta, calça jeans e um casaco leve, de malha rosa. Ela nasceu em Concórdia, região oeste de Santa Catarina. Está em Florianópolis há 20 anos, tem dois filhos adolescentes que moram com sua mãe na cidade natal. Tem 44 anos e casou-se, recentemente, pela terceira vez (diz isso com um sorriso tímido nos lábios). Mora com o companheiro em um apartamento pequeno na Rua Felipe Schmidt no Centro e por isso, se desloca a pé até seu local de trabalho. Há 19 anos, Glória vende vale transporte e itens para armazená-los. No local em que

a entrevistei, na calçada próximo ao Camelódromo, diz estar desde que o Terminal Urbano foi transferido para a Av. Paulo Fontes. Orgulha-se em dizer que foi uma das primeiras vendedoras do local. Diz que embora ganhe pouco, consegue enviar auxílio financeiro para a mãe, que “cuida de seus filhos”. Embora sinta saudade dos filhos, diz ter a certeza de que a mãe os olha com cuidado e amor. Para Glória, quando eles tiverem idade para trabalhar, poderão vir morar com ela em Florianópolis, se quiserem.

Figura 7 Glória – percurso a pé (Camelódromo - Rua Felipe Schmidt)



Fonte: Google Maps

### 2.1.1. O Lugar Particular de Glória no Espaço Público

Glória é a vendedora ambulante mais exposta à cidade. O lugar que ela ocupa, não tem paredes e nem marquise para proteger seu corpo ou delimitar a área

onde vende os produtos e vale transporte. Um poste apenas, serve de apoio para ela e para o guarda-sol que utiliza em dias ensolarados ou quando há chuva. Ela se ajeita sobre a calçada, numa posição pré-definida, que não atrapalha o intenso fluxo de pedestres que vão em direção ao centro da cidade ou ao terminal urbano. No dia em que a entrevistei, sentava-se em uma cadeira de plástico amarela. Lado a lado, separados por cores e tamanhos, apoiava os itens que vendia (passes e cartões para transporte público, porta cartões e outros objetos). Ela guarda a mesa onde apoia os produtos e a cadeira, em uma lanchonete ao final do expediente, mediante, uma contribuição pelo guarda-volumes. Em uma mochila, pendurada na cadeira, ela armazena o que precisa para passar o dia trabalhando na rua: sanduíches, 300 ml de água “da torneira” que traz de casa, documentos pessoais, a licença para o uso do ponto, um pouco de dinheiro para troco e celular. No passado, utilizava uma caixa de plástico para expor os itens que vendia e sentava-se sobre um banco de plástico, sem encosto. Conta que foi necessário substituí-los pois sentia dores nas costas devido a má postura.

## 2.2. GIANE

**\*Entrevistei** Giane duas vezes.

Momento da entrevista: final de manhã, setembro de 2019/início da manhã, setembro de 2019.

Onde a **encontrei**: calçada, cruzamento da Rua Jerônimo Coelho com a Rua Felipe Schmidt.

Giane tem braços fortes, estatura mediana e um sorriso contagiante. Conversa com todos, é simpática e aceitou contar sua história enquanto afiava alguns alicates. É afiadora há 20 anos e sempre trabalhou “na rua”. Ela nasceu em Bom Retiro, município rural próximo a Urubici, região sudeste do estado de Santa Catarina. Tem 42 anos. Casou-se duas vezes e tem duas filhas, uma adolescente e uma bebezinha. Separou-se, recentemente, do segundo marido e disse que ainda está se adaptando (financeiramente) à nova vida, pois os gastos com fraldas e leite desequilibraram o seu orçamento. Confessa que não havia planejado a segunda

gravidez e que agora precisa se adaptar, pois é a única provedora da família e até o momento, não pôde contar com o auxílio financeiro do antigo companheiro. Destaca que a filha irá trabalhar brevemente em um supermercado, pelo Programa Jovem Aprendiz<sup>6</sup> e então, poderá ajudar nas despesas familiares. Enquanto ela trabalha, a bebezinha fica aos cuidados de uma vizinha que cuida de outras crianças da vizinhança, pois isso facilita a rotina diária dela e assim, não precisa desviar seu caminho para encontrar a filha pequena. Quer um futuro melhor para as filhas e acredita que a educação é o caminho para isso. Durante o primeiro casamento, morou na Rua Felipe Schmidt/ Centro, mas após a morte do primeiro marido precisou se mudar para Coqueiros “por motivos financeiros”. Precisa utilizar transporte público para se deslocar e contribui com determinado valor mensal para o guarda-volumes em uma loja próxima, pois o equipamento é muito pesado para ela carregar todos os dias.

Ocupa, desde setembro de 2018, (data em que os vendedores ambulantes<sup>7</sup> tiveram a autorização da prefeitura para realizar atividades econômicas em espaço público<sup>8</sup>), “um cantinho” do espaço no cruzamento da Rua Felipe Schmidt com a Rua Jerônimo Coelho. Paga R\$ 67,00 (sessenta e sete reais) anualmente pela licença de venda e uso do espaço público à prefeitura. Anteriormente, trabalhava em frente ao banco Santander, próximo à Praça XV de Novembro, porém sem regularização. Sobrava mais, no entanto havia a sensação de que estava fazendo algo errado e que poderia ser repreendida a qualquer momento.

Conta que chega mais tarde ao ponto, pois antes de sair de casa, precisa dar banho na bebê, separar fraldas, comida e deixá-la aos cuidados da vizinha. Por isso, inicia as atividades apenas às 10h da manhã. Considera importante poder gerenciar seus horários, principalmente agora, que está “sozinha” e é responsável por todas as decisões e ações da família. Gosta de trabalhar naquele lugar, pois há intensa circulação de pedestres, o que dá bastante visibilidade ao serviço que realiza e contribui para que se sinta segura. Segundo ela, os ambulantes procuram ajudar uns aos outros quando necessário. Diz que raramente é assediada e quando acontece, trata-se de algum desconhecido, pois quem a conhece sabe que ela é “uma mulher

---

<sup>6</sup> Programa do governo de acesso ao emprego previsto na Lei 10.097/2.000

<sup>7</sup> A Lei 3667/91, mais recente, inseriu o termo camelódromo ao texto. No entanto, se manterá a nomenclatura vendedor ambulante ou vendedora ambulante.

<sup>8</sup> A lei nº 2496/86 – Dispõe sobre a regulamentação do comércio ambulante na área do município obedecidas as exigências de que trata o Código de Posturas Municipal.

séria”. Explica que não é difícil utilizar o equipamento, diz que “é questão de habilidade e jeito”. Passa o dia em pé e ao final da tarde, embora exausta, precisa atender a bebezinha e realizar as atividades domésticas. Diz que não dá conta de todas as demandas domésticas e se sente culpada por não dar a atenção que julga necessária à filha mais velha, que está se tornando “mulher”.

Figura 8 Giane – percurso com ônibus (Rua Jerônimo Coelho - Bairro Coqueiros)



Fonte: Google Maps

### 2.2.1. O Lugar Particular de Giane no Espaço Público

Num recuo, sob a marquise do edifício onde localiza-se o Banco do Brasil, no cruzamento da Felipe Schmidt com a Jerônimo Coelho, Giane tem instalado seu equipamento para afixação. Ela afirma que mais de cinquenta por cento de seus atendimentos são representados por alicates. Embora, parcialmente, protegida por uma marquise da edificação, ela utiliza um guarda sol amarelo em dias chuvosos e

para bloquear a insolação, que no início da tarde incide sobre o local. A marquise, localizada aproximadamente a quatro metros de altura, efetivamente pouco protege o lugar onde ela trabalha. Utiliza alguns *banners* publicitários com fundo rosa, em tamanhos variados, para camuflar o equipamento utilizado para afiação. Os painéis se destacam na paisagem e informam o número de telefone, horário de atendimento, o aceite de cartões para o pagamento e enfatizam que agora, ela atende naquele cruzamento. Utilizou um pedaço de MDF, para regularizar o piso em declive e apoiar o carrinho. Mesmo assim, utiliza calços, que precisam ser ajustados a todo momento, devido a vibração do equipamento. Diz que quando comprou o maquinário, pensou em pintá-lo de rosa para destacá-lo e indicar a presença de uma mulher no atendimento, mas ficou com receio de danificar o aparelho e motor, por isso optou pelos *banners* coloridos. Num canto, mais à sombra, ela armazena algumas sacolas de plástico com roupas e alimentos para passar o dia, mas indica que a maior parte delas são roupas de bebê, doadas por amigas e clientes.

Figura 9 Mulher Vendedora Ambulante 2



Fonte: Elaborado pela autora

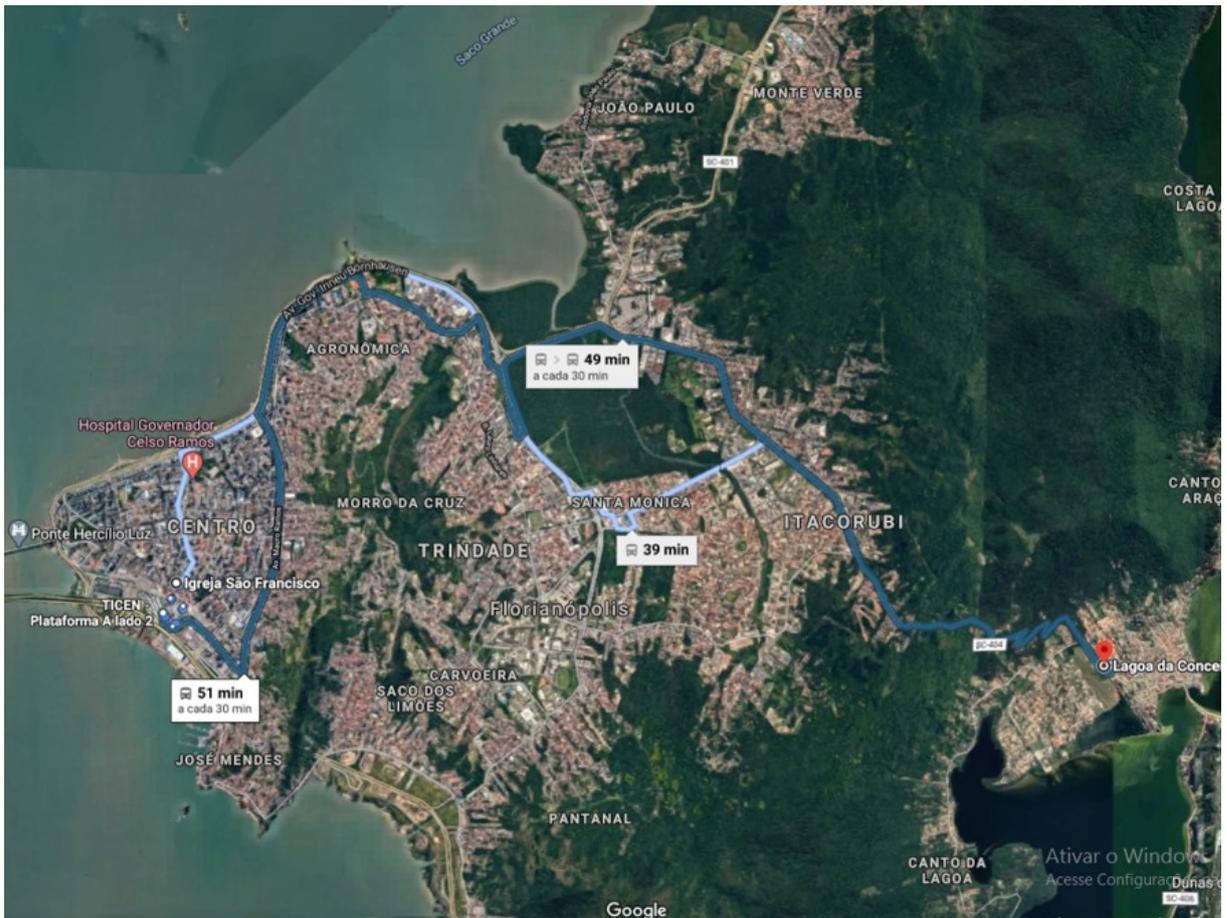
### 2.3. DIVINA

Momento da entrevista: meio da manhã, setembro de 2019.

Onde a **encontrei**: Rua Deodoro, em frente ao gradil da Igreja São Francisco.

Encontrei Divina, acompanhada de Maria, na Rua Deodoro, quase cruzamento com Rua Felipe Schmidt. Prontamente, ela se define: “Sempre fui rendeira, esposa de pescador e cuidei das coisas da casa”. É uma mulher vigorosa e sorridente. Viúva, não me revela a idade. Recentemente, a filha e as duas netas foram morar com ela, pois separou-se. Sempre morou próximo a Lagoa da Conceição. Conta, que muitas vezes o marido “embarcava” em Santos e não deixava dinheiro suficiente para ela e os filhos, e o dinheiro que recebia com a venda das rendas, era o que mantinha a família. Logo que se casaram, em uma das primeiras vezes que ele voltou de Santos, conseguiu completar o valor para a compra do terreno, onde construíram a casa onde mora até hoje. Lamenta que durante o casamento, não teve a oportunidade de viajar e conhecer outras cidades, distantes de Florianópolis, pois o marido não achava necessário e por isso, passou a maior parte dos dias de sua vida na ilha. Comenta que após a morte do marido, há cinco anos, começou a participar efetivamente do grupo de rendeiras da Lagoa e só então, começou a conhecer outros lugares. Revela que no mínimo, duas vezes por mês vem ao centro vender rendas no calçadão, pois consegue melhores valores por elas, pois os “turistas do centro” pagam um pouco.

Figura 10 Divina – percurso com ônibus (Rua Deodoro – Lagoa da Conceição)



Fonte: Google Maps

### 2.3.1. O Lugar Particular de Divina no Espaço Público

Divina vende rendas de bilros na Rua Deodoro. Vendedora sem licença, mistura-se aos demais vendedores ambulantes e artesãos que se espalham pelo local. Ela não demanda muita estrutura para realizar suas vendas, talvez seja mais passageira do que vendedora. Em frente ao gradil da Igreja São Francisco, estendeu no chão, uma toalha de mesa branca, dessas que o brilho e o contraste, indicam o desenho de flores. Sobre ela, distribuiu as rendas delicadas e coloridas que se destacam sobre o fundo branco. O conjunto contrasta com o chão acinzentado do calçadão. Ela parece atenta e comenta que não expõe seus produtos por muito tempo e que escolhe entre manhãs e tardes, pois não se sente à vontade. “É como se invadisse a área de alguém”, diz. Fala que percebe os olhares de reprovação dos outros vendedores ambulantes e que isso a deixa receosa. Também comenta que a

fiscalização a deixa intimidade e tem receio de que recolham sua mercadoria, mas enfatiza sua necessidade financeira e a vendas das rendas incrementam seu orçamento. Enquanto estive com ela, não vendeu nenhuma peça.

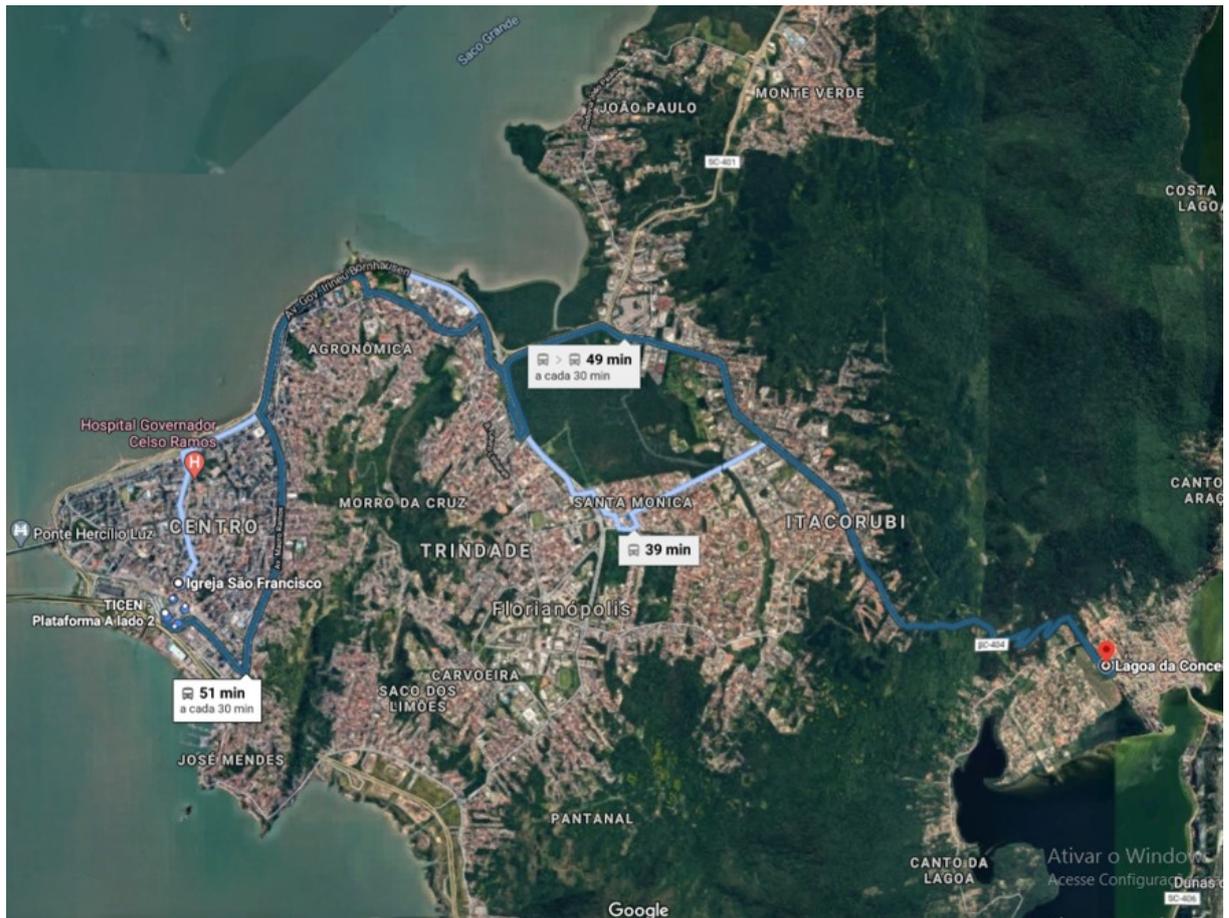
#### 2.4. MARIA

Momento da entrevista: final da manhã, setembro de 2019.

Onde a **encontrei**: Rua Deodoro, em frente ao gradil da Igreja São Francisco.

Maria, acompanhava Divina. Maria tem um olhar cansado e um corpo franzino. Aparentemente, sua fragilidade vai além do corpo, chega na alma. Muitas vezes gira sua cabeça para tentar identificar a origem dos sons mais altos, diz que isso a incomoda. Nasceu e ainda mora próximo a Lagoa da Conceição, bem próximo de familiares: primos, tios e irmãos. É casada e seu marido sempre foi pescador, mas hoje está aposentado. Maria tem 75 anos e está aposentada. Diz ter trabalhado na universidade, entregando os malotes aos professores. Gostava de caminhar o dia todo e conversar com quem encontrasse pelo caminho. Tinha muitos conhecidos, amizades e era sempre convidada para casamentos, batizados e confraternizações. Hoje, dedica a maior parte de seu tempo aos cuidados do marido que sofre com os sintomas de diabetes. Cuida dos netos enquanto os pais trabalham. Tem duas filhas que moram próximo a ela, mas em casas separadas. Enfatiza esta informação, pois diz que é comum “na Lagoa”, as famílias morarem próximas ou sobre o mesmo terreno. Conta, que algum tempo depois de se aposentar, andava entristecida e desanimada, sem vontade para fazer as coisas da casa ou “cuidar do marido” e que mais tarde, foi diagnosticada com depressão. Hoje, tem acompanhamento médico e participa do grupo de rendeiras da Lagoa. Diz que a “doutora do postinho” aconselhou que participasse de alguma atividade, para se distrair e para que pudesse interagir com outras pessoas. Diz que aprendeu a fazer renda ainda mocinha, mas que suas habilidades não são mais as mesmas. Diz gostar dos eventos, de passear e conhecer novos lugares e pessoas, e é isso que faz bem a ela. Quando participa dos eventos, os netos ficam sob responsabilidade do marido.

Figura 11 Maria – percurso com ônibus (Rua Deodoro – Lagoa da Conceição)



Fonte: Google Maps

#### 2.4.1. O Lugar Particular de Maria no Espaço Público

Maria parece deslocada, pouco confortável por estar no calçadão vendendo rendas e quase se esconde atrás da Divina. Auxiliou na organização das rendas sobre a toalha branca, interagiu com quem passou e convidou os passantes para olharem peças. Gostava de conversar, mas não vendeu nenhuma peça.

## 2.5. AMANDIA



\***Entrevistei** Amandia duas vezes.

Momento da entrevista: início da manhã, agosto de 2019/meio do dia, setembro de 2019.

Onde a **encontrei**: cruzamento da Rua Deodoro com a Rua Conselheiro Mafra.

Amandia, é mulher negra, idosa de 73 anos. Agitada, anda de um lado para o outro, ziguezagueia entre as pessoas que circulam e demonstra seus produtos para quem se mostra interessado. Um pano de prato sobre o ombro, complementa sua indumentária. Amandia narra sua história, faz uma pausa apenas para atender às clientes. Conta em detalhes suas experiências, resgata momentos que marcaram sua

existência e descreve situações de seu cotidiano. Ela é casada e tem dois filhos adultos. Nasceu em Florianópolis e hoje mora com o marido “numa casinha” que construíram há anos, no Morro da Queimada. Sempre trabalhou como empregada doméstica, mas nos últimos três anos está trabalhando com vendas na rua.

Diz que desde que conseguiu a licença para o ponto da Rua Deodoro, o marido a tem acompanhado. Primeiramente, por proteção, mas que agora a acompanha para ter alguma ocupação durante o dia. Explica que ele não estava presente, pois preferiu ficar em casa e descansar, pois sentia-se indisposto. Amandia conta que ele possui duas “pontes de safena” e sofre com a depressão. Naquela manhã, Amandia diz ter preparado o almoço antes de sair de casa e deixou tudo ajeitado para ele, “tudo à mão”, disse. Mencionou que foi melhor ele ter ficado em casa, já que ela terá que sair mais cedo, pois precisará ir até o posto de saúde para tentar marcar uma consulta. Ela sofre com dores na coluna, “tem infecção nos ossos” e problemas no coração. Ambos são aposentados, mas o valor que recebem não é suficiente para eles e precisa incrementar o orçamento doméstico com o dinheiro das vendas de panos de prato.

Amandia conta que há dois anos, atende no ponto da Rua Deodoro, mas que antes, trabalhava com a venda de Trimania, em frente a Casas Bahia. Contou que os equipamentos que utilizava não eram seus e ficava apenas com parte do que era vendido, pois pagava “aluguel pelo local e equipamento”. Prefere a forma atual, pois embora pague, anualmente, R\$ 65,00 (sessenta e cinco reais) pela licença à prefeitura - (nesse momento, retira o documento de autorização da bolsa e insiste em me mostrar, pois disse gostar de deixar tudo sempre esclarecido!). Informou que a autorização permite sua permanência no local até as 17h e lamentou ter que sair mais cedo no dia da entrevista, pois foi um bom dia de vendas.

Ela se desloca de ônibus e deixa os equipamentos, todos portáteis (mesa dobrável, banquetas, caixa de papelão), na loja onde compra os panos de prato. Nos primeiros meses, trazia e levava todos os equipamentos que precisava, mas era cansativo e tinha dificuldade em carregar tantas coisas. Diz que compra os “panos” conforme tem dinheiro, mas relata que tem uma continha de R\$ 65,00 (sessenta e cinco reais) e que planeja pagá-la o mais rápido possível. Segundo ela, o crochê é a única coisa que ela sabe fazer e tentou incrementar as vendas fazendo barras de crochê nos panos de prato, pois diferenciam as peças e ela pode cobrar um pouco mais. “Eu tenho que “lutá”, não posso desistir”, comentou

. Figura 12 Amandia – percurso com ônibus (Rua Deodoro – Morro da Queimada)



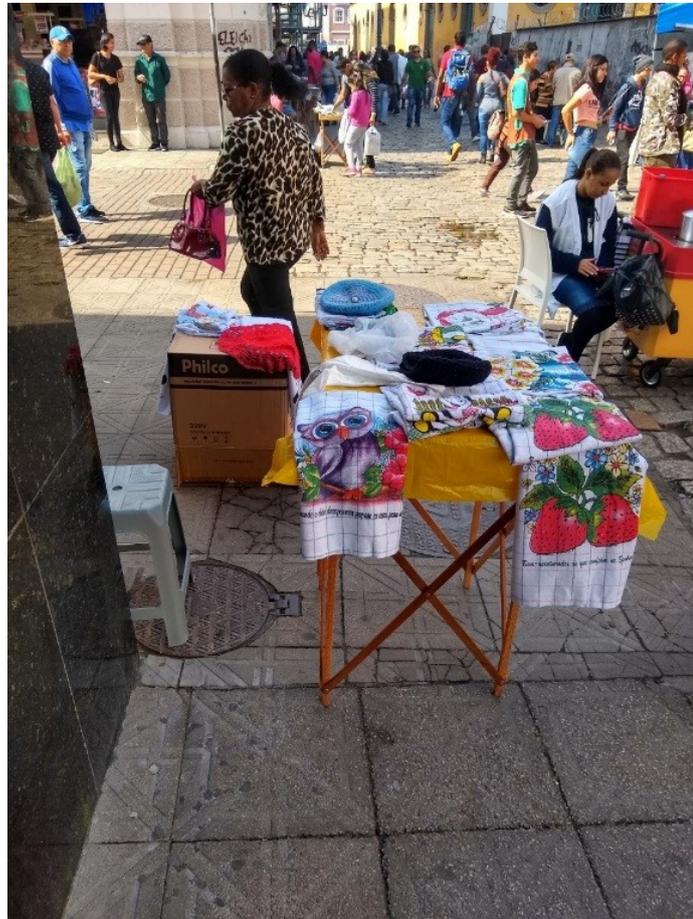
Fonte: Google Maps

### 2.5.1. O Lugar Particular de Amandia no Espaço Público

A marquise de um edifício comercial, protege Amandia. O arame farpado instalado sobre a marquise e as pichações nas paredes, conotam insegurança ao local. O lugar de Amandia no espaço público corresponde a 2,5 m<sup>2</sup>, aproximadamente. Prefere não ficar sob a marquise, pois os pombos que se apoiam nela, podem sujar sua mercadoria. Por isso, move seus equipamentos em direção ao meio da via, em direção a uma beiradinha de sol, pois é final de inverno e quer aquecer-se. Porém, diz não sair excessivamente da área delimitada, pois não quer que os fiscais chamem sua atenção. Amandia organiza seu espaço de trabalho com cuidado: posiciona uma mesa dobrável de 0,60x1,00m, numa posição estratégica para que seja percebida

pelo maior número de pessoas, e ao lado, como expositor, coloca uma caixa de papelão. Sobre ambos, expõem os panos de prato que comercializa.

Figura 13 Espaço particular de Amandia



Fonte: Elaborado pela autora

Organiza-os lado a lado, dá destaque às estampas, cria composições, agrupa por categorias e procura deixar o mais chamativo possível. Aprendeu que precisa estar bem posicionada, no meio do fluxo e chamar a atenção daqueles que passam por ela. Na caixa de papelão, de tamanho médio, ela armazena suas refeições, água e até guarda sua bolsa, pois considera ser o local mais seguro para guardá-la, pois a mantém sempre fechada. Sobre a caixa, expõe as peças que possuem “barrinhas de crochê”. Justifica que não é o melhor apoio, mas é um objeto leve e pode movimentá-la tranquilamente. Nos dias chuvosos, a sistemática de exposição se mantém praticamente igual, apenas cobre as peças com um grande plástico transparente e se abriga sob a marquise, antes desprezada.

## 2.6. COTINHA



Momento da entrevista: início da manhã, agosto de 2019.

Onde a **encontrei**: Rua Conselheiro Mafra, soleira da Casa da Alfândega.

Dona Cotinha é uma mulher negra, idosa (aparenta ter mais de 70 anos), magra e alta. Seus cabelos brancos são presos com um coque na altura da nuca e ela os envolve com um lenço colorido, preso junto ao coque. Veste roupas desbotadas, que não parecem ser suas pois a manga da blusa tem o punho enrolado, insinuando ser maior que os braços dela. Eventualmente, Dona Cotinha vende, na região do Calçadão da Rua Felipe Schmidt, peças de tricô (meias, tocas e cachecóis) confeccionadas por ela. Mora no Morro do Mocotó, em uma “casinha” pequena.

Trabalhou apenas como empregada doméstica e mesmo aposentada, precisa incrementar renda vendendo as peças de tricô. Gostava de se deslocar a pé, mas tem se sentido cansada para isso. Precisa subir escadas e uma ladeira íngreme, um percurso bastante difícil para alguém de sua idade. A filha e dois netos moram com ela e sua aposentadoria é importante para eles, pois nem sempre a filha nem sempre está empregada e os netos adolescentes ainda não trabalham. Menciona ter percebido que havia diversos ambulantes vendendo meias, tocas e outras peças em diversos pontos do calçadão, e por isso, resolveu tentar vender suas peças artesanais também. Vende pouco, mas é “uma ajuda para a comida”, disse ela.

Figura 14 Dona Cotinha – percurso a pé (Casa da Alfândega – Morro do Mocotó)



Fonte: Google Maps

### **2.6.1. O Lugar Particular de Cotinha no Espaço Público**

Encontrei com Dona Cotinha sentada numa das soleiras na Casa da Alfândega. Enquanto olhava para os lados, ela se aquecia ao sol. Embora não tenha licença, expõe sobre uma toalha, as peças de lã que ela mesma confecciona e se justifica, dizendo que não expõe por muito tempo. Segundo ela, o fato de expor seus produtos por algumas poucas horas, faz com que não precise de licença. Disse que nunca foi abordada pelos fiscais, mas procura evitá-los. Confessou ter receio dos demais vendedores, mas disse ter liberdade para se instalar onde houver movimento. Se não der, me ajeito em outro lugar, disse. Dona Cotinha não fala muito, é preciso perguntar e mesmo assim e assim me atrevo a analisar sua postura e atitude. Ela para onde tem movimento, onde tiver um apoio, senta e espera os clientes. Afinal, sempre aparece alguém. Quaisquer 10, 20 reais são bem-vindos, ela disse.

A relação estabelecida com o espaço público é essencial à manutenção da vida de cada uma das mulheres vendedoras ambulantes entrevistadas. Embora as rotinas de apropriação e realização de atividades em espaço público voltadas à venda de produtos sejam diversas, é possível identificar que idade, classe social, trabalho, família e isto influencia na maneira com que ocupam e interagem em espaço público.

### 3. A MULHER E A CIDADE



#### 3.1. GÊNERO E URBANISMO: OUTRAS PERSPECTIVAS

O ser humano, assim que nasce, inicia seu processo de comunicação com o mundo e para isso, articula sons e gestos, e mais tarde se utiliza de signos e caracteres. Enquanto descobre e se adapta ao universo à sua volta, seu sorriso é comparado ao sorriso do pai e seus olhos, aos olhos da mãe. Perguntarão qual é o “sexo” do bebê, se é menina ou menino, na tentativa de prever quais serão as experiências vivenciadas por ele ao longo da vida. Se for mulher, falarão que será amorosa, dócil e desatenta, ligada à natureza, devido a sua capacidade de conceber e dar à luz. Se for homem, será permitido que aproxime-se da cultura, e seu temperamento, o fará perspicaz, viril e decidido. A associação entre o sexo biológico e temperamento limita as experiências de mulheres e homens e constitui dualidades que orientam os modos com que nos relacionamos com o outro e com

o mundo. A identidade sexual utilizada para justificar as divisões de trabalho, definiu o teor das relações entre os indivíduos, situando as mulheres em posições secundárias, destinando-as, uma “pequena” parcela da vida, a mais reservada e íntima: a vida doméstica (GONZAGA, 2004; FEDERICCI, 2018; PISCITELLI, 2009).

Segundo Saffioti (1987, apud FALCÃO, 2019), o espaço doméstico foi desvalorizado socialmente, e o poder hegemônico fez crer que a responsabilidade pela manutenção deste espaço, sempre foi da mulher ao ressaltar suas habilidades “naturais”. No entanto, a partir do final dos anos de 1960, o movimento feminista começou a contestar as causas da subordinação feminina e passou a se apoiar em teorias para explicá-las. Em 1989, a publicação do artigo “Gênero: uma categoria útil para análise histórica” de Joan Scott, intensificou o debate, pois a autora contestou as explicações biológicas utilizadas para oprimir as mulheres, quando concordou com a definição de que foram as construções sociais que estabeleceram as distinções entre homens e mulheres. Por isso, passou a utilizar “gênero”<sup>9</sup>, pois acreditava que o termo compreendia as diferenças sexuais, sem a influência das relações de poder constituídas de forma hierarquizada, e que os corpos seriam entendidos a partir do ponto de vista social.

Na atualidade, as renovações sociais constantes, influenciam as concepções de gênero, reconhecidamente adaptável e performática e que acompanha as transformações sociais. No entanto, apenas o aspecto cultural não é capaz de definir o que é gênero, como se fosse simples categoria, pois as relações não são estáticas e há transversalidades no debate feminista que atendem mais amplamente às necessidades sociais de viver e existir na cidade (TAVARES, 2015).

O movimento feminista lida com a complexidade das abordagens sobre o poder relacionado a raça, classe, sexualidade, idade, habilidade física entre outras, e atualmente, adotar a teoria feminista, implica escolher um dos caminhos possíveis, o que torna os debates atuais mais abrangentes, já que o movimento se subdivide para atender à diversas demandas. A convergência de modalidades que

---

<sup>9</sup> De acordo com Michaelis (2011), gênero é definido da seguinte forma: s.m. (lat \*genery, por genus) 1 Grupo de seres que têm iguais caracteres essenciais. 2 Lóg. A classe que tem mais extensão e, portanto, menor compreensão que a espécie. 3 Biol. Grupo morfológico intermediário entre a família e a espécie. 4 Gram. Flexão pela qual se exprime o sexo real ou imaginário dos seres. 5 Gram. Forma do adjetivo ou pronome com relação ao gênero dos nomes a que se refere. 6 Agrupamento de indivíduos que possuem caracteres comuns. 7 Espécie, casta, raça, variedade, sorte, categoria, estilo etc. 8 Qualidade, espécie, modo.

acompanha o movimento, incorpora os debates que não eram contemplados pelo discurso feminista, como raça e geração que operam com as contradições de gênero e classe, por isso, o discurso originado com as mulheres americanas negras e com as latinas, se fortalece. Para Djamila Ribeiro (2017, p. 21), atualmente, Judith Butler é uma das responsáveis pela abertura do movimento feminista “às várias possibilidades de ser mulher”, que substituir o discurso universal pelo da interseccionalidade<sup>10</sup> e que incorpora raça, orientação sexual, identidade de gênero.

Piscitelli, (2009, p. 24) afirma que Judith Butler, propõe fluidez em contraponto à rigidez do gênero propondo que os conceitos de masculino e feminino articulem-se com outras diferenças sociais tais como raça, classe, etnia, idade, e assim misturem-se no corpo de todas as pessoas, “inclusive aquelas que não se deixam classificar de maneira linear como apenas homens e mulheres”. No entanto, ao considerarmos o cenário social, percebe-se que existem diferentes categorias de pessoas, que aparecem como dissonantes, pois a distinção entre masculino e feminino não esgota o sentido de gênero. Assim, o termo gênero não aparecerá relacionado a sexo biológico, pois segundo Butler (2003, p. 24):

[...] a percepção concebida originalmente para questionar a formulação de que a biologia é o destino, a distinção entre sexo e gênero atende à tese de que, por mais que o sexo pareça intratável em termos biológicos, o gênero é culturalmente construído: conseqüentemente, não é nem o resultado casual do sexo, nem tampouco tão aparentemente fixo quanto o sexo. (...) se o gênero são os significados culturais assumidos pelo corpo sexuado, não se pode dizer que ele decorra, de um sexo desta ou daquela maneira. Levada a seu limite lógico, a distinção sexo/gênero sugere uma descontinuidade radical entre corpos sexuados e gêneros culturalmente construídos.

Dessa forma, podemos considerar gênero como um conceito construído socialmente a partir do que nos constitui em aspectos sociais: cultura, práticas, performances, ideologia, identidade, e que define o posicionamento político do corpo diante das relações de poder em uma sociedade (SCOTT, 1989; BUTLER, 2006;

---

<sup>10</sup> Carla Akotirene (mulher negra), se utiliza das palavras de Collins (2019 p. 460 apud Akotirene, 2019, p. 271) para definir o conceito de interseccionalidade: “abordagem que afirma que os sistemas de raça, classe social, gênero, sexualidade, etnia, nação e idade são características mutuamente construtivas de organização social que moldam as experiências das mulheres negras e, por sua vez, são formadas por elas”

SAFFIOTI, 2013 apud TAVARES, 2015), e por isso, o sexo biológico não interfere na constituição das identidades masculinas e femininas, pois estão pautadas na construção social. Neste trabalho trataremos o conceito de gênero como não associado ao sexo biológico, mas às subjetividades, que acompanham os constantes processos de transformação de mulheres e homens.

O sistema de opressão, determinado por relações de poder, imposto aos corpos, práticas e subjetividades, encontra resistências e contestações de algumas camadas da sociedade que veem a necessidade de se repensar o modelo de planejamento das cidades em prol de uma parcela maior da população, até então excluída e não contemplada. Entre as décadas de 60 e 70, surgiram as primeiras reivindicações de movimentos ligados a distintas correntes de pensamento (ecologismo, segunda onda do feminismo, protagonismo dos países subdesenvolvidos e outros), que solicitavam a inclusão da perspectiva de gênero e o atendimento às necessidades das mulheres nos processos de planejamento e gestão de cidades, a fim de torná-las menos sexista e mais igualitárias (FLETCHER et al, 2018).

No entanto, segundo Hoff (2018, p. 21), a ordenação da cidade ainda atende às orientações funcionalistas e racionalistas, associadas à produção do capital em detrimento da reprodução da vida humana. Nesse sentido entendem Martinez, Casanovas et al. (2011, apud Tavares 2015, p. 51) que:

As necessidades determinadas pelo chamado sujeito de direito, partem de uma falsa neutralidade que mascara as premissas do androcentrismo e da heteronormatividade. O direito à cidade como ele é concebido parte das prioridades dos mesmos, tomando como referência o mundo público, a participação no mercado e os espaços atribuídos aos homens, ao passo que o espaço doméstico-feminino não está incluído nessa categoria.

Ainda, segundo Hoff (2018), os princípios normativos e racionalistas representam espaços que reproduzem “relações de subordinação e constrangimento do corpo que não pertence ao padrão”. O modelo que prioriza a produção, é reproduzido social e culturalmente, em todas as áreas em que as mulheres desempenham alguma função, seja no trabalho, recebendo salário menores; nas residências desempenhando as atividades por mais tempo que os homens ou nas cidades sem ter acesso aos lugares por falta de segurança.

Incluir este debate à pauta é um ato de resistência e um exercício de investigação minuciosa que se utiliza de aproximações ou escalas, segundo Silva (2003 apud HOFF, 2017, pp. 24-25):

A abordagem sob a perspectiva feminina na produção do espaço exige um olhar do cotidiano e às microescalas, ao micro social e aos grupos marginalizados, ficando assim, em segundo plano frente aos interesses predominantes e da financeirização da cidade.

De modo um pouco mais sistemático, desde o início dos anos de 1990, geógrafas e urbanistas, tem incluído a pauta feminina aos estudos urbanos. A expectativa é registrar as atuais demandas das mulheres, extrapolando o “Movimento de Luta por Creches”, realizado no final dos anos de 1970. Pois, desde que se intensificou o acesso das mulheres à cidade, motivado pela ocupação de postos de trabalho, as reivindicações por equipamentos, que oferecessem suporte aos cuidados da família (saúde, moradia, além das creches e escolas), passaram a constituir a garantia de que as mães poderiam engajar-se no mercado de trabalho (GONZAGA, 2004). Dessa forma, repensar o modo de planejar as cidades se faz urgente, no entanto, é necessário conhecer as demandas existentes, ainda associadas ao cuidado com a casa e família, no caso das mulheres.

### 3.2. REPENSAR AS CIDADES, É INCLUIR AS MULHERES!

A Segunda Guerra (1939-1945) afastou os homens de seus empregos e famílias e os uniu às tropas, nas frentes de batalha. Como consequência, milhares de postos de trabalho em indústrias e escritórios nas cidades foram preenchidos por mulheres. Porém, com o fim da Segunda Guerra, as mulheres tiveram que “devolver” os postos de trabalho aos homens, deixando seus empregos e retornando aos lares. Dessa forma, foi retomado o discurso da divisão do espaço urbano em esferas produtiva e reprodutiva, estabelecendo que o lugar da mulher continuava sendo junto da família, em ambiente acolhedor e tranquilo, o paraíso sonhado. “Consequentemente, houve um grande retrocesso na presença pública das

mulheres e na produção do espaço público, devido a reinvenção da domesticidade” (HAYDEN, 1980; MUXÍ, 2018, p.182, tradução nossa).

A divisão social se concretizou com o parcelamento do espaço que destinou parte do território ao subúrbio e outra parte à periferia: “heranças defeituosas da cidade jardim e da cidade moderna, ambas dividiram os territórios urbanos por classe e gênero” (MUXÍ, 2018, p.182, tradução nossa). Em tempos de mudança e reconstrução, a utopia ideal alavancava a renovação. A forma de assentamento americano é resultado de políticas econômicas: boas casas para trabalhadores melhores e a casa unifamiliar com jardim em subúrbio isolado, tradicional na cidade jardim, representou o sonho americano, que mais tarde se tornou o sonho global. A cidade moderna, transformou bairros e residências em conjuntos habitacionais massificados e sem características.

Idealizar essa nova vida no subúrbio, vai além de novas infraestruturas, pois acrescentou um novo estilo de vida, pautado no consumo de bens, em atendimento ao capitalismo de consumo vigente. A residência, refrigeradores, ar condicionado, dois carros na garagem, representaram um enorme incremento de consumo de petróleo, todos novos e atestando o novo estilo de vida. A casa própria subsidiada - cada vez maior para aumentar também o valor da hipoteca, muda inclusive o foco político, que passa a se concentrar na propriedade privada, pois os donos das casas próprias, preocupados com a hipoteca de suas residências, teriam receio em perder o emprego e assim, deveriam “manter o controle” caso fossem instigados à greve. As feministas, atentas às transformações, responsabilizam a vida no subúrbio por seus descontentamentos básicos (HARVEY, 2013).

Afastada da cidade, a mulher ocupou um lugar privado, longe dos outros e de si, desempenhava o papel que atendia às expectativas patriarcais: “mulher, recatada e do lar”. Em resposta às distorções e infelicidades que as imposições desse período geraram, Betty Friedan<sup>11</sup> (1971) questionou pela primeira vez as consequências urbanas resultantes da existência dos subúrbios. Entre seus apontamentos destacou “o problema sem nome”, que à época não se identificava a causa, mas que era a depressão derivada da nova concordância entre o discurso do que era a felicidade para as mulheres e seu sentimento real, segundo Friedan assim definia (1971, p. 22):

---

<sup>11</sup> Editado em 1963 o livro de Betty Friedan, *A mística Feminina*, influenciou a segunda onda feminista nos Estados Unidos.

Por vezes uma mulher dizia-me que a sensação tornava-se tão opressiva que ela saía de casa e punha-se a caminhar a esmo pelas ruas. Ou então desatava a chorar. Ou então as crianças contavam uma anedota e ela não ria simplesmente porque nem a ouvira. Conversei com mulheres que haviam passado anos em sofás de analistas, procurando «ajustar-se ao papel feminino», tentando resolver bloqueios para «sentir-se realizada como esposa e mãe». Mas o olhar e o tom desesperado dessas vozes eram o mesmo tom e olhar de outras mulheres que estavam certas de não ter problema algum, em bora sentissem aquele mesmo estranho desespero

Em contrapartida, em uma sociedade obcecada pelo consumo e em conformismo com o sonho sugerido da casa própria localizada no subúrbio, mais mulheres foram inseridas na esfera produtiva em busca de rendimentos. Passaram a rejeitar seu papel no lar e colaboraram financeiramente na manutenção das hipotecas decorrente do sonho americano.

Na primeira metade do século XX, os arquitetos e urbanistas planejavam as cidades de acordo com o sonho americano: morar no subúrbio, afastado das cidades e com uma casa construída sobre um lote exclusivo. Também era o pensamento que orientava arquitetos e urbanistas no planejamento das cidades da primeira metade do século XX, e que se mantinham despreparados para o trânsito das mulheres. Baseavam-se em ideais capitalistas, orientados ao consumo generalizado e focado na utilização de automóveis. A busca por independência financeira, incentivou as mulheres a buscarem um trabalho nas cidades, rejeitando a imposição de seu papel no lar. Porém, a falta de infraestrutura dificultou seu trânsito pelas cidades, pois a cidade não havia sido pensada para “as donas de casa” (HAYDEN, 1980).

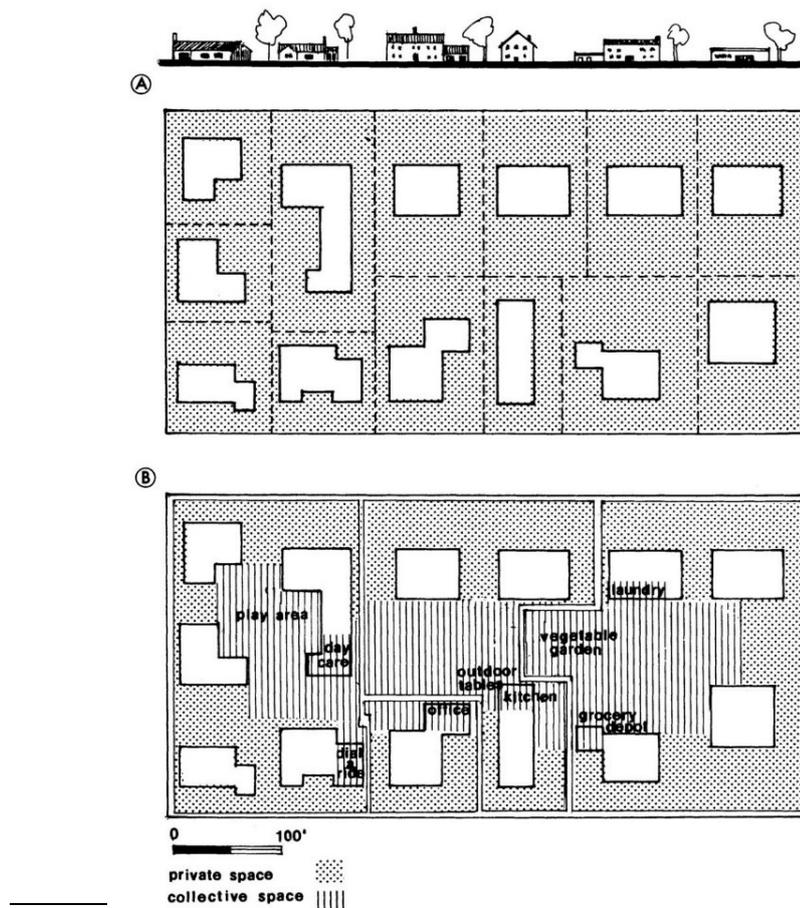
A análise da cidade na perspectiva de gênero, principalmente no mundo ocidental, não é algo novo, e além de ser uma forma de análise do espaço urbano, expõe as desigualdades (DÚRAN, 2008). Em 1980 o artigo *What Would a Non-Sexist City Be Like?* escrito pela professora Dolores Hayden, retratou a situação das norte-americanas que moravam no subúrbio e entraram no mercado de trabalho na primeira metade do século XX. A autora criticava o urbanismo moderno numa perspectiva de gênero.

Hayden (1980) critica a conduta antiquada adotada por arquitetos e planejadores urbanos que consideravam ainda possível dividir territórios e relações sociais em duas: a pública e a privada. A fixação da mulher como “dona de casa”, responsável pelo trabalho de reprodução, que culmina na implantação de subúrbios

isolados dos centros urbanos e pouco integrados com serviços coletivos à vida – como creches, mercados e mesmo pontos de trabalho.

Nessa definição, à mulher era reservado o espaço privado, considerado lugar secundário das atividades humanas, sem reconhecimento do trabalho nele realizado. Porém, Hayden (1980) destaca a revolução que acontecia nos lares norte-americanos, impulsionada pela divisão sexual do trabalho, a formação de novos núcleos familiares e a distribuição de renda familiar como motivos para reformular unidades habitacionais e bairros. Para isso, propõe criar serviços comunitários denominados *HOMES* – (*Homemakers Organization for a More Egalitarian Society* - Organização de donas de casa para uma sociedade mais igualitária), que apoiem o lar privado e a mulher que começava a trabalhar.

Figura 15 Proposta de HOMES, idealizada por Dolores Hayden para os subúrbios



Fonte: Hayden, 1980.

Para Hayden (1980) os modos de produção do espaço urbano público e privado, deveriam ser reavaliados e novos paradigmas deveriam ser utilizados para

produzir casas, bairros e cidades. Os cuidados com a manutenção doméstica exigiam quem cuidasse da cozinha, limpeza e crianças, o que era incompatível à carga de trabalho da mulher. A localização afastada das casas suburbanas dificultava o acesso ao centro comunitário compartilhado, e as mulheres foram se ausentando das reuniões e confraternizações, pois gastavam muito tempo se deslocando com o transporte público e quando chegavam em casa, ainda havia trabalho a ser feito.

O artigo de Hayden (1980) tenta promover o reconhecimento de novos padrões familiares como constituintes de novas abordagens de projeto, tentando substituir a concepção e associação de que o único lugar da mulher ainda é a casa. A localização, o espraiamento, e a tendência a especialização do espaço público e privado que atende ao modelo tradicional de família e contribui para a segregação das mulheres no espaço urbano e o seu confinamento no trabalho doméstico, foi amplamente criticado pela autora.

Assim como Dolores Hayden (1980), Jane Jacobs (2000) criticava a segregação, o isolamento da casa no lote e os bairros afastados, que necessitavam de transporte motorizado para acessá-los. Reprovava a “cidade jardim”, pois alegava que a baixa densidade e grandes espaços verdes, constituíam vazios nocivos no meio dos edifícios, e que estragam as relações sociais e o contato humano do bairro. Para Jacobs (2000), a mistura de funções era a principal necessidade das grandes cidades, e tentar setorizar, organizar demasiadamente a rua, o bairro, a cidade, era o grande erro dos urbanistas, pois a integração de várias funções formava um organismo social e econômico. Hoje, essencial ao funcionamento da cidade que acolhe as mulheres.

Foi no século XX que a relação crescimento e funcionalidade, existente principalmente nas grandes cidades, atingiu seu ponto mais crítico, pois a cidade foi sendo ajustada para atender às demandas por espaços destinados aos automóveis que aumentavam cada vez mais, e preenchiam todos os espaços existentes. Para Jacobs (2000), o automóvel era um potente “destruidor de cidades” e a inaptidão das cidades ao crescente uso de veículos, cede, cada vez mais espaço a eles em detrimento dos deslocamentos a pé, tornando-se imprescindível desestimular o uso dos automóveis.

Jacobs (2000) confrontou a renovação urbana para Nova York, idealizada pelo diretor de planejamento Robert Moses. A renovação foi paralisada pelas ações de Jacobs (2000) que confrontou diversos projetos de intervenção urbana por apresentarem propostas modernistas e que arrasariam as comunidades e bairros. O

projeto de Moses, causaria impactante transformação na diversidade urbana, nos bairros, na vizinhança e na vida de seus habitantes. Jacobs (2000) reclama a rua, o cotidiano, as necessidades e o imaginários dos cidadãos; consegue enfatizar as preocupações femininas (de mães), dando-lhes visibilidade, critica as narrativas dos mestres do planejamento, e torna-se um presságio das reivindicações posteriores: os movimentos das mulheres (FEMINISMURBANA, 2018):

Em uma das audiências sobre a realização da intervenção de Moses, as argumentações contra o projeto feitas por Jane Jacobs (1916-2006) foram desqualificadas pelo urbanista modernista acusando-a de “MÃE”: Não há ninguém contra isso [o “Lower Manhattan Expressway”] – NINGUÉM, NINGUÉM, NINGUÉM, a não ser um monte de ... um monte de MÃES! ” – Fala de Robert Moses, em uma audiência pública sobre seu projeto urbano.)

Em desacordo ao ensinado pelas doutrinas modernistas, Jacobs (2000) defendeu que as cidades deveriam admitir o uso de misturas e combinações, e que a diversidade fosse considerada um fenômeno fundamental. Reforça também a importância da mistura de funções na cidade e reivindica condições que gerem a convivência e a partilha entre os diferentes indivíduos, aspectos fundamentais para as mulheres e indica também as condições necessárias para a diversidade, que de acordo com Tenório (2012), é elemento fundamental para a existência da urbanidade. Segundo com Jacobs (2000), para que exista a diversidade, é necessário que exista mais de uma função principal; que se garanta a presença de pessoas nas ruas em horários diversos e por motivos diferentes; que as quadras sejam curtas e que permitam o encontro; que as tipologias das edificações sejam diferentes e por fim, que a densidade atenda aos variados propósitos, inclusive o de morar lá.

A voz ativista de Jacobs (2000) encaminhou os diversos estudos relacionados a gênero. Suas abordagens são utilizadas até hoje e quando se fala de cidades inclusivas, de humanidade, Jane Jacobs é citada. Valorizar sua análise peculiar é reconhecer seu papel de precursora, de alguém que identificou aspectos propícios à cidade inclusiva, em que predominavam as relações próximas, que considera o uso da cidade, as relações mais próximas, de alguém que se importa com a família e com a pequena escala. Jacobs orientou um tipo de reflexão da cidade que considera a humanidade.

Na atualidade, a reflexão de Hayden (1980) se renova com o trabalho

desenvolvido pela arquiteta e professora Zaida Muxí (2006, 2011, 2018) e suas propostas de aproximar a reflexão sobre o urbanismo e o projeto urbano das pessoas que, efetivamente, farão uso da cidade e não daquelas que apenas contribuirão com ideais distantes do que seria a realidade cotidiana. Para isso, Muxí (2006) aconselha a participação cidadã que agregue as experiências vividas e não um saber técnico científico. Com isso, propõe o resgate da função ética do urbanismo: garantir que o direito à cidade seja para todos, especialmente as mulheres, e não apenas para o sujeito homogeneizador. Para Jacobs (2000 apud MUXÍ, 2011), a versatilidade de uma cidade que concilia as diversas relações, hierarquias e sujeitos, garante a “dança urbana” que estimula o seu funcionamento.

Embora a pauta que relaciona o urbanismo e a teoria feminista ainda necessite ser incorporada ao debate e ao cotidiano do planejamento urbano, existem projetos que já aplicaram os conceitos da teoria feminista e defendem, que as mulheres precisam acessar, da mesma forma, a habitação e a cidade. Os planejadores urbanos da cidade de Viena, liderados pela arquiteta e ativista Eva Kalil, desenvolveram na década de 1990, análises urbanas relacionadas às diferenças de deslocamentos entre homens e mulheres. O resultado compôs o plano *Gender Mainstreaming* e interferiu no projeto de iluminação pública noturna, padrões e larguras para calçadas e rampas e indicou a necessidade de legislações e decretos que garantissem a igualdade de gênero em âmbitos diversos. Os mais de 60 projetos urbanísticos lançados, redefiniram o desenho da cidade e espaços públicos tiveram seus usos analisados cientificamente, antes da elaboração dos projetos. Os parques e praças foram avaliados, e os pesquisadores identificaram que meninas dos 10 aos 13 anos, se sentiam intimidadas ao utilizar o parque, principalmente na área de jogos, pois os equipamentos atendiam, quase que exclusivamente, aos meninos. Para os pesquisadores, esta condição, influencia diretamente na autoconfiança e consciência das mulheres sobre seu próprio corpo (FREITAS, 2018; ISIDORO e AFONSO, 2017).

O projeto do complexo de apartamentos *Women-Work-City*, concebido por Fransiska Ullman, em 1993, procurou incorporar soluções e elementos que atendessem às necessidades das mulheres, relacionadas aos cuidados com os filhos, acesso facilitado à serviços básicos e que garantissem segurança. Para isso, os edifícios foram cercados por pátios e gramados livres ao uso de crianças, onde pais e mães podiam brincar com seus filhos. No térreo, farmácias e postos

médicos, oferecem produtos e serviços aos moradores e a comunidade, e o acesso a transporte público é facilitado. Incluir a perspectiva de gênero ao debate de planejamento das cidades, é necessário e urgente. Sendo aplicado, mesmo que parcialmente, promove o direito das mulheres à cidade. Os questionamentos feministas trouxeram ideias e ferramentas que ajudaram a entender como romper as práticas tradicionais para criar cidades e lugares que favorecessem ao exercício da cidadania (FREITAS, 2018).

As ações realizadas em Viena e em outros países com economia estabilizada, sem desigualdades sociais e baixos índices de violência, parece ser uma realidade distante da brasileira. No entanto, de acordo com Freitas (2018), a geógrafa Sandra Calió (1992), introduziu no planejamento da cidade de Santo André/SP, no início da década de 1990, aspectos que relacionavam o acesso ao espaço urbano e a condição social das mulheres. Os resultados foram aplicados em diversas ações que possibilitaram o acesso das mulheres à serviços e políticas públicas e incorporaram melhorias públicas que refletiram na diminuição da insegurança e violência pública contra as mulheres. Segundo Calió, (1992, p. 7),

Apesar das mulheres não terem “consciência formal” da segregação espacial que o urbano lhes impõe e não a explicitarem em seu discurso, seu conteúdo está presente nas lutas travadas pelos seus movimentos organizados. São formas de apropriação do espaço traduzidas por verdadeira re-leitura indireta do urbano patriarcal.

Especificamente em situações que afetam diretamente a vida das mulheres (mobilidade, segurança, planejamento urbano), a reivindicação de direitos tem gerado uma série de análises que colocam em pauta seus direitos, expõem sua sujeição diária e questionam o discurso de neutralidade do espaço urbano público, considerado um lugar para todos.

### 3.3. ESPAÇO PÚBLICO E O ESPAÇO DA MULHER

A divisão dualista da sociedade - cultura/natureza, homem/mulher, público/privado - é regida pela opressão e é a mulher quem ocupa a parte mais fragilizada e com menos oportunidades: o ambiente doméstico. Gonzaga (2004, p.74) destaca que a presença das mulheres nas cidades é notada e evidenciada, pois não são reconhecidas como parte do contexto público das cidades e por isso,

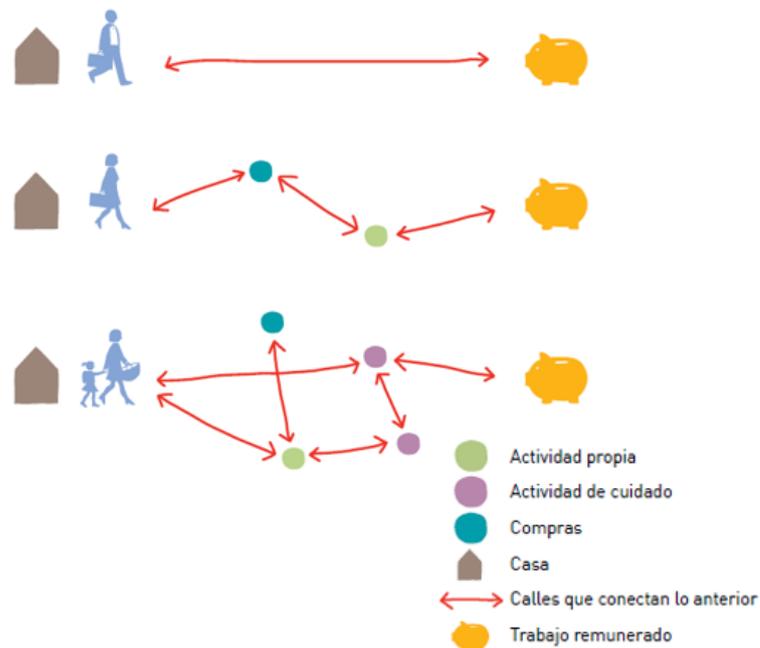
[...] suas discriminações são exacerbadas, as mesmas que elas enfrentam no espaço privado, com sua constante desqualificação, e permissão apenas para se comportarem como objeto de uso e abuso, e, muitas vezes, de troca.

As relações de poder existentes em ambientes públicos, afetam a forma com que as mulheres utilizam as cidades e frequentemente, as proibições se aplicam às subjetividades, pois os processos de dominação que coexistem, criam várias geometrias de opressão e vinculados a produção impositiva, sujeitam as mulheres a relações heteronormativas que controlam seus corpos, práticas, interesses e identidades (TAVARES, 2015), interferindo no exercício do direito à cidade das mulheres, pois o acesso e o uso do espaço público fica comprometido, devido as práticas de opressão.

De acordo com Madariaga (2004), as mulheres deslocam-se mais pelas cidades, dadas as atividades desenvolvidas e relacionadas aos cuidados com a casa e família, tidas como responsabilidade das mulheres, originárias no espaço doméstico e que se prolongam ao espaço urbano em atividades como idas ao supermercado, levar e buscar as crianças na escola ou agendamento de consultas, por exemplo.

Dessa forma, as mulheres deslocam-se mais pelas cidades em movimentos poligonais, exploram e convivem mais com o espaço público, sujeitas inclusive, às adversidades típicas da cidade, enquanto os homens, realizam deslocamentos pendulares, deslocando-se mais da casa para o trabalho e vice-versa (Figura 16). Esta problemática pode ser verificada na análise da cidade normativa, funcional e androcêntrica, que é constituída com base no capital e constringe aqueles que não tem acesso facilitado às infraestruturas urbanas viárias (HOFF, 2018.).

Figura 16 Deslocamentos: mulheres e homens



Fonte: Ciocoletto, 2014.

É importante destacar que além da dualidade masculino x feminino, outras variáveis intensificam as desigualdades que se cruzam com gênero (etnia, idade, diversidade funcional, classe social e a identidade sexual) e influenciam na forma com que as pessoas fazem uso do espaço público. O corpo sexuado feminino, está vulnerável na cidade androcêntrica e opressora, e isso, condiciona como as mulheres utilizam o espaço público, já que a sensação de segurança está relacionada às experiências vividas no entorno (CIOCOLETTO et al., 2019).

Nestas condições, quando há rede de apoio, como os “olhos da rua” citados por Jacobs (2000), a sensação de insegurança é diminuída. Para isso, é preciso que o espaço público seja caracterizado como inclusivo e que promova a autonomia e socialização de todos. Para que a sociabilidade ocorra dessa forma, o espaço público deve oferecer a contrapartida: praças, parques, ruas e lugares onde o encontro possa acontecer (MADARIAGA, 2004). Porém, o modelo de espaço público que encontramos em nossas cidades, em sua maioria, não priorizam as relações pessoais e que intensificam a humanidade. São espaços preparados para a circulação eficiente, rápida e objetiva. A rua, cada vez mais cede espaço das calçadas para a parte carroçável e a discussão nos planos de mobilidade incorpora debates sobre a largura

“mínima” para as calçadas. Fatalmente, se Jacobs (2000) renunciasse tal negociação, organizaria marchas pelo centro das cidades em defesa da calçada, dada a importância que atribuía-lhe, na constituição do espaço público e relações socioespaciais. Para Jacobs (2000, p. 30) “quando as pessoas dizem que uma cidade, ou parte dela, é perigosa ou selvagem, o que querem dizer basicamente é que não se sentem seguras nas calçadas”.

Madariaga (2004, p. 36) trata a insegurança sob os mesmos aspectos que Jane Jacobs, e reitera que mesmo sabendo como lidar com os problemas das cidades, pouco se faz para garantir sua qualidade. Para ela “a segurança é uma condição básica da qualidade da vida, porque é uma necessidade corporal elementar”. Para as mulheres a sensação de segurança, define a forma com que circulam pelo espaço público. Segundo Siqueira (2015), para as mulheres, mesmo que um caminho seja mais longo, se estiver mais bem iluminado, se existirem pessoas circulando pela rua, ou se existir onde se abrigar e pedir ajuda num momento de aflição, esse trajeto, certamente, será o escolhido por elas.

O ActionAid (2016) realizou uma pesquisa para mapear o assédio em espaço público em quatro países: Brasil, Inglaterra, Tailândia e Índia, com o objetivo de promover a melhoria dos serviços e espaços públicos para que sejam mais receptivos às mulheres e meninas. O levantamento mostrou que 86% das mulheres brasileira ouvidas, já sofreram assédio em espaço público e que o problema é global, com índices acima de 75% em todos os países que passaram pela avaliação. Destaca-se o fato de que 100% das estudantes que responderam à pesquisa, informaram terem sido assediadas em suas cidades, e isso contribui para que a desigualdade de gênero continue existindo, já que o acesso ao trabalho e estudo se torna limitado por conta da opressão que sofrem e assim as impede de quebrar os ciclos da pobreza em que vivem. E nesse aspecto, o planejamento urbano pode garantir o acesso à cidade segura, desde que contemple melhorias em serviços e infraestrutura considerando a perspectiva das mulheres e suas necessidades.

Outro levantamento, realizado pelo DataFolha, encomendado pela ONG Fórum Brasileiro de Segurança Pública (FBSP) em 2019, constatou que quase quatro milhões de mulheres foram assediadas fisicamente no transporte público.

Ainda segundo Franco (BBCNEWS, 2019), entre 2018 e 2019, 1,6 milhão de mulheres foram espancadas ou sofreram tentativa de estrangulamento no Brasil e ao menos 22 milhões (37,1%) de brasileiras passaram por algum tipo de assédio. Nos

lares a situação não é melhor: entre os casos de violência, 42% ocorreram no ambiente doméstico. Após sofrer uma violência, mais da metade das mulheres (52%) sequer denunciou o agressor ou procurou ajuda.

Rossana Tavares (2015) destaca que, no espaço público, as mulheres são mais bem aceitas quando frequentam praças e parques, pois a imagem feminina de cuidadora, associada à crianças e pessoas mais velhas, se adequa às estruturas destes equipamentos públicos, que não são utilizados por elas, mas que frequentam na condição de cuidadoras. Tavares (2015) expõem que o senso de segurança é moldado pela inabilidade das mulheres em garantir “o próprio” direito de ocupar esse espaço, pois quando nos colocamos presentes no espaço público, confrontamos a prerrogativa de que os corpos masculinos não nos consideram legítimas deste espaço, e então pagamos com nossos próprios corpos, pois resgata-se a opressão masculina que acompanha a divisão do espaço urbano em público e privado e que institui que o lugar da mulher é o espaço doméstico.

Este conceito, cunhado na divisão sexual do trabalho, considerado uma orientação normativa e modelo para o planejamento das cidades, dificultou o acesso das mulheres à cidade, pois a setorização em áreas industriais, comerciais e residenciais, criou áreas monofuncionais e que não atendem às necessidades de uso das mulheres, tornando-as mais inseguras ao seu uso (HOFF, 2018, p. 27).

Nessa regra do patriarcado, a segregação nos levou a mais constrangimentos, como controle das ruas em horários e locais determinados, além de residências distantes das cidades, em uma espécie de confinamento para as mulheres. Tais elementos evidenciam claramente as diferenças de acesso entre homens e mulheres, e a criação de barreiras que apenas pelo olhar e força impunham a ordem e sua legitimidade (SILVA, 2007).

Este controle, segregação e opressão que recaem sobre a presença das mulheres no espaço público, intensifica o sentido de insegurança, constrangimento e torna as cidades mais inseguras para as mulheres. Além de combater as ameaças ao corpo, devem considerar a qualificação do espaço público e aspectos sociais de conscientização cultural.

A sensação de segurança é para as mulheres fator preponderante para o acesso à cidade, e uma cidade mais segura para a mulher, é também mais segura para toda a população, principalmente no Brasil, conforme exposto anteriormente. A análise das cidades sob a perspectiva de gênero, contribui para que o espaço público

seja qualificado de forma a ser mais acessível às mulheres. Nesse aspecto Anne Michaud elaborou, a partir de sua experiência em Montreal, o guia “*Pour un environnement urbain sécuritaire: guide de aménagement*” (2003), considerado referência em qualificação do espaço público e torná-lo acessível às mulheres. Segundo a autora a proposta do guia é contribuir para a proposição de projetos urbanos que reduzam os casos de agressões e crimes contra a mulher, além do sentimento de insegurança em relação ao espaço público. Michaud se inspirou na obra de Jane Jacobs, “Morte e vida das grandes cidades” (2000), no entanto, complementarmente à abordagem de Jacobs que defende a presença de pessoas na rua e a mistura de usos para a perspectiva de gênero, é preciso identificar quem são estas pessoas. O coletivo catalão *Col.lectiu Punt6* tomou como referência o trabalho de Michaud e reuniu artigos no documento *Construyendo entornos seguros desde la perspectiva de género* (2011) para a avaliação da cidade sob a problemática da segurança. O diferencial deste trabalho, conforme apontado por Tavares (2015) apresenta indicadores qualitativos para cada princípio problematizado, para evitar a perspectiva da setorização, criticada para um urbanismo sob perspectiva de gênero. Há um esforço para olhar para os princípios de forma mais ampla para a construção de um projeto urbano de segurança para as mulheres (TAVARES, 2015). O guia apresenta princípios, capazes de contribuir para uma análise de segurança do espaço público, quais sejam:

- 1- **Sinalização:** Saber onde está e onde se vai
- 2- **Visibilidade:** Ver e ser vista (o)
- 3- **Afluência:** Entender e ser entendida (o)
- 4- **Segurança e acesso a ajuda:** Obter recursos
- 5- **Projeto e manutenção dos lugares:** Viver num ambiente próprio e acolhedor
- 6- **Participação da comunidade:** Agir juntas (os)

Conforme Tavares (2015), o conjunto de artigos do *Colectiu Punt 6, Construyendo entornos seguros desde la perspectiva de género*, tem um discurso mais abrangente, “com esforço de olhar para os princípios de forma mais ampla para a construção de um projeto urbano de segurança para as mulheres”. Os parâmetros apresentados pelo coletivo, foram utilizados como referência para a análise da área

selecionada no centro de Florianópolis, e dessa forma, caracterizaram o lugar no espaço público ocupado pelas mulheres vendedoras ambulantes analisadas. É importante destacar que a realidade social e o contexto urbano brasileiro se distinguem de outros países que aplicaram os mesmos critérios em sua avaliação, e por isso, no caso da avaliação do espaço público de Florianópolis, as análises foram adaptadas ao contexto existente.

Sobre isso, Santoro et al. (2008) acrescentam a perspectiva que nos aproxima da realidade brasileira. Segundo os autores, é inevitável diante da realidade brasileira, não considerarmos os aspectos de gênero, raça, classe social, idade e outras “interseccionalidade” que constituem o perfil da mulher brasileira. Os autores expressam ainda, a necessidade de se incorporar aos debates e planos de desenvolvimento das cidades, aspectos que aproximam os personagens que utilizam a cidade, mas que não são contemplados, dada a discrepância do modelo hegemônico para quem a cidade é planejada. As minorias, se é que podemos chamar desta forma, constituídas por crianças, idosos, mulheres entre outros, não compõem o modelo padrão, mas são parte do universo que mantem as cidades.

A forma com que as mulheres desempenham o seu papel, muda de acordo com a sociedade em que estão inseridas, e no Brasil, a realidade expõe o rebaixamento econômico e a ascensão do trabalho informal, desenvolvido por mulheres em larga escala. Dessa forma, parte do trabalho informal acontece dentro dos domicílios, se utilizando da relação constituída com a comunidade, da boca a boca e da rede de vizinhos. Essa dinâmica fortalece a relação de comunidade entre os moradores de um bairro e acaba fixando o morador no local, mesmo que haja problemas com infraestrutura ou violência, como no caso das favelas, por exemplo. Moradores se mantêm, pois estreitaram os laços e constituíram uma comunidade de apoio e rede, em que um morador oferece apoio ao outro (ABRAMO, 2003; SASSEN, 2007 apud SANTORO, 2008).

O texto de Santoro et al. (2008) chama atenção para a representatividade das mulheres em atividades de decisão política, comunitária entre outras. Explica que mesmo que não existam análises específicas, é notória a presença de mulheres em movimentos de melhorias, relacionados ao bairro, pela implantação de postos de saúde ou creches. A autora, ainda destaca, que “a mulher leva consigo o espaço doméstico para o público”, aponta que a participação da mulher na sociedade atualiza as reivindicações e que, se antes, as lutas eram por creches e equipamentos que

oferecessem suporte ao trabalho econômico, atualmente, o debate está direcionado ao “reconhecimento da desigualdade estruturante de gênero entre homens e mulheres, que trouxe à luta por direitos” (SATORO et al., 2008, p. 14).

Desse modo, faz-se necessário incorporar elementos distintos, mas que relacionem-se com o contexto analisado, tornando-o mais abrangentes, como: classe, raça, idade, religião e etnia, entre outros, mas direcionado à realidade brasileira.

#### 4. FLORIANÓPOLIS: REPRESENTAÇÃO DA MULHER EM ESPAÇO PÚBLICO

O centro da cidade contemporânea de Florianópolis, foi o cenário desta pesquisa e se sobrepõe ao centro histórico, que nos anos da década de 90, se transformou em área de comércio popular, o que intensificou a presença e a circulação de pessoas, constituindo a dinâmica do centro da cidade. Entende-se que a abordagem e resgate aqui propostos, não abarcam todos os aspectos, no entanto, contribuem para contextualizar as análises realizadas. Para isso, consultamos diversas pesquisas que analisaram o espaço público do centro da cidade, as relações socioespaciais e investigações históricas sobre a cultura, tradições e dinâmicas da cidade. A extensa investigação empírica, tratada neste trabalho como “aproximações” (apresentada no Capítulo 2 – Aproximações Metodológicas), possibilitou o reconhecimento do contexto urbano e “humano” característicos do centro da cidade de Florianópolis.

Figura 16 Localização da área analisada



Fonte: Santiago et al., 2015.

Localizado na península central insular, o centro de Florianópolis está compreendido entre as baías Norte e Sul, tendo a leste as encostas do Morro da Cruz e a oeste as três pontes que ligam a ilha ao continente, onde localiza-se o estreito de aproximadamente 500 metros de largura, local da fundação do povoado de Nossa Senhora de Desterro em 1673, aproximadamente. A península, em formato triangular, possui uma área de aproximadamente 300 hectares (VAZ, 1991; SIQUEIRA, 2008; REIS, 1993).

#### 4.1. HISTÓRIA E REQUALIFICAÇÃO URBANA

No final do Século XIX e começo do XX, as degradações urbanas do Brasil, se assemelhavam às condições existentes em Paris e Londres. Neste período, o Rio de Janeiro passou por uma reformulação urbana, que seguiu o modelo da reformulação realizada em Paris por Georges-Eugène Haussmann. Durante o governo de Pereira Passos (1904-1906) as intervenções aconteceram na região onde localizavam-se as moradias da classe popular. Milhares de pessoas tiveram que deixar suas habitações e as mulheres foram as mais prejudicadas, pois em casa, realizavam as atividades que lhes garantiam a sobrevivência. Eram “lavadeiras, engomadeiras, doceiras, bordadeiras, floristas, cartomantes ou realizavam os possíveis biscates que surgissem. Nessas moradias, redes de solidariedade se desenvolviam e garantiam a sobrevivência de seus familiares” (SOIHET, 2004, p. 306).

Em Florianópolis, neste mesmo período, até aproximadamente a década de 1920, o centro da cidade passou por uma reestruturação que redefiniu usos e configuração do espaço público, incluindo vias e praças. As reivindicações para as melhorias urbanas partiram da elite que começava a se instalar no entorno da praça e desejava uma área de destaque e boa aparência, bem diferente da condição existente no local antes da reestruturação. A sobrecarga da estrutura urbana representou desajustes na dinâmica da cidade, indicando a necessidade de melhorias que oferecessem mais vigor às atividades da localidade. Os populares que ocupavam desordenadamente o centro da cidade, foram removidos logo que as obras começaram, e seu acesso passou a ser limitado, sendo possível apenas à algumas

áreas centrais, dando início à diversos conflitos entre os antigos e novos ocupantes do centro.

Desde sua origem, o núcleo central de Florianópolis passou por transformações estruturais, intensificadas principalmente pelo crescimento populacional. Segundo Peluso (1981 *apud* VAZ, 1990), o aumento populacional foi atribuído ao intenso crescimento das atividades portuárias e ao incremento do funcionalismo público, instalado na área central, que contribuiu para o entusiasmo do mercado interno. No entanto, sobrecarregaram a estrutura urbana e representaram desajustes na dinâmica da cidade, indicando a necessidade de melhorias que intensificassem o vigor das atividades na localidade.

A medida descentralizadora do final do século XIX, instituiu a demolição do mercado público em 1896 e sua reconstrução, distante 300 metros, na Rua Conselheiro Mafra, antiga Rua Príncipe (SIQUEIRA, 2008; TEIXEIRA, 2002; VAZ,1991). De acordo com Vaz (1991), à época, alegava-se que a mudança de endereço era necessária para deslocar a circulação de pessoas do entorno da praça, atraídas pelas práticas comerciais que eram realizadas no mercado. Para a vizinhança, as aglomerações eram indesejadas e não condiziam com a imagem de imponência, idealizada para a área, mais tarde cercada por sobrados, utilizados para comércio e serviços e moradia. A “limpeza pública” (SIQUEIRA, 2008, p. 53) realizada no centro de Florianópolis, também retirou do centro da cidade, os cortiços e edificações em mau estado que eram utilizados pelos pobres (marinheiros, prostitutas, lavadeiras, domésticas entre outros). Essa população foi removida e passou a ocupar a encosta do Morro da Cruz

Figura 17 Morro da Cruz –final do séc. XIX e Séc. XX



Fonte: Siqueira. 2008.

Schmitt (2001), resgata em sua pesquisa de mestrado, a história dos trabalhadores que ocuparam o centro da cidade, entre os anos de 1910 e 1930. Em seu texto, ela identificou personagens que integraram o cotidiano e exerceram atividades que não se enquadravam na categoria “trabalho” (vendedores, lavadeiras, costureiras, carregadores), pois apenas eram reconhecidas as atividades realizadas em empresas, fábricas ou comércio, desde que ligadas ao trabalho formal. Somente aqueles ligados à estas atividades eram consideradas os trabalhadores. A pesquisa de Schmitt deixou claro que desde a época em que Florianópolis era a vila de Desterro, a área central da cidade foi palco de práticas comerciais diversas. As mulheres, realizavam a venda de gêneros alimentícios e resistiam às imposições de acesso ao espaço público, que visaram sua manutenção, de acordo com o modelo defendido pela elite. Schmitt (2001) relatou a importância social que as atividades laborais possuíam, e que inclusive, orientaram na classificação ética das pessoas e. e quem insistiu na vagabundagem, circulando aleatoriamente pela cidade, foi considerado indesejável.

Ao analisar o estudo “Tensões e Imagens do Viver Urbano”, desenvolvido por Roselane Neckel Kupka em 1993, Schmitt (2001) expõe em quais condições viviam as classes populares durante a reestruturação pública, iniciada no final do século XIX. Segundo ela, a ação descentralizadora “segregou” o espaço público no centro da cidade e definiu por onde os “desqualificados sociais<sup>12</sup>” puderam circular. Enquanto a elite local circulava pelo centro da cidade, os grupos de desqualificados, deveriam permanecer fora desta área, mantendo-se na parte mais periférica da cidade, longe dos “olhos” da elite. Já não bastava “modificar o cenário, também era necessário alterar comportamentos e maneiras de viver” (Kupka, 1993 apud SCHMITT, 2001, p. 54), e qualquer indivíduo que caracterizasse a pobreza local e invadissem essas áreas delimitadas, mesmo que fossem mulheres pobres ou seus filhos, seriam presos (WOLFART, 2008).

Às margens da praça, as ocupações e atividades eram praticadas na informalidade e a falta de cuidado e higiene com o lugar geraram epidemias e ocasionaram a desordem da cidade. Os modos da “pobreza”, que diferiram dos modos da elite, eram vistos como “o outro” e aos poucos resultaram na noção de “classes

---

<sup>12</sup> Termo apresentado por Roselane Neckel Kupka e utilizado à época para definir mulheres, negros, menores, idosos e populações humildes.

pobres e classes perigosas” (WOLFART, 2008, p. 09). Entretanto, ainda que o centro tenha sido higienizado e os espaços ocupados, tenham sido saneados pela elite local, “as epidemias que tanto combatiam, depois de toda a intervenção urbana, continuaram existindo” (WOLFART, 2008, p. 14). Mesmo com as políticas da cidade limpa e civilizada, as mulheres insistiram em utilizar o espaço público para a realização de negociações econômica, por isso, muitas vezes eram presas sob as alegações de embriaguez, desordem, ou por estarem “vagabundeando”. As lavadeiras estavam entre as mulheres que resistiram às imposições de ordem e circulavam pelo território delimitado realizando negociações, pois a canalização dos córregos eliminou sua principal fonte de subsistência (SCHMITT, 2001).

Segundo Wolfart (2008, p.11):

As lavadeiras reuniam-se no trajeto dos riachos, agrupando-se nas primeiras horas da manhã, lavando nas diversas fontes e córregos da cidade, entretanto, em 1880 a Comissão Sanitária do Desterro buscava impedir que lavassem roupas nestes lugares. Estas até comerciavam com os presos da cadeia pública, além de lavar suas roupas vendiam roupas, isso de acordo com a chefia de polícia.

Assim, percebe-se que quase tão importante quanto resolver o problema de insalubridade, a reestruturação pública desejou afastar dos olhos da elite, a parcela “incômoda” da população, bem como os riscos e ameaças que representaram. As mulheres pobres tiveram sua dinâmica cotidiana amplamente afetada com as mudanças, comprometendo inclusive sua sobrevivência e por isso resistiram, mesmo sendo ameaçadas de prisão.

A obra “Mulheres Honestas e Mulheres Faladas: Uma questão de Classe”, escrita por Joana Maria Pedro (1992), foi analisada por Schmitt (2001) para sua pesquisa de mestrado. Nela, Schmidt resgatou a história de trabalhadores que ocupavam o centro de Florianópolis entre os anos de 1910 e 1930. Pedro (1992 apud Schmitt 2001) ao apresentar o cotidiano das mulheres no final do século XIX e início do século XX, destaca que as notícias divulgadas em jornais, tentavam transmitir uma imagem idealizada das mulheres: mãe e esposa, reclusa em ambiente doméstico e “estranha” ao espaço público. Porém, ela apresenta registros que demonstram a participação atuante das mulheres na sociedade e que para sobreviver, desempenhavam diversas atividades, interpretadas como resistência às imagens divulgadas. A análise de Schmitt (2001) destaca que, para Joana Maria Pedro (1992),

a imagem das mulheres que faziam parte da elite ou das classes populares, sempre foi estereotipada e não condizia com a realidade, pois para a autora (PEDRO, 1992 apud Schmitt, p. 104, 2002):

[...] para as mulheres das camadas populares, a situação difere bastante daquelas das camadas média e da elite, pois não só as lembranças denotam que sempre trabalharam, mas também em alguns estudos percebe-se que cotidianamente buscavam suprir suas necessidades. “As mulheres das camadas populares nunca haviam se afastado do trabalho fora dos lares, e também dentro deles, independentemente de qualquer discurso da elite intelectual da época.

A área central de Florianópolis contém o núcleo urbano inicial – praça, igreja matriz e sede administrativa (Casa do Governo) – “de onde a cidade cresceu em busca de fontes de água potável e ao longo da orla” (SIQUEIRA, 2008, p. 44). A praça é o centro de atenção da região central, lugar de destaque na cidade. Faz parte do Centro Histórico, considerado o principal cenário para a realização de eventos “por conter em suas edificações e em seus espaços abertos os elementos da memória histórica da cidade” (VAZ, 1991, p. 65), que representam a paisagem urbana mais importante, no período que antecede a modernização. As ruas do centro de Florianópolis possuem o traçado ortogonal, cujo sentido principal foi orientado à época de sua concepção, pelas laterais da praça central, paralelas à orla (PELUSO JR., 1991 apud TEIXEIRA, 2002). As quadras curtas do centro da cidade resultaram desse traçado, que devido aos trechos de curta distância, favorecem a caminhabilidade e o encontro que acontece em cada esquina (JACOBS, 2000), intensificando a dinâmica social do centro da cidade.

Após a reestruturação urbana do núcleo original de Florianópolis, a expansão urbana foi intensificada e orientada no sentido norte da ilha, com o loteamento de chácaras. Em 1926, a construção da Ponte Hercílio Luz, permitiu a ligação rodoviária com o continente, sendo necessário adaptar a malha urbana da ilha para absorver o fluxo de veículos no centro da cidade. Num traçado retilíneo, a Rua Felipe Schmidt liga a Praça XV de novembro ao Parque da Luz, e se conecta às vias perpendiculares da região e seu trecho carroçável absorve os fluxos dessas vias, o que a torna a principal via do centro da cidade (TEIXEIRA; MOREIRA, 2012).

Figura 19 Delimitação do Centro Histórico de Florianópolis (1876) - mapa de 1922-1926



Fonte: Vaz, 1990.

Durante o final da década de 50 e década de 60, o desenvolvimento urbano seguiu os projetos definidos pelo Plano Diretor aprovado em 1955. Em Florianópolis, o desenvolvimento do turismo assumiu lugar de destaque no processo de transição para a modernidade e as intervenções urbanas foram direcionadas à ilha. Na década de 60 o projeto para a construção do porto na ilha foi abandonado. Os interesses começavam a ser direcionados ao turismo e empreendimentos voltados à classe de alta renda (SUGAI, 2002 apud SIQUEIRA, 2008).

A implantação da Universidade Federal de Santa Catarina (UFSC) e a conclusão da BR-101 que ligava Curitiba a Porto Alegre, aconteceu na década de 1960 e impulsionou o crescimento da cidade. Com a implementação de rodovias estaduais, as diversas regiões do estado puderam se comunicar com outros polos em desenvolvimento no país e a construção da rodovia e do aeroporto intensificou a descentralização dos bens da capital (SIQUEIRA, 2008; VAZ, 1991).

Na década de 70, a modernização de Florianópolis é retomada e fortalece outras centralidades. Toda estrutura de vias expressas é construída na cidade e

orienta o fluxo ao sentido norte da ilha, região onde os investimentos imobiliários se fortaleceram e foram direcionados ao turismo. Durante as décadas de 1970 e 1980, Florianópolis intencionou desenvolver-se a partir da industrialização, como acontecia em todo o território nacional, no entanto, voltou-se também à centralização dos serviços e setores administrativos, mais tarde arranjados na ilha (SIQUEIRA, 2008).

A realização de obras viárias no sentido Norte da Ilha, repercutiu na região central, com a valorização das regiões próximas ao centro da cidade. O fluxo de veículos das ruas centrais foi desviado para a Avenida Beira Mar Norte e vias localizadas no aterro Sul. Assim, sem o trânsito de veículos, parte da Rua Felipe Schmidt tornou-se exclusiva para pedestres e trechos das ruas Conselheiro Mafra, Trajano, Deodoro e Jerônimo Coelho foram incorporados ao “Calçadão da Rua Felipe Schmidt”.

As ruas que compõem o calçadão, circundam edificações que constituem a paisagem urbana e fazem parte da memória de Florianópolis: o Mercado Público, Palácio Cruz e Souza, Largo da Alfândega, Praça XV e Catedral Metropolitana. As fachadas voltadas para as ruas, constituem cenários diversos, alterados pela passagem do tempo, substituídos, conservados ou efêmeros, como os tapumes utilizados para cercar todo o perímetro do Largo da Alfândega que se encontrava em processo de revitalização no momento da pesquisa empírica.

Caminhar pelas ruas do calçadão, sem a interrupção da infraestrutura produzida para atender a circulação de veículos, ajusta os sentidos e a percepção se adapta à escala humana, e se torna mais próxima, mais sensível e mais “cuidadora”. As dinâmicas são acompanhadas de perto, experimentadas num tempo e espaço real e o corpo de quem circula ou observa, pode integrar-se, tornar-se parte dos processos que constituem a dinâmica do espaço público, o prático-inerte<sup>13</sup>.

O comércio diversificado, o grande número de edifícios de escritórios, os serviços bancários e a prestação de serviços variados, presentes em todo o calçadão e proximidades, somados ao entroncamento viário com a localização dos terminais rodoviários municipais e intermunicipais no aterro da baía Sul, faz com que a centralidade se mantenha nessa região (TEIXEIRA; MOREIRA, 2012). O fortalecimento do comércio popular, desde que a região passou ao uso

---

<sup>13</sup> Expressão introduzida por Sartre e utilizada por Milton Santos (2006, p. 215) para “significar as cristalizações das experiências passadas, do indivíduo e da sociedade, corporificadas em formas sociais e, também, em configurações espaciais e paisagem”.

predominantemente comercial, atrai a classe popular que utiliza o comércio e serviços disponíveis durante o dia.

À parte, dos investimentos públicos, durante alguns anos o centro de Florianópolis voltou a ser o lugar dos “desqualificados sociais”<sup>14</sup>, assim como no século XIX. A popularização do comércio, popularizou também aqueles que circulam pelas ruas e mendigos, bêbados, indígenas ou vendedores ambulantes, também reconheceram no centro da cidade, o lugar onde pudessem desempenhar seus papéis. Dicotomias, apropriações e uma população que transita, acompanhando os fluxos do investimento em melhorias urbanas e a vitalidade encontrada no centro da cidade durante o dia, desaparece durante a noite.

Nesse território, as experiências são múltiplas: pessoas deslocam-se em ritmos diferentes, em sentidos diferentes, em “frequências” diferentes; com rotinas e dinâmicas específicas que complementam ou (de)formam o espaço urbano. Os encontros são acompanhados de afetos, tensões e conflitos que subvertem a lógica dominante instituída sobre a ocupação e significação do espaço público. Nesse lugar, os corpos de quem cruza o centro da cidade, indicam que as mudanças foram além das intervenções urbanas e que afetaram a forma com que nos relacionamos com a cidade.

A apreensão do cotidiano e da dinâmica socioespacial no centro de Florianópolis, reconhece os modos com que os diversos agentes interagem e se atravessam, “com e no” espaço público, e a forma com que interferem e delineiam o centro da cidade atual, onde o “olhar atento” é capaz de identificar aqueles que enriquecem a dinâmica socioespacial ou diminuem o ritmo do tempo. Para eles, ainda há tempo para cumprimentos, bate-papo rápido sob a sombra da figueira na Praça XV ou acompanhado de uma xícara de café em uma das cafeterias do centro da cidade. São os praticantes ordinários da cidade, vivem embaixo, onde cessa a visibilidade. Os caminhantes, pedestres, cujo corpo obedece aos cheios e vazios de um texto urbano que escrevem sem poder lê-lo (CERTEAU, 1998.).

---

<sup>14</sup> Termo apresentado por Roselane Neckel Kupka e utilizado à época para definir mulheres, negros, menores, idosos e populações humildes.

## 4.2. IMAGENS DE MULHERES

Conforme mencionado em passagem anterior, a proposta inicial, era analisar o Largo da Alfândega no que se relaciona com uso e apropriação do espaço público por mulheres, mas em decorrência da revitalização em curso, foi necessário rearranjar os recortes da pesquisa. As mulheres que utilizavam a praça do Largo em diversas atividades (observadas na fase aproximação – reconhecimento), e que seriam incorporadas à análise, também precisaram rearranjar-se espacial e socialmente. Tiveram que encontrar outros apoios para descansar, sentar-se à sombra ou aguardar alguém. Homens e mulheres que utilizavam a praça da Alfândega, como ponto para venda de produtos, transferiram-se (ou foram transferidos) para a Rua Conselheiro Mafra, em frente à Casa da Alfândega.

Inicialmente, lamentamos não realizar a análise conforme planejado, pois os vários tapumes, que cercavam o Largo da Alfândega, geraram “um espaço negativo em lugar tão significativo”<sup>15</sup>. No entanto, ainda durante a análise empírica (fase aproximação geral), percebemos que a barreira, aparentemente intransponível, formada pelo painel branco (cinza), era utilizada para registrar a passagem daqueles que não puderam ocupar aquela parte da cidade por algum tempo. Dessa forma, ao realizarmos a caminhada de reconhecimento (e investigação) no entorno do tapume, identificamos diversos registros que indicavam a presença de mulheres (nomes, imagens, frases de empoderamento, entre outros), fato que nos orientou à análise de visibilidade física e simbólica (ESCALANTE, 2011), materializadas no lugar como registros pictóricos sobre o tapume.

Parte das experimentações que realizamos (aproximação de reconhecimento), foram ações comunicadas e organizadas com o auxílio das redes sociais<sup>16</sup>. No entanto, foi necessário a presença dos corpos para legitimar as ações, e por isso, alguns atos aconteceram em espaço público, com a realização de caminhadas pelo centro da cidade. Os pontos de encontro destas ações foram a escadaria da Catedral e “Palco Democrático”, localizado no Largo da Alfândega. Nesta pesquisa, o Largo da Alfândega foi investigado de forma ampla e ofereceu

---

<sup>15</sup> Citação que faz alusão à interferência dos tapumes (que cercavam o espaço público do Largo da Alfândega), na paisagem do centro da cidade de Florianópolis.

<sup>16</sup> Canal de comunicação on-line utilizado para contatar pessoas e divulgar eventos, conhecimentos e saberes.

elementos para diversas análises que relacionaram-se ao uso do espaço público por mulheres. Somadas às abordagens mencionadas anteriormente, este espaço, mesmo cercado por tapumes, influenciava a dinâmica socioespacial existente no lugar, pois forçava os pedestres a optarem por novas rotas e alterava os fluxos na região, interferindo diretamente na dinâmica diária de parte das mulheres vendedoras ambulantes entrevistadas.

Por isso, do ponto de vista do espaço, o Largo da Alfândega, poderia ser dividido em três setores principais e conforme o interesse da análise, ser subdividido. O primeiro setor, do lado oeste, junto ao Mercado Público, concentrava diversos bancos, alguns à sombra de árvores e outros mais próximos da Casa da Alfândega e Rua Conselheiro Mafra. O segundo setor, compreendia a Casa da Alfândega e o monumento em homenagem às rendeiras (os Bilros) organizados numa composição piramidal, com aproximadamente 3 metros de altura. No terceiro setor, encontrava-se o espaço reservado para eventos, com o antigo coreto, renomeado após a revitalização de 2017 como Palco Democrático e, mais próximo à Rua Conselheiro Mafra, encontrava-se a área reservada para a feira-livre.

Figura 8 Largo da Alfândega: setores para análise



Fonte: Google Maps (edição da autora)

Predominava uma certa tranquilidade na praça da Alfândega, que era eventualmente interrompida por alguém que caminhava apressado em direção ao Terminal Urbano. Mesmo assim, a ambiência que caracterizava o lugar, parecia ser gerada pela desaceleração de quem fazia uso dos equipamentos e setores da praça. Diversas pessoas se apoiavam em bancos, existentes na praça, mas prevalecia a presença de mulheres acompanhadas por outras mulheres ou crianças. Os ambulantes, interagiam com quem demonstrava interesse por seus produtos. Os “hippies”, que vendiam bijuterias, posicionavam-se próximos à Rua Conselheiro Mafra e Rua Deodoro e dividiam o espaço com quem fazia uso dos bancos existentes naquele lugar. Turistas circulavam pelo local, acessavam o Mercado Público, avaliavam as peças dos *hippies*, mas eram os nativos que completavam a ambiência deste lugar. Dificilmente, encontramos mulheres sozinhas na praça da Alfândega e as poucas que assim estavam, eram mais jovens e pareciam esperar alguém, normalmente de pé, enquanto desviavam sua atenção aos aparelhos celulares. Raramente sentavam-se em bancos. Tentou-se dedicar especial atenção à estas mulheres desacompanhadas, no intuito de analisar sua percepção de segurança em espaço público, no entanto, pareciam receber alguma mensagem em seus telefones e rapidamente seguiam em outra direção, o que frustrava a tentativa de avaliação.

De modo geral, de acordo com os critérios apontados no manual “*Construyendo entornos seguros desde la perspectiva de género*” (ESCALANTE, 2011), a configuração espacial e os aspectos sociais, tornavam a antiga praça da Alfândega um lugar seguro para as mulheres, com exceção da região onde estavam localizados os bancos sob as copas das árvores. Neste lugar, existiam elementos que bloqueavam os ângulos de visão de quem sentava-se em bancos ou circulava pelo entorno e nesta parte da praça, por conta da falta de visibilidade, que possibilita ver e ser vista ou escolher uma rota de fuga se for necessário, o espaço público apresenta aspectos físicos que o caracterizam como inseguro ao uso das mulheres. Vale destacar que são as mulheres quem mais utilizam os bancos disponíveis em espaço público. Geralmente, esperam por alguém ou descansam à sombra, quando possível.

Sara Ortiz Escalante é socióloga e responsável pela análise do conceito de “visibilidade” apresentado no manual *Construyendo entornos seguros desde la perspectiva de género* (2011). A abordagem atribui ao conceito de visibilidade dois aspectos de análise: o aspecto físico e aplicável que corresponde às intervenções que

podem ser planejadas e aplicadas em espaços públicos e que contribuem para a percepção de segurança das mulheres e das pessoas de modo geral.

O outro aspecto é associado às representações simbólicas e sociais das mulheres. Escalante (2011) defende que a valorização social e simbólica das mulheres, parte da utilização de imagens não sexualizadas em anúncios publicitários e expostas na cidade em *outdoors*, por exemplo, pois imagens estereotipadas do corpo feminino objetificado, contribuem para a sensação de insegurança e perpetuação das desigualdades e discriminações das mulheres. A autora complementa que algumas mensagens, ao invés de empoderá-las, apresentam uma visão protecionista, constituída a partir da imagem indefesa e de fragilidade da mulher associada ao domínio doméstico, a esfera privada da sociedade. Tome-se como exemplo, a campanha do metrô de São Paulo contra o assédio, que estimulava as mulheres a denunciar os assédios e agressões. Entre as imagens divulgadas em cartazes, afixados no metrô, destacava-se a imagem de três homens e a frase “você não está sozinha”, nos levando a entender que para acessar a cidade, a mulher precisa de proteção e não de autonomia e respeito, enfatizando a necessidade do uso de imagens não estereotipadas, a fim de fortalecer a representatividade das mulheres.

Figura 21 Cartaz divulgado no Metrô de São Paulo



Fonte: Blog da Raquel Rolnik

Raquel Rolnik (2016), afirma que a sociedade, por meio de estereótipos, promove esse comportamento ora de submissão, ora de abuso em face das mulheres, tratando-a como quem não pertence ao espaço público:

Os estereótipos culturais que autorizam e promovem um comportamento abusivo de homens em relação ao corpo das mulheres. A estes se associa também outro estereótipo forte em relação ao próprio espaço urbano: a casa (o lar!) é o lugar feminino por excelência – reino da domesticidade, espaço conhecido e confinado –, enquanto a rua – espaço público do inesperado, fortuito e desconhecido – é o lugar da masculinidade. Mulheres podem ultrapassar essas fronteiras desde que estejam acompanhadas por homens – seus namorados, companheiros, maridos, irmãos ou parentes. Mulheres sozinhas circulando nas ruas, em determinados horários e locais, estão “fora de lugar.

Outro aspecto que aponta a invisibilidade das mulheres na cidade é a falta de representatividade na nomeação de ruas, praças, bibliotecas ou outros pontos e equipamentos públicos, fator que demonstra o descaso com a representatividade feminina em espaços públicos. Na região central de Florianópolis, apenas a Rua Anita Garibaldi homenageia uma mulher e por um breve período, a Rua João Pinto foi nominada como Rua Augusta (VAZ, 1990). De forma complementar, o apontamento de Muxí (2006) destaca a importância da representatividade em todas as categorias da sociedade, na expectativa de que haja a possibilidade de incluir-se à pauta as necessidades das mulheres. No entanto, segundo destaca a autora (2006, p. 70) não há garantias de que sejam atendidas:

*El desafío es construir un espacio sin género ni orden patriarcal, por lo tanto, sin jerarquías, un espacio para visibilizar las diferencias, un espacio de todos y todas en igualdad de valoración de miradas, saberes y experiencias. Resignificar la construcción de nuestras ciudades a partir de la experiencia que del mundo tengan hombres y mujeres, dos maneras de enunciar una realidad única.*

Teixeira e Moreira (2012, p. 156), ao analisarem os espaços de sociabilidade no centro de Florianópolis, em especial o Largo da Alfândega e o monumento em homenagem às rendeiras (os Bilros), concluem que:

Na parte frontal do Largo estão colocados um lago e uma obra de arte em homenagem **a arte da renda de bilros**. Para além do belo trabalho de arte executado, mas pela referência à memória simbólica do lugar,

um motivo ligado à sua condição marítimo-portuária talvez fosse mais adequado, fazendo jus ao caráter monumental do Prédio da Alfândega e do Porto que ali havia. **Tal composição estaria mais condizente com a linguagem que deve ser expressa na imagem de um monumento**, que no entender de Choay (2001: 17), “trata de tocar, pela emoção, uma memória viva (grifo nosso).

Entendemos as justificativas apresentadas pelos pesquisadores, amparadas em texto de Choay (2001), entretanto, percebe-se em seu texto, a falta de valorização à representatividade da produção cultural, intelectual e histórica relacionada às rendeiras, e que, apesar da crítica, contribuem para a formação da identidade de Florianópolis. De acordo com uma das premissas deste trabalho (compreender como as mulheres se apropriam do espaço público em seu cotidiano), entendemos que ao representar a arte, as rendeiras e os bilros, o monumento materializa a imagem feminina associada ao fabrico das rendas e o transfere para o espaço público, assim como propõe Escalante (2011). Sabe-se que em menor quantidade, homens também tecem as rendas, no entanto é uma atividade cultural atribuída às mulheres, originalmente realizada nos ambientes domésticos. A luta por visibilidade das mulheres também diz respeito ao reconhecimento de práticas associadas à reprodução, o que inclui a confecção de rendas, e por isso a importância de visibilizá-las, devido a representatividade e importância simbólica para a questão da visibilidade da mulher.

Figura 22 Largo da Alfândega e Bilros



Fonte: Site da Prefeitura de Florianópolis

O monumento com o “Bilros”, não foi preservado no novo projeto de revitalização do Largo da Alfândega, entregue no início de 2020. As diretrizes para o novo projeto, definidas pelo IPHAN (Instituto do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional), solicitaram que a Casa da Alfândega fosse mais valorizada. O conceito de praça seca, utilizado no projeto, prioriza a visibilidade e o controle visual, inclusive, destacando e integrando a paisagem do entorno do Largo da Alfândega. Embora o monumento aos “bilros” tenha sido demolido, outro elemento em homenagem às rendeiras foi incorporado: o pergolado metálico que representa as rendas de Bilros Tramoia, localizada na parte sudeste da praça. O arquiteto César Floriano, um dos responsáveis pelo projeto, explica que:

O conceito adotado foi de espaço público enquanto lugar de vivência urbana e obra de Arte Pública. Como referência trabalhamos a imagem das ondas do mar e a renda de Bilros Tramoia como imagem dominante. Quanto ao contexto partimos do lugar e seus usos, como a feira e vendas de artesanato e cerâmica como elementos fortes, explicou o arquiteto. (NSCTOTAL, 2020)

A intervenção no Largo compõe um plano de revitalização do centro de Florianópolis que visa a integração de todos os espaços do centro, a qualificação para o uso noturno e a valorização da cultura e da história de Florianópolis, tornando o lugar atrativo aos que quiserem utilizá-lo. A divulgação em mídias digitais como o site NSCTOTAL (2020) sobre a revitalização e a promessa de melhorias para o entorno foram publicadas de forma entusiasmada, mesmo com os atrasos decorrentes da localização de sítios arqueológicos no local, a revitalização prometia melhorias significativas para o lugar:

Após centenas de obras entregues no Super Dezembro, a Prefeitura Municipal de Florianópolis vai entregar, no próximo sábado, 8, a reforma do Largo da Alfândega, que faz parte da revitalização do Centro Histórico e é uma das obras mais esperadas pelos florianopolitanos. [...] Essa reforma é um marco para o resgate e a valorização das raízes do nosso povo. O Largo da Alfândega tem um valor histórico e é uma importante área de passagem e de convívio do Centro de Florianópolis, servindo como ponto de encontro e como palco para manifestações culturais e populares. Por isso, investimos recursos e força de trabalho, tendo o cuidado de manter características históricas — afirma o prefeito da capital. A cultura açoriana será lembrada por uma estrutura metálica – de construção pioneira no Brasil – com uma cobertura de 450 metros quadrados simulando uma toalha de renda de bilro, em homenagem

às tradicionais rendeiras da cidade. A ideia é que a cobertura crie uma sombra “rendada” no chão e nas pessoas que estiverem debaixo dela. — É uma obra que vai resgatar a memória e a autoestima de nossa gente, por se tratar de um espaço democrático, com a cara e a alma da cidade. O novo Largo da Alfândega faz parte do processo de revitalização do Centro Histórico de Florianópolis e, juntamente com o Mercado Público, a Praça XV de Novembro, o Palácio Cruz e Sousa, a Casa de Câmara e Cadeia e a Catedral Metropolitana, deve atrair mais pessoas para aquela região do Centro, também à noite e aos fins de semana — enfatiza o secretário de infraestrutura, habitação e saneamento de Florianópolis.

Além da reforma da praça, o entorno da Casa da Alfândega também está sendo revitalizado. Trechos das ruas Deodoro, Conselheiro Mafra, Trajano e Arcipreste Paiva foram nivelados – após retirada do paver – e estão recebendo nova pavimentação em paralelepípedos. A rua Deodoro também vai receber calçadas acessíveis.

No novo projeto para o Largo da Alfândega, a representatividade das rendeiras aparece em destaque na composição com o pergolado metálico, enfatizando a importância simbólica das rendeiras para a identidade da cidade de Florianópolis. O cercamento do Largo com o tapume, agora acinzentado, transferiu as atividades desempenhadas no interior da praça para o entorno, sobrecarregando o trecho da Rua Conselheiro Mafra entre as ruas Deodoro e Trajano.

Figura 23 Projeto do Largo da Alfândega - 2020



Fonte: ND+

Figura 9 Cobertura Metálica em homenagem às Rendeiras



Fonte: NSCTOTAL. Foto: Leonardo Sousa/PMF

Figura 10 Vista aérea do Largo da Alfândega durante a revitalização - 2020



Fonte: ARQSC.COM Foto: Leonardo Souza/PMF

Durante a aproximação empírica, que permeou as atividades desta pesquisa, ao analisar o entorno do Largo da Alfândega, foi possível identificar que o tapume estava sendo utilizado para a fixação de mensagens e imagens. Nomes, frases de empoderamento, xingamentos, contatos para frete, contatos para cartomante e a imagem de uma mulher. “Nesse espaço negativo em um lugar tão significativo”, em frente ao acesso leste do Mercado Público, nos deparamos com a imagem de uma mulher em um cartaz, colado sobre o tapume. Intitulado Floripa em 3x4<sup>17</sup>, o “lambe” reproduzia a imagem de uma mulher, em homenagem aos 346 anos da cidade de Florianópolis. Tratava-se da instalação artística, que retratou a imagem de anônimos e personalidades que constituem a identidade de Florianópolis. Sem identificação, a imagem da “ilustre desconhecida” serviu como dispositivo para a identificação de outras imagens de mulheres no centro de Florianópolis, importantes para o fortalecimento e representatividade da mulher em espaço público. Afastados cerca de 300 metros, na Rua Conselheiro Mafra, colados ao tapume, identificamos outros “lambes” com imagens de mulheres e de homens que compunham a mesma instalação.

Figura 26 Imagem de Mulheres 1



Fonte: Google Maps

<sup>17</sup> Intervenção e exposição artística em comemoração aos 346 anos de Florianópolis.

Figura 27 Imagem de Mulheres 2



Fonte: Elaborado pela autora

A imagem de uma mulher (Figura 27), que poderia ser a minha imagem ou qualquer outra mulher que circula pelo centro da cidade de Florianópolis, é sinal de que as referências simbólicas e sociais, começam a incorporar a representatividade abordada por Escalante (2011). Outras imagens, marcavam o território e ascenderam representatividades “interseccionais”: raça, classe, idade, entre outros, visibilizavam as diferenças tão diversas e que marcam os corpos e os muros das cidades, registrando nas superfícies, sua passagem histórica.

Figura 11 Imagem de Mulheres 3



Fonte: Elaborado pela autora

Figura 12 Imagem de Mulheres 4



Fonte: Elaborado pela autora

Figura 13 Imagem de Mulheres 5



Fonte: Elaborado pela autora

Figura 31 Imagem de Mulheres 6



Fonte: Elaborado pela autora

Figura 32 Imagem de Mulheres 7



Fonte: Elaborado pela autora

Figura 33 Imagem de Mulheres 8



Fonte: Elaborado pela autora

Figura 34 Imagem de Mulheres 9



Fonte: Elaborado pela autora

### 4.3. O ESPAÇO PÚBLICO E AS MULHERES VENDEDORAS AMBULANTES

A localização das mulheres vendedoras ambulantes em espaço público, definiu o trajeto-roteiro utilizado para ordenar as apresentações das análises realizadas em campo, conforme ordenado e informado na figura 5 - "Aglomerações".

A investigação empírica foi realizada nos períodos da manhã e tarde, compatíveis com o horário de trabalho das MVA, observou-se um fluxo intenso de pessoas atraídas pelo comércio popular existente no Calçadão da Felipe Schmidt e pelos serviços oferecidos na região central da cidade. Durante o período noturno, visitamos o lugar em duas ocasiões, no entanto, não incluímos a análise noturna às avaliações pois não há presença de vendedoras ambulantes e intenso fluxo de pessoas. Além do que, para desenvolver uma pesquisa noturna, haveria necessidade de abordagens diversas para a análise, o que possivelmente, interferiria no trabalho. No entanto, destaca-se a circulação de pessoas pelo centro, próximo ao horário das 22h em direção ao terminal urbano. Imagina-se que sejam trabalhadores que fazem algum curso no centro e que neste horário, se encaminham ao terminal, em direção às suas residências. Alguns moradores de rua e catadores circulam pela região. Pessoas correndo, fazendo caminhadas ou grupos de ciclistas noturnos apareceram e desapareceram rapidamente, pois estavam apenas de passagem.

De modo geral, a dinâmica do centro da cidade muda rapidamente, pois acompanha os fluxos e a atuação dos atores envolvidos, inclusive, daqueles que participam dos cenários analisados.

Sobre a calçada, junto ao Camelódromo e a Av. Paulo Pontes, num dos locais de maior fluxo de pessoas, devido à proximidade com o Terminal de Transporte Urbano, há um grupo de vendedoras ambulantes (Aglomeração 6) e Glória encontrava-se entre elas. As vendedoras ambulantes, para se destacarem, posicionam-se no meio dos percursos, redefinindo-os, mas sem bloqueá-los. A movimentação de veículos, circulação de pessoas e as diversas atividades realizadas, confundem a percepção de quem observa ou passa pelo local. Quando perguntada sobre as condições de trabalho, Glória lamentou a falta de estrutura e indicou a precariedade dos equipamentos utilizados na exposição dos produtos pelas colegas. Para Glória, o trabalho em espaço público gera constrangimentos, expõe seu corpo

às intempéries, assédio e assaltos, no entanto, destaca que é preciso suportar, pois é com esta atividade que “ganha a vida”.

Figura 35 Mobiliário sobre a calçada



Fonte: Elaborado pela autora

Figura 36 Vendedoras de vale transporte



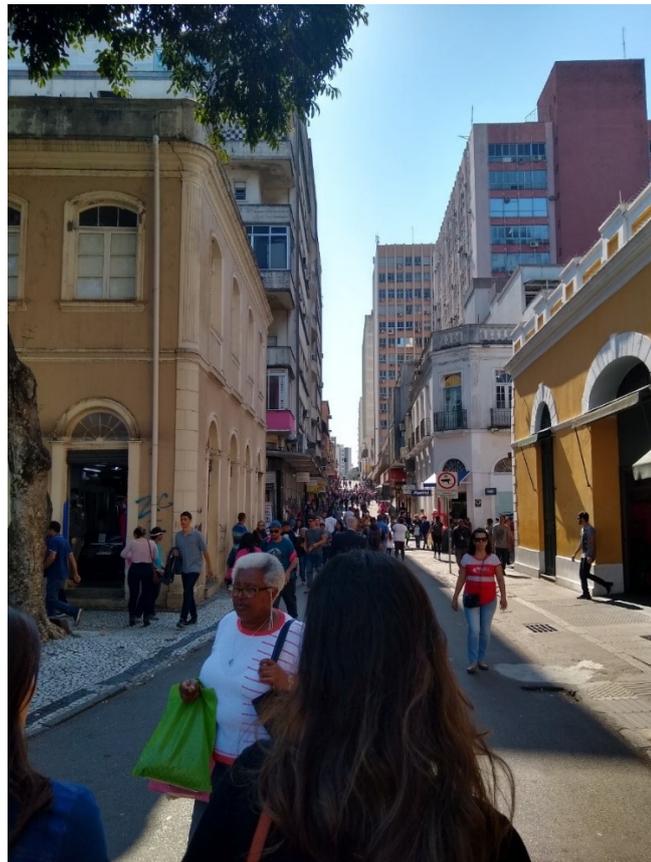
Fonte: Elaborado pela autora

De modo geral, com relação às características do lugar, a visibilidade permite o contato e controle visual. No entanto, a intensa circulação de pessoas e atividades

realizadas no entorno, confundem nossa percepção, o que é um fator negativo, pois dificulta as avaliações relacionadas ao risco a que se está sujeita.

Paralela à Avenida Paulo Fontes, encontra-se a Rua Francisco Tolentino, que no dia da análise, acomodava parte das barracas de feirantes que ficavam no Largo da Alfândega, devido a revitalização do lugar. A rua não é extensa e o trecho analisado, por não ser carroçável, possibilita o uso do espaço para a realização de diversas atividades. No entanto, embora exista diversidade de usos, este trecho da rua possui pouca visibilidade geral, já que está cercado por edificações, o que dificulta a orientação visual no caso de uma possível fuga, ou mesmo, escolha de direção. A sensação de insegurança se intensifica devido à falta de conservação das fachadas e falta de acessos ao interior das edificações, devido ao grande número de janelas. No entanto, a maioria delas permanece o tempo todo fechada e possuem um painel que veda o contato visual com o espaço externo. Sem os “olhos da rua” a sensação de insegurança, para a mulher, se intensifica.

Figura 37 Rua Jerônimo Coelho



Fonte: Elaborado pela autora

O início da Rua Jerônimo Coelho, junto ao Mercado Público, no dia da análise empírica, estava “aglomerado”, e a ocupação das mesas dispostas sobre a via

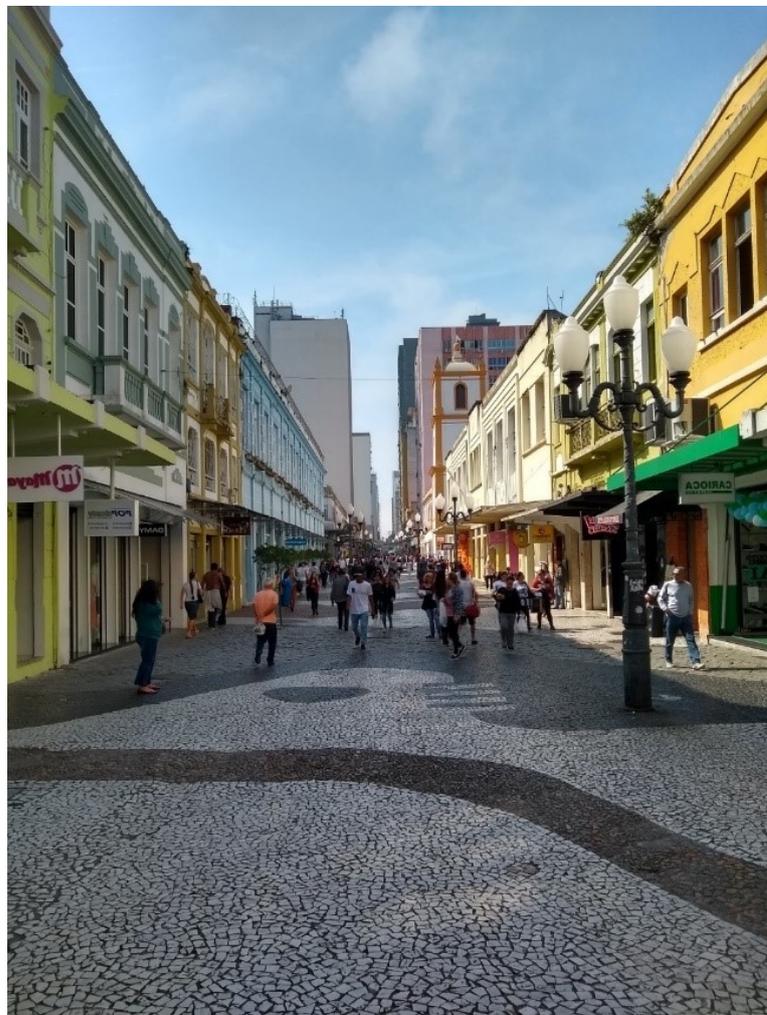
pública, utilizadas para a acomodação de clientes de um restaurante localizado no Mercado Público, voltado para a Rua Jerônimo Coelho. No entanto, de acordo com os critérios definidos para esta pesquisa, tal aglomeração não apresentava as características especificadas e necessárias à análise proposta neste trabalho e por isso não foi selecionada como uma das aglomerações estudadas. Ainda na Rua Jerônimo Coelho, outro ponto de aglomeração que não foi considerado para a análise foi o cruzamento com Rua Conselheiro Mafra (Aglomeração 2), pois a aglomeração era gerada por divulgadores, panfleteiros e passantes, sem a presença de mulheres realizando vendas ambulantes.

Após o cruzamento com a Rua Conselheiro Mafra, a Rua Jerônimo Coelho parece estreitar-se, devido a existência de edifícios mais altos e que interferem nas percepções relacionadas às escalas, neste caso, gerada pela relação da largura da rua e altura dos edifícios. De modo geral, embora as fachadas no nível térreo sejam conservadas, é possível encontrar grande extensão de fachadas cegas (sem aberturas e acesso), e logo acima, apresentavam-se um pouco degradadas, algumas partes estavam cobertas com painéis metálicos e as janelas existentes, estão localizadas à uma altura de difícil contato visual. Assim, tais configurações espaciais e arquitetônicas, dificultam o contato visual e a comunicação oral de quem circula e precisa se comunicar, constituindo um agravante para as sensações de insegurança, percebidas pelas mulheres. A sensação de estreitamento, fachadas cegas e falta de contato visual (olhos da rua), contribuem para a sensação de insegurança das mulheres que circulam pelo local.

Outra aglomeração (3) forma-se no cruzamento da Rua Jerônimo Coelho com a Rua Felipe Schmidt. Entre homens e mulheres, cerca de 10 vendedores ambulantes distribuem-se pelo lugar e abrigam-se sob a marquise e em frente à fachada cega do edifício revestido com granito preto. Expõem moletons, meias, tocas, artesanatos de origem indígena e outros produtos, sobre toalhas estendidas no chão de *“petit pavé”* do calçadão da Rua Felipe Schmidt. Apoiados nas paredes e no chão, os suportes expõem cintos, óculos e carteiras estão à venda. Os vendedores ambulantes aproveitam-se do grande fluxo de pessoas que transitam entre o Centro e o Terminal de Transportes Urbano e desse modo, vendedores, panfleteiros e pedestres, constituem a aglomeração nessa área. Para a avaliação que se propõe neste tópico da pesquisa, relacionada aos conceitos de qualidade do espaço público e que são percebidos pelas mulheres, chama a atenção o contraste entre o trecho analisado

anteriormente da Rua Jerônimo Coelho e a Rua Felipe Schmidt, pois a visibilidade existente (relacionada a entornos seguros, conforme indicações do documento elaborado por *Col.lectiu Punt6* em 2011), na Rua Felipe Schmidt, favorece a percepção de segurança. A relação entre largura da via e altura dos edifícios, a exposição do céu e mais iluminação natural, intensificam esta sensação, devido ao controle visual do local (JACOBS, 2000; LYNCH, 2011; MASCARÓ, 2009). Neste cruzamento, avista-se o mar, localizado além do estreito caminho da Rua Jerônimo Coelho, a torre sineira da Igreja São Francisco e o corte que a Rua Felipe Schmidt cria no território urbano da região central da cidade de Florianópolis, até encontrar a Praça XV de novembro.

Figura 38 Rua Felipe Schmidt



Fonte: Elaborado pela autora

Figura 39 Mulheres na calçada



Fonte: Elaborado pela autora

Na Rua Felipe Schmidt, entre a Rua Jerônimo Coelho e a Rua Deodoro, percebe-se diversos agrupamentos, no entanto, não se destacam como os anteriores. Um destes agrupamentos reúne aproximadamente 10 mulheres diante da vitrine de uma loja famosa de calçados que liquida o seu estoque. Vale o resgate das críticas de Betty Friedan (1971, p.199) sobre o consumo de mercadorias associado à figura feminina e o modo de se apropriar da cidade:

[...] uma empresa precisa lucrar com seus produtos; uma revista, uma série comercial precisa de publicidade para sobreviver. Mas, ainda que o lucro seja o único objetivo, o único padrão de sucesso, pergunto a mim mesma se a publicidade não está cometendo um erro quando oferece ao cliente o que julga que êle deseja. Pergunto a mim mesma se o desafio e as oportunidades para a economia americana não residirão, a longo prazo, em deixar a mulher evoluir, em vez de enganá-la com soros de juventude, conservando-a frívola e ávida de compras.

Figura 14 Mulheres em frente à loja



Fonte: Elaborado pela autora

Os edifícios existentes no trecho pedonal da Rua Felipe Schmidt, raro poucas exceções, possuem apenas dois andares. São edifícios assobradados antigos, porém conservados. O entorno visível, é uma característica do espaço urbano, considerado seguro para as mulheres e a configuração espacial da parte pedonal da Rua Felipe Schmidt contribui neste aspecto. No entanto, é importante destacar que algumas características depõem contra a qualidade de espaço público da Rua Felipe Schmidt e entorno. A falta de diversidade de usos e a predominância do uso comercial, faz com que este lugar seja desabitado no período noturno, as ruas ficam praticamente vazias e os edifícios desocupados, neste cenário, falta a vitalidade necessária à manutenção dos centros das cidades (JACOBS, 2000).

As marquises existentes em quase todas as fachadas, são elementos arquitetônicos favoráveis aos pedestres que podem utilizá-los para a proteção contra a insolação e a chuva, no entanto, reduzem a área de visão de quem está em um andar mais alto e conseqüentemente, acaba gerando áreas que fogem do controle visual e tendem a ser locais inseguros nas cidades.

Durante a avaliação empírica, identificou-se alguns bancos distribuídos pelas ruas do calçadão, no entanto, eram equipamentos apenas para apoio e de baixa

qualidade: com superfícies ásperas e partes quebradas. Sabe-se que a oferta de bancos em espaços públicos, contribui para a permanência de pessoas nos lugares e possibilita a interação, que é indicador do conceito de vitalidade do espaço, utilizado na avaliação da qualidade dos espaços públicos. Qualquer manual que se dispuser a avaliar os espaços públicos sob a perspectiva de gênero, indicará a implantação de bancos em pontos estratégicos.

Ainda, duas entrevistadas, Amandia e Glória, sugeriram a implantação de banheiros públicos acessíveis, pois mencionaram sobre as dificuldades em encontrarem um banheiro disponível ao uso, sem que haja a necessidade de pagar por ele. Em seu relato, Amandia mencionou que tem sofrido com infecções urinárias, pois tenta resistir ao máximo o momento de utilizar um banheiro, sendo mais cômodo o uso do banheiro do Mercado Público, porém, só é possível utilizá-lo mediante o pagamento de uma pequena taxa, mas ela não consegue dispor desse valor diariamente. “Banheiros públicos fazem falta”, diz ela.

No cruzamento das ruas Felipe Schmidt e Deodoro, percebe-se outra aglomeração de pessoas (aglomeração 5), composta por vendedores ambulantes, indígenas e pessoas que apenas circulam pela área. Este trecho, conforme Teixeira e Moreira (2012), corresponde à área específica e reservada para as artes. Divina e Maria expõem as rendas de bilro que produzem, neste local. Perguntadas se sabiam dessa “vocação às artes” da rua, respondem negativamente e consideram que a informação poderia facilitar seu acesso ao local e assim, realizarem suas exposições mais tranquilamente, sem receio de ser abordadas por fiscais.

As fachadas dos edifícios voltados para a Rua Deodoro estão bem conservadas, porém, as fachadas do Centro Comercial ARS estão cobertas por pichações e grafites e sobre a marquise, os arames farpados instalados, degradam a imagem da paisagem urbana. Esses aspectos físicos, são desfavoráveis à manutenção da sensação de segurança para as mulheres, e somado ao aspecto de desordem identificado sob a marquise, devido aos carrinhos de catadores e algum lixo acumulado, entre outros, representam aspectos físicos desfavoráveis ao espaço público. No entanto, entre as pichações, a tinta colorida materializa a imagem de mulheres negras e a imagem de Mariele, na tentativa de relacionar o local às imagens femininas, conforme já apresentado.

Figura 41 Paisagem Urbana – Rua Deodoro



Fonte: Elaborado pela autora

No entanto, sob a marquise e cruzamento das ruas Deodoro e Conselheiro Mafra, é possível deparar-se com uma grande aglomeração (1), muito dinâmica. Ali, vê-se passantes, panfleteiros, turistas e vendedores ambulantes, inclusive Amandia. Alguns passos adiante, nota-se a presença de mais uma aglomeração. Neste local, amparados pela lei 2.496/86, vendedoras de meias, vendedoras de panos de prato, pipoca e outros, se aglomeram e disputam o território e a atenção de quem passa.

Percebe-se grande quantidade de pessoas encostadas na parede da fachada Norte do Mercado Público. Mulheres jovens desacompanhadas ou mais velhas, geralmente acompanhadas de crianças, homens fumando solitários, ou grupos de homens e mulheres em pé, conversando, integram-se aos passantes, vendedores ambulantes e panfleteiros. Dessa forma, constituem a aglomeração mais expressiva encontrada no entorno e calçadão da Rua Felipe Schmidt. Entre os vendedores ambulantes, nota-se a presença dos artesãos que vende peças na área do Largo da Alfândega, mas em decorrência da revitalização já mencionada, posicionaram-se

junto à Casa da Alfândega e tapumes que cercam o Largo, na extensão da Rua Conselheiro Mafra. Cotinha está entre eles e expõe as peças de tricô, confeccionadas por ela.

A área delimitada pelos tapumes, materializa a obra de revitalização do Largo e os grafismos expressos sobre as placas, somam-se aos grafismos da fachada do Centro Comercial ARS, e compõem a paisagem que pode ser associada à degradação ou propensa à percepção de insegurança. Posicionada, sob a marquise do centro comercial, junto à fachada, Amandia menciona que é possível acostumar-se com a confusão visual, ruídos de maquinários utilizados na revitalização do Largo e com a constante circulação de pessoas, pois ela convive com tal dinâmica desde que iniciaram-se as obras.

Diante do exposto, embora algumas entrevistadas tenham apontado melhorias objetivas, como a implantação de equipamentos públicos, o espaço público investigado apresenta condições favoráveis e que não interferem na dinâmica diária daqueles que fazem uso dele.

## 5. RESULTADOS E DISCUSSÕES

### 5.1. FAMÍLIA, TRABALHO E IDENTIDADE

Todas as mulheres entrevistadas encontraram na venda de produtos na rua, a maneira de produção econômica que garantisse algum rendimento financeiro para complementar a renda familiar, ou que representasse o principal rendimento. Para elas a exposição a que se submetem na rua, não está apenas relacionada a assédio, como mais popularmente é divulgado. As entrevistadas mais jovens, mencionaram adotar estratégias para minimizar as abordagens mais invasivas. Giane (44 anos) e Glória (42anos), disseram todos os dias as roupas que estarão vestindo durante o dia de trabalho. No entanto, identificamos aspectos mais abrangentes e que interferem diretamente no modo com que as mulheres vendedoras ambulantes acessam e se apropriam do espaço público.

No entanto, antes de iniciarmos a descrição destes aspectos, pensamos ser relevante relacionar algumas questões observadas e que interferem no resultado das análises. A motivação destas mulheres para o trabalho em espaço público, na condição de vendedora ambulante, conforme lei 2.496, se origina com a necessidade econômica, latente em todos os casos. O trabalho em espaço público nunca foi uma escolha para elas, na verdade, foi a única opção. A outra era o trabalho doméstico, que emprega um grande número de trabalhadoras informais. Glória, assim que chegou em Florianópolis, foi trabalhar em uma residência, mas logo começou a sentir as dores nas costas e abandonou a atividade, considerada muito desgastante por ela. “Eu era uma jovem forte, mas sentia muitas dores, pois o serviço é puxado e depende muito da nossa condição física”, disse Glória. Sem condições de estudar, pois logo precisou trabalhar, Giane se mudou para Florianópolis para “fugir” do emprego doméstico, pois era a única opção para ela na cidade onde morava. Dona Cotinha, por toda sua vida, exerceu apenas a atividade doméstica.

Amandia, no entanto, se aposentou como empregada doméstica, atividade que exerceu durante toda sua vida de trabalhadora. Diz ser a única coisa que sabe fazer: ser empregada doméstica. Conta que muito jovem foi trabalhar na casa de uma família e que permaneceu trabalhando com eles até que a patroa foi transferida para uma casa de repouso, mas menciona que no dia seguinte, iniciou o trabalho doméstico

na casa da filha mais velha, a qual conhecia desde pequena e que havia ajudado a criar. Embora Amandia deixe claro o respeito e gratidão por toda a família, menciona a diferença com que foi tratada nos dois lugares:

Eu gostava do primeiro emprego e me desdobrava para não faltar. Lembro de levar meus filhos comigo, quando adoeciam para não faltar ao trabalho, pois era minha obrigação. Mesmo assim, sinto que meu trabalho e empenho não era reconhecido por minha patroa (primeiro emprego), pois ela nunca me desejou um feliz aniversário ou me presenteou, com uma simples lembrancinha no Natal. Mas na casa da filha (segundo lugar que trabalhou como doméstica), eu me sentava à mesa, junto deles. Nas datas comemorativas, sempre recebia presentes e às vezes, ao final do dia, me levavam até em casa e não precisava utilizar o transporte público. Era muito cansativo.

Amandia relata com orgulho que apesar das dificuldades, encaminhou bem seus filhos e que a “menina” é enfermeira. Disse ter priorizado a educação dos filhos, e para que isso acontecesse, se desdobrou onde trabalhou. Giane compartilha desse sentimento e deseja que as filhas sigam em outra atividade, pois sua atividade a esgota diariamente. Reconhece que a filha poderia lhe substituir eventualmente na afiação, mas tem receio de que acabem se acomodando e aguardar um pouco mais e encaminhar a filha para outra atividade, assim que ela estiver com 16 anos. Giane revela o desejo de voltar a estudar, de “mudar de vida”, mas dissipa a ideia assim que se dá conta de que, agora, é ela quem provê a renda da família. O perfil de Giane, corresponde ao perfil de uma grande parte das mulheres brasileiras: jovem, casou-se mais de uma vez, é a provedora da família, trabalha em mais de um emprego ou realiza longas jornadas de trabalho em empregos informais, precisa deslocar-se à média ou longa distância e conta com uma rede de apoio, com quem compartilha, principalmente os cuidados com a casa e filhos (GONZAGA, 2004; SANTORO, 2008; FREITAS, 2018; LYRA, 2017). Segundo Giane, a rede de apoio e suporte a qual ela está conectada, oferecem importante auxílio às atividades diárias. Menciona que os vendedores ambulantes formam uma das redes, pois estão sempre atentos uns aos

outros e segundo ela, pelo fato de ser mulher e estar em espaço público, precisa estar sempre atenta.

A questão de segurança, é algo bastante importante para mim. No outro ponto, próximo ao Banco Santander, fui assaltada duas vezes, pois lá eu trabalhava praticamente isolada, sem ninguém por perto e o número de pessoas que circulavam era menor. Agora, o movimento é maior, existem mais vendedores ambulantes e todos se apoiam, cuidam uns dos outros. Penso que por isso, nunca fui assaltada, pois existem mais pessoas circulando por este local. É preciso ser guerreira e não desistir. É preciso enfrentar todo tipo de “situação” para trabalhar na rua. Já estou acostumada e somente quando comecei a trabalhar é que me sentia intimidada em trabalhar na rua e tento ser discreta e não chamar a atenção para evitar “problemas”.

No entanto, cliente e amigas também oferecem algum tipo de ajuda, principalmente, durante o período de “transição financeira” (como ela mesma definiu a condição recente de separada) e indica uma série de sacolas empilhadas em um canto, no chão. Além da água e comida que trouxe de casa para se alimentar e hidratar durante o dia, mostra as roupas de bebê que foram doadas a ela, naquela manhã. “É muito importante, procuro resistir ao máximo, mas é bom contar com o auxílio de outras pessoas”, ela diz.

Para Giane, a autonomia que o trabalho como vendedora ambulante possibilita, é um grande facilitador, pois as atribuições de Giane, multiplicam-se com os cuidados necessários à filha ainda bebê. Os imprevistos alteram sua rotina de trabalho, por isso considera importante poder gerenciar o próprio horário de trabalho e não ficar atrelada ao “registro do ponto”. Em um dos banners expostos por Giane em seu ponto de afiação, ela destaca seu horário de atendimento: início às 10h e encerramento às 18h (a lei nº 2.486 indica o início das atividades às 8h e o encerramento às 18h). Para ela, este ajuste de horário é fundamental para que possa preparar a filha mais nova e deixá-la com a vizinha, ante de iniciar as atividades no centro da cidade. Destaca ainda que o movimento até as 10h é reduzido e por isso fica um pouco mais tranquila com relação ao ajuste de horário. Este debate envolve

diversos aspectos, entre eles, o controle sobre o tempo. Ou seja, para as mulheres vendedoras ambulantes entrevistadas, o fato de poderem ajustar, eventualmente, seu próprio horário de trabalho é uma regalia necessária, pois conseguem incluir outras atividades em seu cotidiano, quando necessário.

No entanto, é preciso saber gerenciar os horários, pois a licença liberada pela prefeitura exige o cumprimento do horário definido e o descumprimento pode ocasionar o cancelamento da licença. A primeira vez que entrevistamos Amandia, ela nos informou a necessidade de encerrar as atividades às 15h, pois precisaria agendar uma consulta no posto de saúde de seu bairro, pois há dias estava sentindo muita dor em suas “juntas”. Disse respeitar ao máximo as orientações da prefeitura, mas que a idade avançada tem debilitado seu corpo, que estava velha, mas que precisava mantê-lo saudável, pois se entregar-se, ninguém fará por ela. “A gente tem que “lutá!””, foram palavras ditas por Amandia que ficaram registradas na memória. O aspecto que se destaca no caso de Amandia, Dona Cotinha, Divina e Maria é o fato de serem senhoras com idade acima de 70 anos, que recebem pensão ou aposentadoria, mas que precisam complementar os rendimentos mensais para sobreviver, indicando a fragilidade econômica a que estão sujeitas.

Nenhuma delas optou pelo trabalho na rua, pois para elas, não é uma escolha. O trabalho na rua para as seis entrevistadas, não representa a liberdade financeira e a conquista da independência, na verdade, institui a falência do Estado que deveria oferecer apoio e suporte, principalmente às mais idosas. Os produtos que comercializam, são confeccionados por elas e indicam a habilidade manual, adquirida ainda jovens, talvez antes mesmo do casamento. As mulheres mais velhas, comercializam tricôs, crochês e rendas de bilros. Poderiam também comercializar produtos alimentícios, mas Amandia explicou que gastaria muito mais para preparar alimentos. E, que seria mais exigida fisicamente, pois durante a noite, teria que preparar os produtos que comercializaria no dia seguinte. Explicou ainda que precisaria de uma cozinha um pouco maior e com mais equipamentos, além dos possíveis gastos com água, gás e energia, bens e serviços aos quais ela não tem acesso em sua totalidade.

O ambiente doméstico e as relações familiares foram citadas durante as entrevistas. Divina e Dona Cotinha mencionaram que as filhas, após separarem-se, juntamente de seus filhos, voltaram a morar com elas. As questões relacionadas à moradia compartilhada, foram citadas em quase todas as entrevistas. A filha e netos

de Dona Cotinha residem com ela. Após a separação, Divas acolheu a filha e por isso, precisa vender as rendas no centro da cidade, pois precisa aumentar os rendimentos familiares. Com a dissolução do casamento, quase sempre quem se responsabiliza pelos filhos é a mulher, principalmente quando são pequenos. Nos casos apresentados, a situação financeira condiciona o retorno à casa materna, que, geralmente, oferece o suporte emocional e até financeiro.

## 5.2. LICENÇA PARA O ESPAÇO PÚBLICO: USO OU APROPRIAÇÃO?

A partir das entrevistas, identificamos as diferenças e particularidades existentes entre as vendedoras ambulantes as quais tivemos contato. Importa destacar que, embora, todas no momento da entrevista, estivessem vendendo mercadorias no espaço público, o nível de envolvimento e a forma que se apropriam do espaço público era diferente. A relação existente estava condicionada ao modo com que utilizam o espaço público em seu cotidiano: três entrevistadas utilizam o espaço público eventualmente, cerca de duas ou três vezes por mês para comercializar peças artesanais (tricô e rendas de bilro) produzidas por elas. As demais entrevistadas, três vendedoras ambulantes, mas que possuem pontos fixos, utilizam o espaço público em seu cotidiano e faziam dele, seu lugar de trabalho. Esta condição interfere na forma com que constituem relacionamentos profissionais e até mesmo pessoais com aqueles que circulam ou também se utilizam do espaço público na realização de atividades cotidianas.

O espaço público foi loteado para atender, parcialmente, à demanda que os vendedores ambulantes geraram, mesmo assim, não atende a todos da mesma forma. É possível percebermos diversos ambulantes circulando pelas ruas vendendo produtos e que possivelmente, não possuem licença para tal. Numa tentativa de ordenar a ocupação do espaço público pelos camelôs e vendedores ambulantes, a prefeitura e SUSP – Secretaria Municipal de Urbanismo e Serviços Públicos, oficializaram a atividade de camelô e vendedores ambulante e a lei nº 2496/86 regula os atos relacionados à atividade.

Esta lei institui padrões para comportamento, vestimentas e critérios para a liberação da licença que autoriza a venda em espaço público. Chama a atenção os parâmetros definidos na lei e que relacionam-se com a exploração do espaço público.

Parte dele é definido para que o vendedor se posicione e realize as atividades apenas naquele espaço, sob pena de cancelamento da licença ou apreensão das mercadorias caso realize a atividade fora dali. Este parcelamento do espaço público para uso particular, aliado aos critérios instituídos pela referida lei e pela constante fiscalização, intenciona o controle dos corpos dos vendedores ambulantes, no caso desta pesquisa, das vendedoras.

Da mesma forma que mantem o controle sobre quem vende produtos, também mantem o espaço de circulação livre para o pedestre, consumidor, pois na sociedade do consumo, é ele quem merece a atenção e todas as regalias e dessa forma, deve poder circular livremente. A política de uso do solo instituída para os vendedores ambulantes, afeta as interlocutoras desta pesquisa, pois analisou-se seu posicionamento no espaço público e sua posição é periférica, junto das fachadas cegas dos edifícios, distante do corredor central, por onde circulam os consumidores.

A fiscalização foi citada por todas as vendedoras entrevistadas e participa do cotidiano de todas elas. Glória foi a mais tranquila, disse que percebe a presença dos fiscais quando eles a abordam para verificar a documentação, mas que nos últimos meses, apenas passam, olham e seguem para fiscalizar outros lugares. Para ela, eles perceberam que ela atende às exigências e que a licença está em dia. Giane também demonstra tranquilidade ao relatar sua relação com os fiscais, disse atender as exigências e que deixa o horário de atendimento bem exposto para evitar problemas com os clientes e reclamações futuras. Amandia, no entanto, mesmo licenciada, carrega a autorização sempre à mão e quando perguntada sobre a atuação dos fiscais, relatou que procura realizar o trabalho de acordo com as orientações e que procura não chamar a atenção para si, manter-se discreta, sem causar confusão e prejudicar futuramente a renovação da licença. Amandia insistiu que eu visse a data de validade de sua autorização, pois para ela, é importante que as coisas sejam bem explicadas, pois não gosta de deixar dúvidas. Honestidade é para Amandia uma forma de legalidade e garantia de uso do ponto. Assim como segue à risca as orientações para uso do ponto, Amandia procura ser discreta e mesmo quando posiciona os expositores fora da área especificada (sobre a marquise) para se aquecer ao sol numa manhã de sexta-feira, procura ser cuidadosa para não chamar a atenção.

As vendedoras não licenciadas, por sua vez, estiveram atentas durante toda a entrevista. Cada uma, possui estratégias específicas para se misturar aos demais vendedores ambulantes e passar despercebida, ou conseguirem retirar seus

produtos o mais rápido possível, no caso de uma investida dos fiscais. Por isso, expõem os produtos sobre toalhas, o que pode facilitar num momento de fiscalização. No entanto, como nunca foram abordadas, não há a certeza de que seria possível se afastar em tempo. Mencionam ainda, que os demais vendedores ambulantes, monitoram suas atividades e que sentem-se intimidadas por eles.

A atividade de venda ambulante, somente é autorizada devido o tipo de mercadoria que comercializam, ou seja, os produtos comercializados pelas vendedoras não licenciadas relacionam-se à artefatos artesanais, elaborados por elas e que de algum modo, concorrem com produtos comercializados por lojas próximas, como é o caso das rendas de bilro, vendidas em lojas especializadas na Casa da Alfândega e loja no Mercado Público, por exemplo. No entanto, suas presenças nem são percebidas devido à pouca frequência com que fazem a venda de produtos neste lugar. A afiação de alicates oferecida por Giane, ou a venda de vale transporte realizada por Glória, também não coincidem com atividades oferecidas pelo comércio próximo. A opressão em forma de fiscalização, seria mais intensa no caso de oferecer produtos que competissem com as lojas existentes. Conforme aconteceu em 1980, quando os camelôs foram retirados do Largo da Alfândega e deu-se início a uma série de confrontos.

O caso de Amandia, que comercializa panos de prato, proporciona uma leitura específica das relações entre vendedores ambulantes e comerciantes locais, pois o produto que ela comercializa são adquiridos a 300 metros, numa loja que comercializa artesanato para o uso nas residências. Amandia desse modo, revende produtos para a loja e incrementa as vendas do estabelecimento comercial. Inclusive, informou possuir uma dívida de R\$ 65,00 (sessenta e cinco reais), e preocupada, mencionou diversas vezes o desejo em quitá-la. No entanto, Amandia percebe a necessidade de oferecer um produto diferenciado e incrementa os panos de prato com acabamentos em crochê. Os produtos de artesanato comercializados pelas quatro vendedoras ambulantes são elaborados por elas, de acordo com as habilidades adquiridas como essenciais aos cuidados e manutenção da casa ou no caso das rendas de bilro, como continuidade a uma tradição cultural, mas que relaciona-se aos cuidados com a casa.

Da mesma forma, a presença das vendedoras ambulantes gera a demanda por locais de guarda-volumes e as três vendedoras licenciadas contribuem financeiramente para que estabelecimentos armazenem seus equipamentos durante a noite. Amandia mencionou que nos primeiros meses trazia e levava: mesa,

banquetas, caixa de isopor, bolsas e outros equipamentos, e com grande dificuldade, por conta de tantos equipamentos e objetos, mesmo com o uso do transporte público, era muito difícil para ela, uma senhora de 70 anos. Mas com a proximidade e relações que foram se constituindo ao longo do tempo, conseguiu um local para armazenar alguns dos objetos que utiliza cotidianamente. Inicialmente, a mesma loja onde ela compra os panos de prato, armazenava os objetos como um favor, mas após algumas semanas, passou a cobrar pelo guarda-volumes. O mesmo aconteceu com Giane e Glória, que também pagam um valor pelo guarda-volumes.

O poder e controle que as licenças exercem sobre as vendedoras, nos fazem refletir sobre o controle dos corpos e sobre a ordem que institui ao uso do espaço público. Para elas, muitas vezes, é importante passar despercebido, há a necessidade de estar invisível, seja para os fiscais ou para os demais vendedores, no caso das não licenciadas. Nos casos analisados, a discricção acompanha as vendedoras ambulantes que a utilizam como uma estratégia para a manutenção e preservação do ponto, ou seja, como uma garantia de que não serão notadas e da consequente manutenção do ponto. De modo geral, as mulheres mais velhas, que trabalhavam com a venda ambulante, sempre que notadas e observadas, assumiam a postura discreta e quase nunca interagem, chamando a atenção dos pedestres. Eram mais resignadas e aguardavam a abordagem dos clientes. Possivelmente, a carga cultural que acompanha tais mulheres, os modos com que seguiram suas vidas e como sua personalidade foi sendo delineada, a partir de códigos de conduta que indicavam à ordem e o recato, interfere na forma com que se expõem em espaço público. Pensamos que as quatro vendedoras com mais de 70 anos (as outras duas informaram ter 40 e 42 anos) seguem os padrões de conduta que definiram o espaço público como um lugar proibido e perigoso para as mulheres e ainda mantem esta identidade limitadora em suas relações com o espaço público.

## CONSIDERAÇÕES FINAIS

A discussão e a análise apresentadas neste trabalho sobre a apropriação do espaço público pelas mulheres vendedoras ambulantes em Florianópolis, contrapõe a divisão sexual do trabalho e os conceitos originais de “público e privado” com o espaço público contemporâneo e incluem as mulheres no debate. Outrora tido como espaço natural do homem, compreendia-se que seu acesso era exclusivo àqueles que participassem de seu desenvolvimento, e dessa forma, tornava-se restrito às mulheres. A urgência em identificar as formas de apropriação do espaço público pelas mulheres, nasceu desse debate e ganhou consistência diante das manifestações públicas que reivindicam, cada vez mais o direito à cidade.

As aproximações, descritas no capítulo 1 deste trabalho, humanizaram a investigação e aproximaram a pesquisadora da área analisada, facilitando o contato com as mulheres vendedoras ambulantes.

Assim, reconhecer e compreender seus padrões de uso e convívio em espaço público pareceu-nos justificar a investigação. A aproximação deste universo a partir do exercício proposto e constituído em seis fases, permitiu-nos avaliar as condições da vivência na cidade. Tal espaço, historicamente considerado opressor ao modo de ser das mulheres, definia que não deveriam participar das atividades sociais das cidades.

O resgate teórico, relacionado aos temas associados ao estudo, no entanto as reflexões tornaram-se mais consistentes somente após as observações empíricas e mediante o contato com as mulheres vendedoras ambulantes que ocupam o centro da cidade de Florianópolis. A reflexão sobre o tema, passa pelo planejamento das cidades e entende-se que, inclusive, o modelo composto por zoneamentos e remanescente do modelo racionalista e funcionalista, intensifica a divisão do espaço urbano e segrega as mulheres em áreas predominantemente residenciais, de acordo com os exemplos apresentados no texto.

Dada a condição pré-definida da mulher como responsável pelo trabalho reprodutivo e com isso, em outros tempos, restringida a ele, ocupar parte da cidade para a realização de atividades econômicas, pareceu-nos confrontar com os cânones

idealizadores e estruturadores do convívio social e do controle do espaço urbano e por isso, o interesse na investigação.

O trabalho de campo trouxe à tona a ideia de que a representação de imagens femininas nas ruas do centro de Florianópolis contribui para que a sensação de insegurança seja diminuída, pois foi observado a existência de fotografias e grafites de mulheres (anônimas ou não), em diversos pontos do recorte analisado. Percebeu-se um processo de valorização da mulher no espaço urbano analisado, ainda que tenha-se concluído que tal representatividade limita-se à pequenos gestos, sendo ainda as mulheres pouco incluídas no que tange ao nome de ruas, praças ou outros espaços públicos.

Por meio da pesquisa constatou-se que as mulheres vendedoras ambulantes de Florianópolis dependem das negociações realizadas em espaço público para a manutenção da casa e dos cuidados para com a família. Observou-se ainda que atualmente, o centro da cidade também está tomado por mulheres que circulam a passos rápidos, no entanto, muitas são apenas transeuntes no espaço público da cidade. Dessa forma, interessou-nos compreender a dinâmica de quem precisa “estar” neste lugar com mais frequência e que vivencia as relações de modo efetivo e não superficial, pois, imaginou-se desse modo obter informações mais precisas e com menos ruídos.

Assim, por meio da metodologia de aproximação, investigou-se a relação das mulheres vendedoras com o espaço público e constatou-se a necessidade das MVA em ocupar o espaço urbano de forma integral durante o dia, e ainda se observou que fatores externos influenciam consideravelmente nos modos com que se apropriam da cidade, tais como relações familiares, cuidados com a casa, saúde e o próprio deslocamento para o espaço público.

Identificou-se na análise espacial do calçadão e entorno, uma separação de pequenos “lotes” do espaço para o uso frequente das vendedoras ambulantes, ou seja, um espaço particular no espaço público. Este “loteamento” transformou o local e adaptou-o para que as mulheres vendedoras ambulantes tornassem-no mais aconchegante e menos generalista. Tais modificações, caracterizadas pelo ato de montar e desmontar as estruturas de trabalho, além de promover as referidas modificações no espaço público, faz com que cada uma das vendedoras ambulantes acrescente um pouco de sua subjetividade existente nesta relação.

Neste lugar, as formas de opressão são mais facilmente percebidas, desde que se esteja preparada para reconhecê-las. O contato frequente, realizado por algum tempo aproximou a pesquisadora da cena de pesquisa e notou-se distintas formas de opressão, no entanto, duas destacaram-se: a opressão acompanhada da figura masculina e a opressão representada pelo fiscal da prefeitura.

Constatou-se que o assédio ocorre em diferentes formas, tais como cantadas, medo de assaltos, olhares que julgam sua presença em espaço público e o entendimento de que o próprio espaço oferece risco e que as mulheres para circularem por ele ainda precisam da companhia de um homem, conforme relatado por uma das entrevistadas. Sobre as posturas e corporeidades, concluiu-se que há a necessidade de que as MVA mantenham-se atentas, pois mencionaram que até a forma com que se vestem tem a função de passar a mensagem de que estão trabalhando e que são pessoa sérias: “nunca usei vestido par trabalhar na rua”, disse uma delas.

Referente às vendedoras não licenciadas, além de carregarem todos os medos e receios já citados, ainda têm de conviver com medo de fiscais (em razão da falta de licença) e das críticas e censuras que sofrem por parte de outras vendedoras autorizadas a ocupar o espaço público.

Um último aspecto relevante foi observado em relação às MVA, que trata da tentativa de que haja uma relação harmônica entre os cuidados com o lar, a família e o trabalho em espaço público. Justifica-se tal afirmação por meio dos depoimentos das vendedoras referente ao que se entendeu como “redes de apoio” que elas utilizam, seja por meio de pessoas próximas que as auxiliam nos cuidados com a família e também por meio de doações que recebem de clientes e amigos.

Ainda que as vendedoras sejam cuidadosas em relação ao cumprimento de horários e regras para a utilização do espaço público (fiscalização), mostrou-se evidente que ainda que a necessidade de lá estar para obter o sustento não se sobrepõe à responsabilidade que cada uma tem para com a família e o lar.

Compreender a dificuldade com que as mulheres investigadas se apropriam do espaço público trouxe à tona diagnósticos já encontrados em trabalhos de outros pesquisadores, mas esta pesquisa enfatizou a problemática enfrentada pelas mulheres vendedoras ambulantes na relação entre buscar o sustento no espaço urbano e ter que lidar com as dificuldades da manutenção do lar e família.

Assim, por meio do presente estudo, concluiu-se que a pesquisa sobre as mulheres vendedoras ambulantes é de grande relevância não apenas para a academia, mas também para a aplicação na prática de questões que envolvam a ocupação urbana de forma justa e igualitária para as mulheres. Os estudos desenvolvidos durante o presente trabalho elucidaram o tema, objetivando não apenas a apresentação das teorias feministas na luta pelos direitos das mulheres a cidade, mas também como fundamentação da prática da pesquisa vivida em espaço público junto as mulheres vendedoras ambulantes.

Ainda, para finalizar, quando estive nas ruas, a pesquisadora foi muito além da pesquisa, pois ao expor seu corpo na rua, acompanhando o que vivem as mulheres vendedoras ambulantes, sentiu-se ela também um pouquinho “vendedora” naquele momento, percebendo o qual hostil ainda pode ser o espaço público para as mulheres.



## REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

ACTIONAID. **Assédio em espaços públicos: um problema global. Brasil lidera assédio de mulheres em espaço público**, de 20 de junho de 2016, disponível em < <http://actionaid.org.br/noticia/brasil-lidera-assedio-de-mulheres-em-espaco-publico/>>, Acesso em: 13 Mar.2020.

AGREST, Diana I. **À margem da arquitetura: corpo, lógica e sexo**. In: NESBITT, Kate (org.) Uma nova agenda para a arquitetura: antologia teórica (1965-1995). São Paulo: Cosac Naify, 2008.

AKOTIRENE, C. **Interseccionalidade**. São Paulo, SP: Sueli Carneiro; Pólen, 2019. 152 p. ISBN 978-85-98349-69-5

ARANTES, Otilia B. F. **Uma estratégia fatal: A cultura das novas gestões urbanas**. In: ARANTES, Otilia.; MARICATO, Ermínia; VAINER, Carlos B. A cidade do pensamento único: desmanchando consensos. Petrópolis: Vozes, 2000.

ARQPORTALSC. **Memória é resgatada com a obra de requalificação do Largo da Alfândega**, de 06 de fevereiro de 2020, disponível em <<https://argsc.com.br/memoria-resgatada-com-obra-de-requalificacao-do-largo-da-alfandega/>> Acesso em: 13 Mar.2020.

BEAUVOIR, Simone. **O Segundo sexo: a experiência vivida**. 2ª. ed. Rio de Janeiro: Difusão Europeia do Livro, 1967.

BUTLER, Judith P. **Problemas de Gênero: feminismo e subversão da identidade**. Trad.: Renato Aguiar. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2003.

BUTLER, Judith P. **Corpos em aliança e a política das ruas: notas para uma teoria performativa de assembleia**. Edição: 1ª (30 de maio de 2018), Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2018.

CALADO, Luciana Eleonora de Freitas. **A cidade das damas: a construção da memória feminina no imaginário utópico de Christine de Pizan**, Recife: UFPE, 2006

CALIÓ, Sonia Alves. **Incorporando a Questão de Gênero nos Estudos e no Planejamento Urbano**. In: encuentro de geógrafos de america latina, 6., 1997. Resúmenes. Observatorio Geográfico, de 1997. v. 1, p. 1 - 9. Disponível em: < <http://observatoriogeograficoamericalatina.org.mx/egal6/Geografiasocioeconomico/Geografiacultural/737.pdf> >. Acesso em: 19 jan. 2018.

CARLOS, Ana Fani Alessandri. **O Espaço Urbano: Novos Escritos sobre a Cidade**. São Paulo: FFLCH, 2007

CARLOS, Ana Fani Alessandri. **A Lógica do planejamento versus a dialética do mundo**. In: Limonad, Ester; CASTRO, Edna. Um novo planejamento para um novo Brasil? Rio de Janeiro: Letra Capital, 2014.

CERTEAU. Michel de. **A Invenção do Cotidiano: artes de fazer**. Nova edição, estabelecida e apresentada por Luce Giard, tradução Ephram Ferreira Alves. 3. ed. São Paulo: Editora Vozes, 1998.

CHOAY, Françoise. **O Urbanismo: utopias e realidades, uma antologia**. 6. ed. São Paulo: Perspectiva, 2007.

DURÁN, María-Ángeles. **La ciudad compartida: conocimiento, afecto y uso**. Santiago de Chile: SUR, 2008.

CIOCOLETTO, Adriana; CASANOVAS, Roser; FONSECA, Marta. ESCALANTE, Sara Ortiz; VALDIVIA, Bianca. **Urbanismo feminista: por una transformación radical de los espacios de vida**. Col-lectiu Punt 6. bARCELONA: Virus editorial, 2019

DURÁN, Heras, María Ángeles. **La ciudad compartida: urbanismo y movimientos sociales**. In: Género y política urbana: Arquitectura y urbanismo desde la perspectiva de género. Valência: 2017.

ENGELS, Friedrich. **A Situação da classe trabalhadora na Inglaterra**. São Paulo: Boitempo, 2010 (Publicado originalmente em 1845).

FALCÃO, Paula. **Mulheres e espaço público: invisibilidade social feminina e o direito ao voto no Brasil**. V. 10, nº 17, Rio de Janeiro: editora Mosaico, 2019.

FEDERICI, Silvia. **O calibã e a bruxa**. Tradução Coletivo Sycorax. São Paulo: Elefante, 2017. (Publicado originalmente em 2004).

FLETCHER, Victor Navarro; MARTÍNEZ, Capitolina Díaz; NADAL, Carolina Juan. **Ciudad y ciudadanas: la perspectiva de género em las políticas urbanas: de puertas adentro y puertas afuera**. In: Género y política urbana: Arquitectura y urbanismo desde la perspectiva de género. Valência: 2017.

FONSECA, Pedro Carlos Louzada. **Christine de Pizan e a apologia da mulher: diálogo e reavaliação crítica de fontes tradicionais da misoginia medieval**. Universidade Federal de Goiás (UFG). Série Estudos Medievais Intertextualidades Nº 4, Salvador: 2015

FRANCO. Luiza. **Violência contra a mulher: novos dados mostram que 'não há lugar seguro no Brasil'**. BBC News Brasil em São Paulo, de 26 fevereiro de 2019, disponível em < <https://www.bbc.com/portuguese/brasil-47365503> > Acesso em: 13 Jul.2019.

FREITAS, Carolina Alvim de Oliveira. **Mulheres e Periferias como fronteiras: o tempo-espaço das moradoras do Conjunto habitacional José Bonifácio**. São Paulo: USP, 2018

FRIEDAN, Betty. **Mística feminina**. Rio de Janeiro: Vozes, 1971.

GONZAGA, Terezinha de Oliveira. **A cidade e a arquitetura também mulher: planejamento urbano, projetos arquitetônicos e gênero**. São Paulo: Annablume, 2004. 336 p.

HARVEY, David. **O direito à cidade**. Tradução de Isa Mara Lando. n. 82, Teresina: Revista Piuái, 2013.

HAYDEN, Dolores. **What would a non-sexist city be like? speculation on housing, urban design, and human work**. In: STIMPSON, Catharine R. et al. *Women and the american city*. Chicago; Londres: The University of Chicago Press, 1980.

HELENE, Diana; **Gênero e direito à cidade a partir da luta dos movimentos de moradia**. In: Caderno Metroolitano. V. 21 n. 46. São Paulo: 2019.

HELENE, Diana. **Jane Jacobs: uma mãe urbanista**. FeminismUrbana, de 13 de maio de 2018, disponível em <https://feminismurbana.wordpress.com/2018/05/13/jane-jacobs-uma-mae-urbanista/> >Acesso em: 20 jan.2019

IACOVINI, Rodrigo Faria G. **Por uma nova ordem do espaço público: o direito à cidade para todos**, de 31 Out 2019. ArchDaily Brasil. Disponível em < <https://www.archdaily.com.br/br/927621/por-uma-nova-ordem-do-espaco-publico-o-direito-a-cidade-para-todos> > Acesso em 17 Jul.2020

INSTITUT DE CIÈNCIES POLÍTIQUES I SOCIALS. **Construyendo entornos seguros desde la perspectiva de género**. Col\*leccions CiP Informes número 5, *Col.lectiu Punt6*, Espanha: 2011.

ISIDRO, Eva M. Álvarez, ALFONSO, Carlos J. Gómez. **A quién pertenece la ciudad? La perspectiva de género aplicada a la ciudad de Viena**. Universitat Politècnica de de Valencia, 2017.

JACQUES, Paola Berenstein. Fabiana Dultra Britto. **Cenografias e corpografias urbanas: um diálogo sobre as relações entre corpo e cidade**. Cadernos PPG-AU. Vol. 7. Salvador> UFBA, 2008

JACQUES, Paola Berenstein; JEUDY, Henri Pierre. **Espetacularização Urbana Contemporânea**. In: *Corpos e Cenários Urbanos: Territórios urbanos e políticas culturais*. Salvador: EDUFBA: PPG-AU/FAUFBA, 2006.

JACQUES, Paola Berenstein. **Notas sobre espaço público e imagens da cidade**. Arqtextos, São Paulo, ano 10, n. 110.02, Vitruvius, de jul. 2009 disponível em <

<https://www.vitruvius.com.br/revistas/read/arquitextos/10.110/41> >. Acesso em: 13 Mar.2020.

JACQUES, Paola Berenstein. **O grande jogo do caminhar**. *Resenhas Online*, São Paulo, ano 12, n. 141.04, Vitruvius, de set. 2013, disponível em < <https://www.vitruvius.com.br/revistas/read/resenhasonline/12.141/4884> >. Acesso em: 15 Mar.2020.

JACOBS, Jane. **Morte e vida de grandes cidades**. São Paulo: Martins Fontes, 2000 (publicado originalmente em 1961 com o título: *Life and Death of Great American Cities*).

KARAWAJCZYK, Mônica. **Christine de Pisan, Uma Feminista Medieval?!**. *Historiæ*, Rio Grande do Sul, UFRGS, 2017

KASTRUP, Virgínia; PASSOS, Eduardo; ESCÓSSIA, Liliana. (orgs). **Pistas do método da cartografia: pesquisa-intervenção e produção de subjetividade**. Porto Alegre: Sulina, 2015.

LOMBARDERO, Núria Álvarez. **El espacio urbano como condición social. La experiencia de la mujer em la ciudad contemporânea**. *In: Género y política urbana: Arquitectura y urbanismo desde la perspectiva de género*. Valência, 2017.

MADARIAGA, Inés Sánchez de. **Urbanismo com perspectiva de género. Sevilla: Instituto Andaluz de la Mujer**, Junta de Andalucía, Consejería para la igualdad y el bienestar Social, 2004.

MARCOS. Martín. **Jane Jacobs e a humanização da cidade**. ArchDaily Brasil, de 04 Mai 2016, visto em < <https://www.archdaily.com.br/br/786817/jane-jacobs-e-a-humanizacao-da-cidade> > Acesso em: 13 Jul.2020.

MICHAELIS. **Dicionário Prático da Língua Portuguesa**. São Paulo: Melhoramentos, 2011. Disponível em: <http://michaelis.uol.com.br/moderno/portugues/index.php>.

MONNET, Nadja. **Flanâncias femininas e etnografia**<sup>1</sup>. Departament d'Antropologia Social i Cultural, Universitat Autònoma de Barcelona e pesquisadora do Laboratoire Architecture/Anthropologie - LAA/CNRS (Paris). Tradução: Paola Berenstein Jacques REDOBRA UFBA N° 11, 2013

MUXÍ, Zaída. **Mujeres, Casas e Ciudades. Más allá del umbral**. Barcelona: DPR, 2018.

MUXÍ, Zaída. **Ciudad Proxima: Urbanismo Sin Género**. *In: Ingeniería y territorio: la ciudad habitable*. N. 75, Espanha: Terceira Época 2006

MUXÍ, Zaida. et al. **¿Qué aporta la perspectiva de género al urbanismo? In FEMINISMOS** – Revista del Centro de Estudios sobre la Mujer de la Universidade de Alicante, v. 17, de junho 2011. Disponível em: <

<https://punt6.files.wordpress.com/2011/03/z-muxc3ad-martc3adnez-r-casanovas-a-ciocoletto-m-fonseca-y-b-gutic3a9rrez-valdivia.pdf> >. Acesso em: 20 dez.2016.

ND+. **Requalificação da Alfândega, em Florianópolis, cria ambiente mais convidativo à população**, de 04 de agosto de 2018, disponível em < <https://ndmais.com.br/noticias/requalificacao-da-alfandega-em-florianopolis-cria-ambiente-mais-convidativo-a-populacao/> > Acesso em: 13 Mar.2020.

NERI, C. **Feminismo na Idade Média: conhecendo a cidade das damas**. Gênero & Direito, v. 2, n. 1, 25 set., João Pessoa: UFPB, 2013,

NSCTOTAL. **Reforma do Largo da Alfândega resgata parte importante da história de Florianópolis**. Estúdio NSCTotal, de 07 de fevereiro de 2020. disponível em < <https://www.nsctotal.com.br/noticias/reforma-do-largo-da-alfandega-resgata-parte-importante-da-historia-de-florianopolis> > Acesso em: 13 Mar.2020.

PALLAMIN, V. **Arte urbana contemporânea em São Paulo**. In: PALLAMIN, V. Arte, cultura e cidade: aspectos estéticos-políticos contemporâneos. São Paulo: Annablume, 2015.

PALLASMAA, Juhani. **Os olhos da Pele: a arquitetura e os sentidos**. Porto Alegre: Bookman, 2011.

PEDRO, Joana Maria. **Mulheres Honestas e mulheres faladas: Uma questão de classe**. SP: USP, Tese de Doutorado, 1992.

PERROT, Michelle. **O gênero da cidade**. In História e Perspectivas. Uberlândia (50): 23-44, jan./jun. 2014, "Le genre de la ville". Publicado originalmente em Communications, Paris, n. 65, 1997. Tradução de Hermetes Reis de Araújo.

PISCITELLI, Adriana. **Gênero: a história de um conceito**. In: Diferenças, igualdade. São Paulo: Berlendis & Vertecchia, 2009.

POZZO, Renata R. **Momentos da modernidade no centro tradicional de Florianópolis: a dimensão contra-hegemônica do espaço contemporâneo**. Revista Urbana, v.8, n.1, Campinas, 2016.

SANTORO, Paula Freire. **Gênero e planejamento territorial: uma aproximação**. In: encontro nacional de estudos populacionais, 16, 2008, Caxambu. São Paulo: Unicamp, 2008. p. 1 - 16. Disponível em: [http://www.abep.nepo.unicamp.br/encontro2008/docsPDF/ABEP2008\\_1841.pdf](http://www.abep.nepo.unicamp.br/encontro2008/docsPDF/ABEP2008_1841.pdf). Acesso em: 29 mar. 2019.

PREFEITURA DE FLORIANÓPOLIS. **Largo da Alfândega será tema de oficina no IPUF**, disponível em < <http://www.pmf.sc.gov.br/mobile/index.php?pagina=notpagina&noti=11139> > Acesso em: 13 Mar.2020.

PRIORE, Mary del. **História das mulheres no Brasil**. 7. Coordenado por Carla Bassanezi. Ed. Editora Contexto, 2004: São Paulo.

RAGO, Margareth. **A “mulher cordial”: feminismo e subjetividade**. In: *Feminismos e subjetividades em tempos pós-modernos*. Revista Verve, n. 6, São Paulo: PUC-SP, 2004.

REIS, A. (1993). **Forma e Apropriação dos Lugares Públicos: Um estudo sintático do centro de Florianópolis**. Brasília: UNB, 1993.

RIBEIRO, Djamila. **O que é lugar de fala?** Belo Horizonte: Letramento, Justificando, 2017.

ROLNIK, Raquel. **Mulheres tem o direito à cidade**. Blog Da Raquel, de 14 de março de 2016, disponível em: < <https://raquelrolnik.wordpress.com/2016/03/14/as-mulheres-tambem-tem-direito-a-cidade/> > Acesso em: 10 Dez. 2019.

ROLNIK, Suely. **Cartografia sentimental: transformações contemporâneas do desejo**. Porto Alegre: Sulina, 2011.

SANTORO, Paula Freire. **Gênero e planejamento territorial: uma aproximação**. In: encontro nacional de estudos populacionais, 16, 2008, Caxambu. São Paulo: Unicamp, 2008. p. 1 - 16. Disponível em: [http://www.abep.nepo.unicamp.br/encontro2008/docsPDF/ABEP2008\\_1841.pdf](http://www.abep.nepo.unicamp.br/encontro2008/docsPDF/ABEP2008_1841.pdf). Acesso em: 29 mar. 2019.

SANTOS, Milton. **A Natureza do Espaço: Técnica e Tempo, Razão e Emoção**. - 4. ed. 2. reimpr. - São Paulo: Editora da Universidade de São Paulo, 2006.

SANTOS, Rodrigo Goncalves dos. **In (ter) venção urbana: quando o corpo é método e não obstáculo** In: *Cidades rebeldes: invisibilidades, silenciamentos, resistências, e potências*, Florianópolis: UFSC, 2019.

SCOTT, Joan Wallach. **Gênero: uma categoria útil de análise histórica**. *Educação e Realidade*, Porto Alegre, v. 6, n. 2, p. 5-22, jul./dez. 1990.

SENNETT, Richard. **Carne e pedra**. Trad. Marcos Aarão Reis. 3ª ed., Rio de Janeiro: Record, 2003.

SILVA, Anderson. **Os arquitetos responsáveis pelo projeto de reforma do Largo da Alfândega, em Florianópolis**. NSCTOTAL, de 09 de fevereiro de 2020, disponível em < <https://www.nsctotal.com.br/colunistas/anderson-silva/os-arquitetos-responsaveis-pelo-projeto-de-reforma-do-largo-da-alfandega> > Acesso em: 13 Mar.2020.

SILVEIRA, Ricardo F. da. **Camelódromos de Florianópolis- Informalidade e marginalização nos espaços públicos**. Revista Santa Catarina em História, v.1, n.2, Florianópolis: UFSC, 2010

SIQUEIRA, Lúcia de Andrade. **Por onde andam as mulheres? Percursos e medos que limitam a experiência de mulheres no centro do Recife**. Universidade Federal de Pernambuco. Programa de Pós-Graduação em Desenvolvimento Urbano. Recife: 2015.

SIQUEIRA, Marina T. **Entre a prática e o discurso: a formação de espaços simbólicos na Florianópolis contemporânea**. Tese de Doutorado, Universidade de São Paulo, São Paulo: 2008.

SOIHET, Rachel. **Mulheres pobres e violência no Brasil urbano**. História das mulheres no Brasil. São Paulo: Contexto, 2004..

TAVARES, Rosana Brandão. **Indiferença à diferença: espaços urbanos de resistência na perspectiva da desigualdade de gênero**. Tese de Doutorado, Universidade Federal do Rio de Janeiro, Rio de Janeiro: 2015.

TENÓRIO, Gabriela de Souza. **Ao desocupado em cima da ponte: Brasília, arquitetura e vida pública**. [Tese de Doutorado]. Brasília: Faculdade de Arquitetura e Urbanismo, Brasília: Universidade de Brasília, 2012.

VAZ, Nelson P. Reorganização da área Central de Florianópolis: o espaço público do ritual. Dissertação de Mestrado, Universidade Federal de Santa Catarina, Florianópolis: 1990.

Vieira, Claudia Andrade. **Imagens reveladas, diferenças veladas: relações de gênero na dinâmica do espaço público na cidade do Salvador**, Bahia / Claudia Andrade Vieira. - Salvador, 2013.

WASELFISZ, Julio Jacobo. Mapa da violência no Brasil: 2015 Homicídios de mulheres no Brasil. Brasília: Flacso, 2015.

WOOLF, Virginia. **Um teto todo seu**. São Paulo: Tordesilhas, 2014 (Publicado originalmente em 1929).